



Departamento Nacional de Produção Mineral

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Março/2014.



Departamento Nacional de Produção Mineral

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU N° 63/2010, da Decisão Normativa TCU N° 127/2013, da Portaria TCU N° 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU n° 133/2013 e Norma de Execução n° 01/2013.

Brasília, 2014.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
PARTE A – CONTEÚDO GERAL	12
A. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO	12
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.	12
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
1.1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	12
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	13
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	14
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	15
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO	17
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS	17
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	18
2.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE	18
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	19
2.2.1. OBJETIVO	19
2.2.1.1. ANÁLISE SITUACIONAL	21
2.2.2. AÇÕES	26
2.2.2.1. ANÁLISE SITUACIONAL	34
2.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	37
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	37
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	37
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	38
3.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO	39
3.4. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº. 1.043/2007 DA CGU.	39
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	39
4.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS	40
4.1.1. PROGRAMAÇÃO	40
4.1.1.1. ANÁLISE CRÍTICA	40
4.1.2. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	41
4.1.3. REALIZAÇÃO DA DESPESA	41
4.1.3.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	41
4.1.3.2. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	42
4.1.3.3. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL	42
4.1.3.4. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	42
4.1.3.5. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA	42
4.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	44
4.2.1. ANÁLISE CRÍTICA	50

4.3	MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	51
4.3.1	ANÁLISE CRÍTICA	52
4.4	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	52
4.4.1	RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	52
4.4.2	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	52
4.4.3	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE	53
4.4.4	ANÁLISE CRÍTICA	54
4.5	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	54
4.5.1	SUPRIMENTO DE FUNDOS – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	54
4.5.2	SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)	59
4.5.3	PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	64
4.5.4	ANÁLISE CRÍTICA	70
4.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS	71
4.6.1	REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	71
5.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS. ...	71
5.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	71
5.1.1	DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	71
5.1.1.1	LOTAÇÃO	71
5.1.1.2	SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	72
5.1.2	QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	73
5.1.2.1	ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES	73
5.1.2.2	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE	73
5.1.2.3	QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	73
5.1.4	CADASTRAMENTO NO SISAC	75
5.1.4.1.	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC.....	75
5.1.4.2.	REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC.....	75
5.1.5	INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	75
5.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	76
5.2.1	INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA	76
5.2.2	INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	76
5.2.3	ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.3 E 5.2.4	77
5.2.4	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	77
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	77
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	77
6.1.1	FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.....	77
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	77
6.2.1	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	77

6.2.2	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	78
6.3	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	79
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	79
7.1.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	80
7.1.1.	ANÁLISE CRÍTICA	81
8.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	83
8.1.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	83
8.2.	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	84
9.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	90
9.1.	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	90
9.1.1.	DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	90
9.2.	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI	101
9.2.1.	RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	101
9.2.2.	RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO....	108
9.3.	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	118
9.3.1.	ESTRUTURA DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.	118
9.3.2.	TRABALHOS MAIS RELEVANTES REALIZADOS NO EXERCÍCIO E PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES.	119
9.3.3.	RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES FEITAS E A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ALTA GERÊNCIA;	120
9.3.4.	MONITORAMENTO DOS RESULTADOS	120
9.3.5.	SISTEMÁTICA DE COMUNICAÇÃO	120
9.4.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI N° 8.730/93	120
9.4.1.	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93.....	120
9.4.2.	SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES	121
9.5.	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	121
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	121
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	122
11.1.	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	122
11.2.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	123
11.2.1.	DECLARAÇÃO COM RESSALVA	123
12.	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	123
12.1.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	123
12.1.1.	PROCEDIMENTOS ARRECADATÓRIOS.....	123
12.1.1.1.	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS – CFEM.	123
12.1.1.2.	TAXA ANUAL POR HECTARE – TAH	124
12.1.1.3.	OUTRAS RECEITAS	124
12.1.1.4.	CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL – CADIN	124
12.1.2.	FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERARIA.	125
12.1.2.1.	REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA MINERAÇÃO.....	125
12.1.2.2.	ANALISAR RELATÓRIOS DE PESQUISA	126

12.1.2.3. FISCALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DE DEPÓSITOS FOSSILÍFEROS	126
12.1.2.4. ÁGUA MINERAL.....	127
12.1.2.5. FISCALIZAÇÃO PARA A FORMALIZAÇÃO, ORDENAMENTO DA EXTRAÇÃO MINERAL E ATENDIMENTO DE DEMANDAS EXTERNAS	128
12.1.2.6. CERTIFICAÇÃO DO PROCESSO KIMBERLEY	129
12.1.2.7. PROJETO μ VANT DNPM.....	129
12.1.3. GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS	131
12.1.4. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO.....	132
12.1.4.1. SUSTENTABILIDADE DA MINERAÇÃO.....	132
12.1.4.2. DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO	132
ANEXO 1.....	134
ANEXO 2.....	136
ANEXO 3.....	136
ANEXO 4.....	137
ANEXO 5.....	139
ANEXO 6.....	140
ANEXO 7.....	141
ANEXO 8.....	152
ANEXO 9.....	162
ANEXO 10.....	176
ANEXO 11.....	178
ANEXO 12.....	179
ANEXO 13.....	180
ANEXO 14.....	181
ANEXO 15.....	183
ANEXO 16.....	184
ANEXO 17.....	185
ANEXO 18.....	186
ANEXO 19.....	189
ANEXO 20.....	192
ANEXO 21.....	193
ANEXO 22.....	193
ANEXO 23.....	195
ANEXO 24.....	196
ANEXO 25.....	197
ANEXO 26.....	199
ANEXO 27.....	201
ANEXO 28.....	202

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AMB – Anuário Mineral Brasileiro
ANA – Agência Nacional de Águas
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CFEM – Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CGTIG – Coordenação Geral da Tecnologia da Informação e Geoprocessamento
CPK - Certificados do Processo Kimberley
CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
DN - Decisão Normativa
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
D.O.U. - Diário Oficial da União
DIFIS - Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária
DGADM – Diretoria de Gestão Administrativa
DGTm – Diretoria de Gestão de Títulos Minerários
DIPLAM - Diretoria de Planejamento e de Desenvolvimento da Mineração
DIPeM – Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral
DPF – Departamento de Polícia Federal
ETIR – Equipe de Tratamento e Respostas a Incidentes
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
GNSS – Sistema Globais de Navegação por Satélite
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LOA – Lei Orçamentária Anual
MME - Ministério de Minas e Energia
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OCI - Órgão de Controle Interno
PAC – Plano Anual de Capacitação
PPA – Plano Plurianual
RAL – Relatório Anual de Lavra
RFP – Relatório Final de Pesquisa
PSI – Política de Segurança da Informação
SEICOM - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do estado do Pará
SIASS - Sistema de Atenção à Saúde do Servidor
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SGM – Secretaria de Geologia e Mineração
SPU - Sistema de Patrimônio da União
TAH - Taxa Anual por Hectare
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UJ – Unidade Jurisdicionada

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ	12
QUADRO A.2.2.1 – OBJETIVO	19
QUADRO A.2.2.2 – AÇÕES	26
QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	38
QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	40
QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA	41
QUADRO A.4.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL	41
QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	42
QUADRO A.4.2 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	44
QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	51
QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	52
QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.	53
QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	54
QUADRO A.4.5.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	59
FONTE: SIAFI 2013 E SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO BB.	60
FONTE: SIAFI 2013 E SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO BB.	60
UG 323020 – NÃO UTILIZOU O CPGF NO ANO DE 2013	62
QUADRO A.4.5.3 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)	64
QUADRO A.4.6.1. – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	71
QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	71
QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ	72
QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	73
QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA	73
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	73
QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	73
QUADRO A.5.1.3.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO	74
QUADRO A.5.1.3.2 – INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	74
QUADRO A.5.1.4.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)	75
QUADRO A.5.1.4.2 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	75
QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	77
QUADRO A.6.2.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	77
QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	79
QUADRO A.7.1 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	80
QUADRO A.8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	83
QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	84
QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	90
QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	101
QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	108
QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	120
QUADRO A.9.5 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	121
QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL	136
QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ	137
QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	140

QUADRO A.5.2.2 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	152
QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	176

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. HISTÓRICO DAS RECEITAS TOTAIS DO DNPM – 2003 A 2013 (R\$ MILHÕES)	180
GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARRECADAÇÃO CFEM – 2003 A 2013.....	181
GRÁFICO 3. ARRECADAÇÃO MENSAL ANUALIZADA DE CFEM (JAN/07 A FEV/14)	182
GRÁFICO 4. EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DA TAH (R\$ MILHÕES)	183
GRÁFICO 5. DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DAS OUTRAS RECEITAS ANO DE 2012 E 2013	185
GRÁFICO 6. EVOLUÇÃO DOS RELATÓRIOS APROVADOS (2008 - 2010).	190
GRÁFICO 7. SUBSTÂNCIAS AUTORIZADAS POR GU - EXERCÍCIO 2013.....	190
GRÁFICO 8. NÚMERO DE CPKS EMITIDOS NO BRASIL ENTRE 09/2006 E 12/2013.....	194
GRÁFICO 9. RELAÇÃO DE REQUERIMENTOS PROTOCOLIZADOS - 2005 A 2013*	195
GRÁFICO 10. REQUERIMENTOS DE CONCESSÃO DE LAVRA - 2005 A 2013	196
GRÁFICO 11. RELAÇÃO DE TÍTULOS OUTORGADOS - 2005 A 2013*	196
GRÁFICO 12. OUTORGAS DE CONCESSÃO DE LAVRA - 2005 A 2013	196
GRÁFICO 13. REQUERIMENTOS E ESFORÇO - 2005 A 2013	197
GRÁFICO 14. CESSÃO: REQUERIMENTOS E ESFORÇO - 2005 A 2013.....	197
GRÁFICO 15. ARRENDAMENTO: REQUERIMENTOS E ESFORÇO - 2007 A 2013	197
GRÁFICO 16. DESISTÊNCIA: REQUERIMENTOS E ESFORÇO DE ANÁLISE - 2007 A 2013.....	198
GRÁFICO 17. RENÚNCIA: REQUERIMENTOS E ESFORÇO - 2007 A 2013.....	198
GRÁFICO 18. QUANTITATIVO DOS ESTUDOS REALIZADOS EM 2013 POR SUPERINTENDÊNCIA	199
GRÁFICO 19. DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR PRODUTO (1º/2013) E (2º/2012).....	202
GRÁFICO 20. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DE BENS MINERAIS	202

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1. ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL	14
IMAGEM 2. PORTARIA 236/2013 – RESULTADO DO 3º CICLO.....	134
IMAGEM 3. VALORES DISPONIBILIZADOS PARA AS SUPERINTENDÊNCIAS DE 2010 A 2013.....	139
IMAGEM 4. DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	178
IMAGEM 5. DECLARAÇÃO COM RESSALVA	179
IMAGEM 6. DISTRIBUIÇÃO DOS POÇOS E A ÁREA DE PROTEÇÃO DE FONTE ENGLOBANDO A SERRA DE CALDAS.	193
IMAGEM 7. MAPA DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DA COORDENAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PELAS SUPERINTENDÊNCIAS	201
IMAGEM 8. PRODUTOS DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO	202
IMAGEM 9. SISTEMAS: MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO.....	203

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS.....	136
TABELA 2. FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	162
TABELA 1. PLANILHA DEMONSTRATIVA DA ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013.....	180
TABELA 2. ARRECADAÇÃO DA CFEM (R\$) NO BIÊNIO 2011/2012	181
TABELA 3. CFEM – EVOLUÇÃO COMPARATIVA.....	181
TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO COTAS DA CFEM (R\$ MILHÕES)	182
TABELA 5. MAIORES CONTRIBUINTES DA CFEM NO EXERCÍCIO DE 2013.....	182
TABELA 6. MAIOR ARRECADAÇÃO POR SUBSTÂNCIA MINERAL - 2013.....	182
TABELA 7. MUNICÍPIOS QUE MAIS ARRECADARAM CFEM - 2013	183
TABELA 8. ESTADOS QUE MAIS ARRECADARAM CFEM - 2013.....	183

TABELA 9. ARRECADAÇÃO DA TAH CONSOLIDADO - 2013	184
TABELA 10. TAH – EVOLUÇÃO COMPARATIVA	184
TABELA 11. ARRECADAÇÃO DE OUTRAS RECEITAS NO BIÊNIO 2012/2013.....	184
TABELA 12. DEMAIS RECEITAS – EVOLUÇÃO COMPARATIVA	185
TABELA 13. QUANTITATIVO DE INSCRITOS NO CADIN – 2012/2013.....	185
TABELA 14. ANÁLISE PROCESSUAL POR SUPERINTENDÊNCIA - EXERCÍCIO 2013.	186
TABELA 15. VISTORIAS NAS FASES DE PESQUISA E LAVRA E EM DEMANDAS EXTERNAS POR SUPERINTENDÊNCIA (2013). 187	
TABELA 16. VISTORIAS NAS FASES DE PESQUISA E LAVRA E EM DEMANDAS EXTERNAS POR SUPERINTENDÊNCIA (2013). 188	
TABELA 17. ATOS PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO REFERENTES À FISCALIZAÇÃO MINERÁRIA (2013).....	189
TABELA 18. RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA APROVADOS, NEGADOS, SOBRESTADOS E ARQUIVADOS POR SUPERINTENDÊNCIA (2013).....	189
TABELA 19. RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA (RFP) E RELATÓRIOS PARCIAIS DE PESQUISA (RPP) ANALISADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013	190
TABELA 20. - RESERVAS MINERAIS APROVADAS EM 2013.	191
TABELA 21. QUADRO DESCRITIVO DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS (EXERCÍCIO 2013).	192
TABELA 22. CERTIFICADOS DE KIMBERLEY EMITIDOS EM 2013	193
TABELA 23. CPKS EMITIDOS A PARTIR DE SETEMBRO DE 2006	194
TABELA 24. QUANTITATIVO DE ESTUDOS PROCESSADOS EM 2013.	199
TABELA 25. QUANTITATIVO DE TIPOS DE ESTUDOS PROCESSADOS EM 2013.....	200
TABELA 26. QUANTIDADE DE PROJETOS FINALIZADOS, ANO A ANO, DE 2010 A 2013	201

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, refere-se ao exercício de 2013, e foi elaborado em cumprimento às disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013, da Portaria TCU Nº 175, de 9 de julho de 2013 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

O Relatório de Gestão está estruturado conforme o Anexo II da Decisão Normativa TCU n. 127/2013. A primeira parte é composta por 12 itens (Parte A), a segunda e a terceira (Partes B e C) não se aplicam ao DNPM.

A Parte A traz o conteúdo geral com informações sobre a gestão da Unidade Jurisdicionada. A Parte B e a Parte C, por se tratarem de conteúdos específicos de unidades afins não relacionadas ao DNPM, não foram preenchidas e não são contempladas no Relatório de Gestão 2013.

Convém informar que não se aplicam ou não existe informação por parte da UJ para os itens da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, relacionados a seguir:

Item	Título
3.3	Remuneração Paga a Administradores
3.6	Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos
4.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa
4.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
4.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
4.6	Renúncias sob a Gestão da UJ
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ
9.1.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
11.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976
11.5	Composição Acionária das Empresas Estatais
11.6	Relatório de Auditoria Independente

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

A. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia – MME			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM			
Denominação abreviada: DNPM			
Código SIORG: 1918	Código 32263	LOA:	Código SIAFI: 323002
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(61) 3312-6666	(61) 3312-6786	(61) 3312-6916
Endereço eletrônico: dire@dnpm.gov.br / webmaster@dnpm.gov.br			
Página da Internet: http://www.dnpm.gov.br			
Endereço Postal: S.A.N. Quadra 01 Bloco B Asa Norte Brasília-DF CEP: 70.041-903			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criação: Lei nº 8.876, de 2/5/1994, DOU de 3/5/1994, Estrutura Organizacional: Decreto nº 7.092, de 02/02/2010, DOU de 03/02/2010, Regimento Interno: Portaria nº. 247, de 08/04/2011.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
SIAFI	Código	Nome	
	323003	Superintendência do DNPM – RS	
	323004	Superintendência do DNPM – SP	
	323005	Superintendência do DNPM – MG	
	323006	Superintendência do DNPM – PE	
	323007	Superintendência do DNPM – PA	
	323008	Superintendência do DNPM – GO	
	323009	Superintendência do DNPM – BA	
	323010	Superintendência do DNPM – AM	

323011	Superintendência do DNPM – RJ				
323012	Superintendência do DNPM – CE				
323013	Superintendência do DNPM – SC				
323014	Superintendência do DNPM – MT				
323015	Superintendência do DNPM – PR				
323016	Superintendência do DNPM – RN				
323017	Superintendência do DNPM – PB				
323018	Superintendência do DNPM – AP				
323019	Superintendência do DNPM – TO				
323020	Superintendência do DNPM – SE				
323021	Superintendência do DNPM – RO				
323022	Superintendência do DNPM – ES				
323023	Superintendência do DNPM – PI				
323024	Superintendência do DNPM – MA				
323025	Superintendência do DNPM – MS				
323026	Superintendência do DNPM – RR				
323027	Superintendência do DNPM – AL				
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada					
SIAFI	<table> <tr> <th>Código</th><th>Nome</th></tr> <tr> <td>32263</td><td>DNPM</td></tr> </table>	Código	Nome	32263	DNPM
Código	Nome				
32263	DNPM				
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões					
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão				
323002	32263				

Fonte: DNPM

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia(MME), inicialmente criado como Órgão Central de Direção Superior em 1934, vinculado à época ao Ministério da Agricultura, no ano de 1994, com a sanção da Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, foi transformado em Autarquia Federal.

A Missão Institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral é a de planejamento, fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e a legislação que os complementa, conforme expresso na Lei 8.876/94. Compete a Autarquia, em especial:

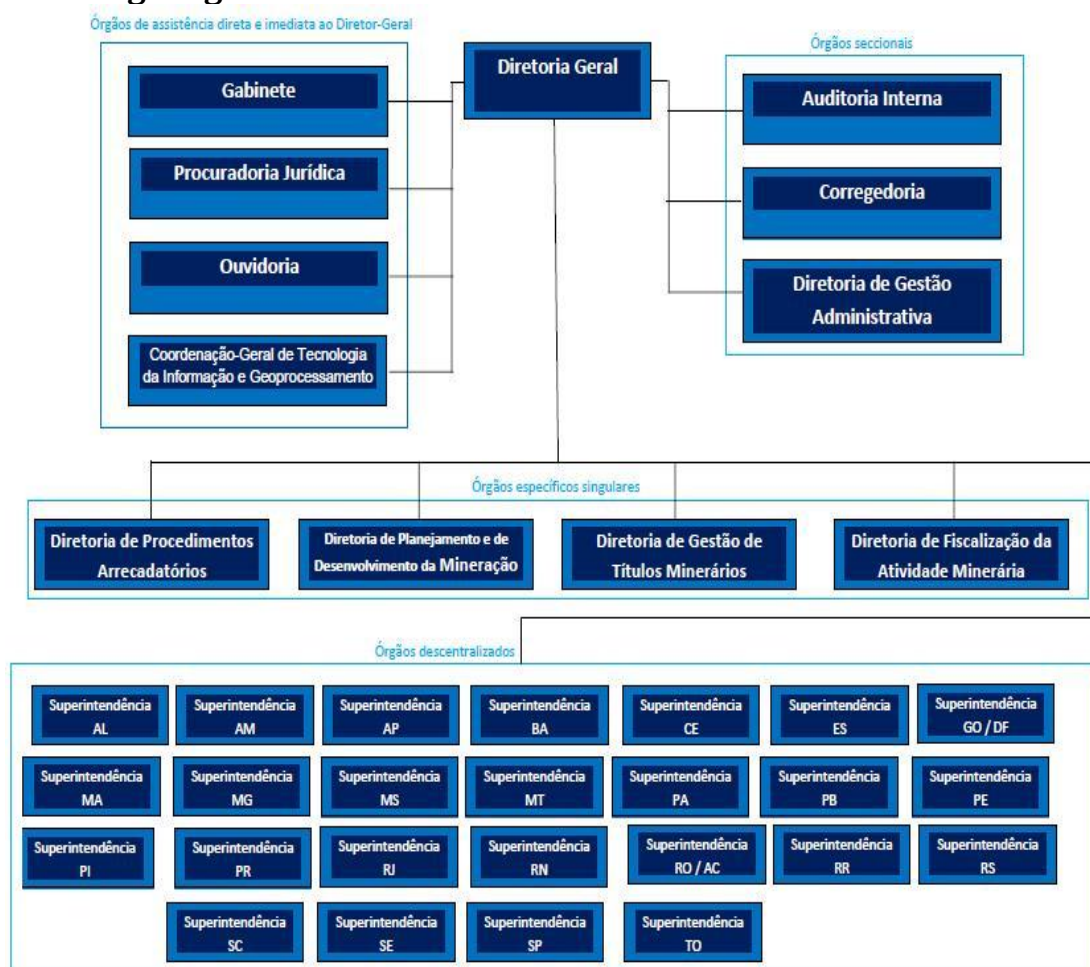
- I. promover a outorga ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários relativos à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;
- II. coordenar, sistematizar e integrar os dados geológicos dos depósitos minerais, promovendo a elaboração de textos, cartas e mapas geológicos para divulgação;
- III. acompanhar, analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;
- IV. formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;

- V. fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;
- VI. fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores e impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;
- VII. baixar normas em caráter complementar e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional dos trabalhadores;
- VIII. implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral, necessárias ao planejamento governamental;
- IX. baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais-CFEM, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição e das demais receitas da Autarquia;
- X. fomentar a pequena empresa de mineração;
- XI. estabelecer as áreas e as condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa; e

O Decreto Lei nº 4.146, de 4 de março de 1942, também estabelece como competência do DNPM autorizar e fiscalizar a extração de espécimes fósseis,

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

IMAGEM 1. Organograma Institucional



Fonte: DGADM/DNPM

A Autarquia Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) possui uma gestão centralizada na Sede em Brasília, gerida por um Diretor-Geral, com órgãos de assistência direta e imediata - Gabinete, Procuradoria Jurídica, Ouvidoria e Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento - como órgãos seccionais: Auditoria Interna, Corregedoria e Diretoria de Gestão Administrativa. Ainda conta com quatro Diretorias Finalísticas (Diretoria de Procedimentos Arrecadatários, Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração, Diretoria de Gestão de Títulos Minerários e Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária) e vinte e cinco Superintendências estaduais, dispostas em Classes, quais sejam Classe I-A, Classe I-B, Classe II, Classe III, Classe IV, que refletem a mesma estrutura da Sede, de acordo com a vocação mineral do Estado onde está inserida.

O DNPM possui representação em todos os Estados da Federação. A base legal que respalda a atuação do DNPM é o Código de Mineração e sua Legislação Complementar. Destaca-se que a representação Nacional do DNPM é composta de uma Sede localizada no Distrito Federal, 25 Unidades Gestoras, 6 escritórios regionais, 01 Museu de Ciências da Terra e um Centro de Pesquisas Paleontológicas da Chapada do Araripe (museu do Crato). Cada Unidade Gestora possui uma estrutura organizativa própria com autonomia administrativa e financeira para realizar a gestão no âmbito de sua circunscrição

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos são 4 (quatro) e configuram um reflexo da estrutura funcional da Autarquia, quais sejam:

1. Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatários;
 2. Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração;
 3. Macroprocesso de Gestão de Títulos Minerários;
 4. Macroprocesso de Fiscalização da Atividade Minerária.
- Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatários:
 - Processo 1: Gestão das Receitas.
 - Processo 2: Fiscalização das Receitas.

O Macroprocesso de Procedimentos Arrecadatários gerencia as receitas do DNPM e por meio de seus processos coordena e controla a arrecadação, executa a cobrança, a distribuição das quotas-partes e a fiscalização sobre a arrecadação; promove, fiscaliza e controla o recolhimento de taxas, emolumentos, multas e ressarcimentos, em conformidade com a legislação vigente; promove a interação e dá suporte institucional às Superintendências, em suas áreas de atuação; efetua estudos e propõe atualizações de valores a serem arrecadados; elabora e coordena o desenvolvimento das metodologias aplicáveis às fiscalizações das receitas; propõe normas, manuais e roteiros destinados a regulamentar e uniformizar os procedimentos arrecadatários; propõe a realização de acordos e convênios de cooperação técnica com os entes federados, para fins de fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM; elabora estudos e estimativas das receitas; e acompanha e divulga o desempenho da arrecadação.

- Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração:
 - Processo 1: Planejamento e Orçamento;
 - Processo 2: Desenvolvimento da Mineração.
 - Processo 3: Sustentabilidade da Mineração.

O Macroprocesso de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração busca compatibilizar o planejamento setorial das atividades de mineração no País, na perspectiva das dimensões democrática, econômica, social, ambiental, sustentabilidade e desenvolvimento regional, com o

planejamento institucional do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio dos seus processos coordena e supervisiona a execução das ações relacionadas aos estudos de mercado de bens minerais, inseridas no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA); coordena o desenvolvimento de sistemas de bancos de dados estatísticos de recursos, reservas, produção, consumo e fluxo de comércio exterior de bens minerais; supervisiona a elaboração de estudos e projetos referentes aos mercados interno e externo de bens minerais; promove as ações de extensionismo mineral, realizando atividades de orientação técnica ao pequeno minerador; apoia as formas associativas e cooperativistas e a organização de arranjos produtivos locais; desenvolve estudos estratégicos e exercícios de cenários prospectivos de mercado de bens minerais; busca implantar e gerir banco de dados geológicos dos depósitos minerais oriundos dos trabalhos de pesquisa mineral realizados pelos detentores de títulos minerários, bem como coordena, sistematiza e integra essas informações para disponibilização à sociedade nos termos das normas vigentes; coordena o processo de planejamento estratégico e presta assessoramento às unidades da autarquia no planejamento e gerenciamento das suas atividades; acompanha e avalia o desempenho das atividades do DNPM; promove o planejamento da execução física e orçamentária do DNPM, com base no plano de gestão estratégica, no plano de metas, na previsão orçamentária e na elaboração de planos plurianuais de investimentos; acompanha o desempenho da autarquia por meio dos pactos institucionais; e executa projetos interinstitucionais nas áreas de geologia de depósitos minerais, de tecnologia mineral e de meio ambiente.

- Macroprocesso de Gestão de Títulos Minerários:
 - Processo 1: Gestão da Outorga de Títulos Minerários.
 - Processo 2: Gestão de Estudos de Áreas.
 - Processo 3: Padronização de Processos de Outorga.

O Macroprocesso Gestão de Títulos Minerários planeja, gerencia e padroniza as atividades relacionadas à outorga de títulos minerários de exploração e aproveitamento de recursos minerais, por meio de seus processos planeja, coordena, padroniza e orienta as ações das Superintendências em sua área de atuação, bem como a elaboração dos atos administrativos relacionados aos títulos de exploração e aproveitamento de recursos minerais; organiza, supervisiona e orienta as atividades relacionadas à manutenção de informações em banco de dados, relativas aos títulos minerários, promovendo sua modernização e racionalização; coordena o atendimento ao cidadão-usuário, no âmbito da sede da autarquia e das Superintendências, no que se refere a processos de direitos minerários.

- Macroprocesso de Fiscalização da Atividade Minerária:
 - Processo 1: Fiscalização da Pesquisa Mineral.
 - Processo 2: Fiscalização do Aproveitamento Mineral.
 - Processo 3: Ordenamento da Extração Mineral.

O Macroprocesso Fiscalização da Atividade Minerária coordena e realiza a gestão, o planejamento e a execução das atividades de fiscalização dos empreendimentos minerários no País; por meio de seus processos efetua o aperfeiçoamento normativo dos procedimentos fiscalizatórios; promove o relacionamento com outras instituições de fiscalização em matérias correlatas, em articulação com outras Diretorias e com as Superintendências; promove ações objetivando o desenvolvimento efetivo da pesquisa mineral, o aproveitamento racional das jazidas, a segurança técnico-operacional das minas, o controle ambiental nas operações mineiras, bem como contribui para a formalização da extração mineral; promove a proteção dos depósitos fossilíferos; apoia as Superintendências em sua área de atuação; coordena a participação do DNPM em fóruns interinstitucionais afetos à deliberação de temas de interesse da Autarquia, bem como de normativos sobre assuntos relacionados às águas subterrâneas, em especial, às águas minerais e potáveis de mesa.

1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio configuram um reflexo da estrutura funcional da Autarquia, conforme segue:

- Macroprocesso de Gestão da Execução Orçamentária e Financeira.
- Macroprocesso de Gestão de Recursos Logísticos.
- Macroprocesso de Informações Patrimoniais e Contábeis.
- Macroprocesso de Gestão de Recursos Humanos.
- Macroprocesso de Administração Geral.
- Macroprocesso de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento.

Os Macroprocessos de Apoio são definidos pela gestão das atividades sustentadoras do DNPM e por meio de seus processos coordena, executa, normatiza, controla, orienta e supervisiona as atividades inerentes aos Sistemas Federais referentes à execução orçamentária e financeira, contabilidade, organização e inovação institucional, recursos humanos, materiais, patrimoniais, serviços gerais e de gestão de documentos, no âmbito do DNPM, também Tecnologia da Informação e Geoprocessamento; executa, no âmbito do órgão central, as atividades relacionadas à administração financeira, contábil, de pessoal, compras e licitações, de materiais e serviços, de infraestrutura, e de documentos; promove a execução orçamentária e financeira dos recursos do DNPM; promove a gestão do conhecimento e das competências na autarquia; e coordena e orienta as ações das Superintendências em sua área de atuação.

1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros da Autarquia Departamento Nacional de Produção Mineral são:

- Universidade de Brasília – UNB
- Universidade Federal do Ceará – UFC
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
- Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
- Universidade Regional do Cariri - URCA
- Fundação Gorceix
- Agência Nacional de Águas - ANA
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
- Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO
- Polícia Federal – PF
- Polícia Federal - Diretoria Técnica/INC
- Ministério da Defesa
- Ministério do Exército
- Ministério da Marinha
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO
- Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia – CREA/CONFEA
- Secretaria de Recursos Hídricos do estado de São Paulo
- Secretaria de Recursos Hídricos do estado de Santa Catarina
- Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do estado do Pará – SEICOM
- Serviço Geológico do Brasil - CPRM
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Sociedade Brasileira de Paleontologia

- ADIMB – Agência Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria Mineral
- Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (área de segurança do trabalho)
- ABINAM – Associação Brasileira da Indústria de Água Mineral
- Ministério da Indústria e Comércio Exterior do Japão (Interesse em Terras Raras)
- Sistema de Certificação do Processo Kimberley - SCPK
- Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE

O Órgão da Administração Direta responsável pela Política Mineral é o Ministério de Minas e Energia, o qual estabelece as diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para a mineração. O Departamento Nacional de Produção Mineral é Autarquia Federal vinculada ao MME e tem como objetivo a gestão do patrimônio mineral brasileiro, bem como o acompanhamento da produção mineral que inicia com a pesquisa, até o término da lavra dos bens minerais.

O Planejamento Estratégico com objetivos de longo prazo, com os cenários de atuação construídos e a análise dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças para o delineamento de planos e metas, está subordinado ao Planejamento Governamental expressamente baseado no Plano Plurianual e Macroestratégias, como o Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM 2030) que se origina no Ministério de Minas e Energia, ou mesmo, na Presidência da República, em razão da natureza executiva do Departamento Nacional de Produção Mineral.

No ano de 2013, o Novo Marco Regulatório da Mineração foi encaminhado ao Congresso Nacional e impactou diretamente a atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral, na preparação da Instituição para se adequar a nova legislação e arranjar a mudança da Autarquia em Agência Reguladora, que exigiu esforços institucionais para a transição e transformação.

A expectativa da Autarquia nas mudanças da Legislação Regulatória e mudança institucional pautou as participações nas discussões e eventos aos quais o Departamento Nacional de Produção Mineral foi convidado, buscando contribuir no processo desencadeado pela Presidência da República e que gerou grande expectativa institucional, principalmente junto a seus servidores.

No ambiente que se configurou em 2013 foram necessários esforços para a realização dos objetivos, iniciativas e ações orçamentárias do Plano Plurianual 2012-2015, em que no momento de indefinição a Autarquia permanece executando. O momento de mudança se apresenta como um desafio, pois as atribuições estabelecidas no Código de Mineração atual, devem ser continuadas e cumpridas, além da boa condução da Instituição e a continuidade administrativa, enquanto faz-se necessário o planejamento da transição.

As atividades desenvolvidas anualmente na Autarquia são objeto de um planejamento anual denominado Programação Anual de Trabalho, na qual são planejadas as ações do Departamento Nacional de Produção Mineral antes do início do ano. A construção desta programação requer a informação das metas do PPA desdobradas para o ano e a compatibilização das metas com a dotação orçamentária consignada a Autarquia, resultando em uma fonte norteadora para as realizações e atividades programadas.

No desempenho da Programação Anual de Trabalho o principal risco observado ao desenvolvimento das atividades é a escassez orçamentária, pois o crescimento das despesas e a falta de dotação orçamentária que acompanhe esse crescimento impactam as necessidades da Autarquia e resulta na dificuldade de realizar as atividades previstas no PPA, na falta de investimento que permita o avanço tecnológico, a adequação da estrutura física e de pessoal.

O acompanhamento do desempenho da Autarquia ocorre de duas maneiras, uma por meio do monitoramento do PPA e LOA, onde são fornecidas informações do alcance dos produtos referentes às metas da Instituição no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e também por parte da Avaliação de Desempenho Institucional que utiliza o PPA como referência, possui um ciclo que se inicia em maio e termina em abril do próximo ano, tendo ligação direta ao pagamento da Gratificação de Desempenho dos servidores.

As metas institucionais do ano de 2012-2013 foram pactuadas em seis metas globais, decompostas em até cinco metas intermediárias, sendo que cada meta intermediária possui um indicador definido. O resultado do 3º Ciclo, de maio de 2012 a abril de 2013, alcançou o resultado de 91,47%, conforme Portaria nº 236/2013 (Processo 48400.000816/2012-85), ver Anexo 1 - fls. 134, que apresenta o resultado. Atualmente o DNPM está no 4º Ciclo de Avaliação, que contempla a maior parte do ano de 2013 e se encerra em abril de 2014.

Os ciclos de Desempenho Institucional têm servido como boa ferramenta de acompanhamento e monitoramento das atividades em todas as áreas da Autarquia, pois as Metas Globais abrangem as áreas relacionadas a gestão e as áreas finalísticas. As Metas Institucionais, apresentam outro fator relevante, pois são discutidas e propostas pelas áreas responsáveis pela meta, por isso se configura como desafio acordado e acertado e não meta imposta por superior. Dessa forma se tem observado o empenho e participação de todos os setores no desempenho e resultados da Instituição.

2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1. OBJETIVO

QUADRO A.2.2.1 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral		
Código	0032	Órgão	Ministério de Minas e Energia – MME
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código	2041

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
A UJ não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
6	Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro.	Unidade	21	6	10	47,61%

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
6.1	Nacional	Unidade	21	6	10	47,61%

METAS QUALITATIVAS

Sequencial	Descrição da Meta
	A UJ não possui metas com esta classificação.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO

Descrição	Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral					
Código	0046	Órgão	Ministério de Minas e Energia – MME			
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código	2041			

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais	%	100	76,14	76,14	76,14

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2	Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração	Projeto	2	0	0	0
5	Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais	Estudo	60	4	9	15%
6	Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários	Unidade	21	6	10	47,61%
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
2.1	Nacional	Unidade	2	0	0	0%
5.1	Região Centro-Oeste	Unidade	12	1	4	34%
5.2	Região Norte	Unidade	8	1	1	12,5%
5.3	Região Nordeste	Unidade	16	0	2	12,5%
5.4	Região Sudeste	Unidade	12	0	0	0%
5.5	Região Sul	Unidade	12	2	2	16,67%
6.1	Região Centro-Oeste	Dias	220	277	277	126%
6.2	Região Norte	Dias	310	4.142	4.142	1.336%
6.3	Região Nordeste	Dias	134	296	296	221%
6.4	Região Sudeste	Dias	413	520	520	126%
6.5	Região Sul	Dias	227	303	303	133%
6.6	Nacional	Dias	258	1.107	1.107	429%

METAS QUALITATIVAS

Sequencial	Descrição da Meta
3	Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das

concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.					
Código	00481	Órgão	Ministério de Minas e Energia – MME			
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral	Código	2041			

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
A UJ não possui metas com esta classificação.						

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros.	Unidade	60	9	20	33,34%
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1.1	Região Centro-Oeste	Unidade	12	3	8	66,67%
1.2	Região Norte	Unidade	8	1	1	12,5%
1.3	Região Nordeste	Unidade	16	3	5	31,25%
1.4	Região Sudeste	Unidade	12	1	5	41,67%
1.5	Região Sul	Unidade	12	1	2	16,67%
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
A UJ não possui metas com esta classificação.						

2.2.1.1. ANÁLISE SITUACIONAL

A Autarquia Departamento Nacional de Produção Mineral, em 2013, participou no Programa 2041 – Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral por meio dos objetivos:

- 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.
- 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.
- 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

No Objetivo 0032 o DNPM participa na difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral por meio da publicação do Anuário Mineral, Sumário Mineral, Informe Mineral e o Balanço Mineral e também no desenvolvimento de publicações de estudos regionais que são suplementares ao objetivo.

Em 2013 foram publicados dois Informes Minerais, o do 2º semestre de 2012 e do 1º semestre de 2013. Também foi publicado o Sumário Mineral 2013 que está disponível para a sociedade por meio da internet para consulta. Foi publicado o Estudo da Economia Mineral do

Estado do Pará, uma fonte de informações para o Setor Mineral, que também está disponível pela internet, bem como o Estudo da Economia do Estado do Goiás e do Distrito Federal.

O Balanço Mineral Brasileiro é uma publicação quadrienal prevista para ser desenvolvida até 2015. A publicação Anuário Mineral Brasileiro, a qual reúne os dados estatísticos anuais do Setor Mineral, está com suas edições atrasadas desde 2011, que a partir da conclusão da nova sistemática e informatização da sua elaboração terá a sua periodicidade retomada. Na realização do objetivo foram produzidos 6 estudos relacionados ao Setor Mineral pela Autarquia

No Objetivo 0046, o DNPM participa no processo de otimização do aproveitamento dos recursos minerais e na promoção de mecanismos para o desenvolvimento do aproveitamento dos recursos minerais, por meio da Gestão de Títulos Minerários, a Fiscalização da Atividade Minerária e estudos do aproveitamento mineral sustentável.

No que toca às fiscalizações efetuadas, caminha-se para o cumprimento global das metas, assim como aos estudos para redução dos acidentes de trabalho, para aumento da eficiência produtiva da indústria mineral e para a sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais. Permanecem em 2013 aspectos a serem superados que tocam à redução do tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários, influenciada pelo trâmite legislativo do novo marco regulatório e pelo estoque de processos antigos agora analisados, elevando o tempo médio de resposta.

Nas atividades voltadas para a fiscalização da atividade minerária o objetivo é o de promover a fiscalização dos empreendimentos de pesquisa mineral e lavra com vistas a assegurar a realização da exploração dirigida para a descoberta de novas jazidas e garantir o seu aproveitamento racional, por meio de uma mineração tecnicamente adequada, com segurança operacional e boa condição de higiene e saúde dos trabalhadores, minimizando o impacto ambiental e local, em áreas tituladas, bem como combater a extração mineral não autorizada evitando o crime de usurpação de um bem da União, em cumprimento ao Código de Mineração e legislação vigente.

A atividade de fiscalização minerária é realizada por meio de análise de documentos técnicos apresentados pelos titulares de direito minerário e inspeções presenciais de campo, incluídas também as demandas provenientes da sociedade e de outros órgãos públicos.

Em 2013, foram realizadas 99 vistorias em minas subterrâneas, 112 em minas com barragens, 289 em empreendimentos de água mineral e 116 concessões de minerais estratégicos (Potássio -K, Fosfato-P, Lítio-Li e Terras Raras-ETRs). A Meta de Fiscalizar anualmente 100% das Minas Subterrâneas atingiu um percentual de 71,3%. Foram fiscalizadas 62 minas de um total de 87 minas subterrâneas existentes. Ressalta-se que nos estados de Santa Catarina, Pará, Bahia e Mato Grosso do Sul ocorreram mais de uma vistoria por mina no ano, chegando-se assim, a um total de 99 vistorias realizadas em minas subterrâneas. Destaca-se o trabalho fiscalizatório na região Sul de Santa Catarina extratora de carvão mineral e nas minas de ouro nos estados de Minas Gerais, Bahia e Pará. Tais vistorias focam o cumprimento de normas técnicas para a garantia da segurança técnico-operacional das jazidas e minas e das condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

A Meta de Fiscalizar as Minas com Barragens em 4 anos, em 2013 observados critérios da Política Nacional de Segurança de Barragens, conforme Lei nº 12.334/2010, alcançou o número de 112 barragens de mineração fiscalizadas, em um total de 96 previstas. Nos últimos dois anos pode se destacar nessa área, que as ações realizadas pelo DNPM apresentam como resultado a falta de registro de qualquer acidente com barragem de rejeitos de mineração, sendo que o último ocorreu em 2011, em barragem de mina de areia quartzosa em São Paulo, sem vítimas.

A Meta de Fiscalizar 25% das concessões de águas minerais no ano de 2013, foi alcançada. Foram fiscalizadas 289 concessões de um total de 211 previstas. Cabe destacar que houve uma elevação de 57% em relação ao realizado em 2012. Em 2013, foram realizadas oficinas de revisão de manual de procedimento e estratégia de fiscalização em função dos eventos esportivos futuros que ocorrerão no País.

Em 2013, houve vistoria de 88 empreendimentos de minerais estratégicos (Potássio (K), Fosfato (P), Lítio (Li) e Terras Raras (ETRs)), envolvendo 147 processos minerários. Destaca-se a

fiscalização das áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento de produtos, co-produtos e subprodutos tidos, atualmente, como estratégicos (Potássio, Fosfato, ETR's e Lítio) para o desenvolvimento do País. Nesse ano, estas áreas foram priorizadas, resultando principalmente em:

- Aprovação de novas reservas e reavaliação de reservas em concessões já existentes (com destaque para a aprovação da Reserva de Terras Raras da CBMM no município de Araxá, elevando o Brasil para a 2º maior reserva de Terras Raras do Mundo);
- Aprovação e atualização dos Planos de Aproveitamento Econômico em concessões já existentes (com destaque para a aprovação de nova reserva e do Plano de Aproveitamento Econômico para extração de Potássio na Mina de Taquari- Vassouras em Sergipe);
- Emissão de Guia de Utilização de fosfato para início de produção em áreas em fases de pesquisa ou requerimento de lavra, nos estados de Tocantins, Minas Gerais e Pará;
- Abertura de processos de Caducidade em áreas ociosas e pedido de renúncias, exemplo, áreas da INB no Sul do Espírito Santo.

O projeto de Redução de Acidentes na Mineração em 2013 teve Termo de Cooperação Técnica assinado, que além de trabalhos conjuntos para realização de estudos técnicos sobre segurança técnica em minas subterrâneas, tem como objetivo a capacitação técnica em assuntos relacionados à Segurança de Mina. Esta parceria visa o melhor conhecimento técnico para as ações de fiscalização principalmente nas minas de carvão do Sul do Brasil.

Ações se materializaram em dois projetos para redução de acidente de trabalho na mineração, que estão em fase inicial e serão desenvolvidos:

- Projeto I: Caracterização Geomecânica da camada Bonito na Bacia Carbonífera de Santa Catarina.
- Projeto II: Metodologias e tecnologias para o monitoramento de minas subterrâneas de carvão.

Destaque para as auditorias nos RALs que é instrumento na fiscalização de acompanhamento da produção e das condições operacionais e de segurança das minas, bem como base para cálculo da CFEM e elaboração das estatísticas da produção mineral. Foram feitas ainda 13 (treze) fiscalizações de depósitos fossilíferos. Resultado das análises de processos e documentos técnicos, bem como das vistorias presenciais, foram publicados 25.255 atos no DOU afetos à área da fiscalização minerária.

No ano de 2013 foram realizados 4 projetos de distrito mineiros, que somados aos 5 projetos finalizados em 2012, totalizam 9 projetos já desenvolvidos no PPA, todos tem sido implementados de forma direta, aproveitando os servidores públicos que são conhecedores da realidade nos Estados, onde a atuação se dá por meio de suas Superintendências e Unidades Organizacionais. Os resultados alcançados nos projetos demonstram que o governo pode contribuir de forma efetiva com o conhecimento geológico de um Distrito Mineiro, agregação de valor para os bens minerais produzidos pela mineração de pequeno porte e soluções sustentáveis para rejeitos de mineração.

Em 2013 os projetos buscaram estudar Distritos Mineiros com grande quantidade de rejeitos, e o seu possível aproveitamento, como é o caso do carvão em SC, com possibilidade de aproveitamento das piritas na produção de enxofre, e o de basaltos no RS, com possibilidade de aproveitamento em rochagem para o restabelecimento de solo para agricultura, tema que também entra na linha dos estratégicos na área de fertilizantes.

No Mato Grosso do Sul foram realizados projetos que visavam agregação de valor para areias, assim como o potencial geológico da região para minerais como ametistas e ágatas, devido a similaridade geológica com a região que contém essas jazidas, no RS. No estado do Ceará foi realizado um estudo sobre a indústria de agregados para a construção civil na região metropolitana de Fortaleza, com a localização das jazidas e tipos de minérios, que tem avançado junto com outro

projeto sobre o aproveitamento de areia de britagem como alternativa tecnológica na construção civil daquela região.

Os resultados observados nos projetos tem evidenciado a importância estratégica dessas ações para o desenvolvimento regional e também para a construção de soluções sustentáveis para a pequena mineração nos distritos mineiros e a expectativa é a de disseminação de projetos em todo o território nacional.

A meta prevista no PPA 2012-2015 de redução de tempo de resposta para a aquisição de título minerário envolve a atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), desde que um requerimento é protocolizado no DNPM até a sua análise. Em 2012, o alcance da meta foi afetado pela decisão de governo de interromper a publicação de títulos minerários para substâncias metálicas em razão da elaboração da proposta do Marco Regulatório da Mineração, que foi encaminhada para o Congresso Nacional em Junho de 2013, fato que resultou em um aumento nos requerimentos dos títulos, consequentemente aumentando o tempo de resposta.

No primeiro semestre de 2013, observou-se uma redução do tempo de resposta nas regiões Centro-Oeste e Sul, contrastando com as demais regiões, em especial com a Região Norte, onde o tempo de resposta aumentou expressivamente, principalmente no Estado do Pará, em que a grande quantidade de requerimentos de Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) que apresentam pendência tais como, problemas de deslocamento de áreas, ou seja, o requerimento apresentado para uma determinada área é apresentado em uma base cartográfica divergente o que resulta em inconsistências e erros na localização do Título requerido; áreas de Conflito, são áreas que conflitam com alguma legislação específica, como as reservas ambientais, áreas de fronteira, áreas limítrofes de municípios, áreas militares ou com outra destinação de uso econômico; e por ultimo áreas indígenas as quais não podem ser exploradas por falta de legislação, que constitucionalmente deve ser específica.

Tendo em vista os trabalhos empregados ao longo do primeiro semestre de 2013 para sanar essa deficiência na Região Norte, vários processos antigos foram tratados, contribuindo para o aumento do tempo de resposta registrado para a Região e, consequentemente, impactando um aumento na contagem nacional. Na Superintendência do Pará teve grande parte dos processos deferidos ao longo do 1º semestre de 2013, que datavam da década de 1990, computando em torno de 20 anos de tempo de espera. No geral, a expectativa é que os processos que estão represados sejam liberados, o que é positivo, porém, isso terá o efeito de aumentar a média de tempo de atendimento dos próximos anos.

No ano 2013, houve redução do tempo de resposta na região Centro-Oeste. Nas demais regiões, o tempo de resposta aumentou principalmente na Região Norte. Um dos motivos que contribuiu para este aumento foi a greve dos servidores do DNPM, realizada no segundo semestre de 2012. Além disso, o tratamento do passivo processual das superintendências colaborou para o aumento do tempo de resposta, por se tratarem de processos com maior tempo de vida.

O envio do Projeto do Marco Regulatório da Mineração para o Congresso na Mineração, fez surgir a necessidade de suspender a publicação de requerimentos objetivando a exploração de substâncias metálicas para evitar uma especulação no Setor Mineral e que também afetará a estimativa de tempo de resposta para os próximos anos. No geral, a expectativa é que os processos que estão represados sejam liberados, aumentando, assim, a média de tempo de atendimento nos próximos anos. A partir do momento que esses processos são analisados e é dado um respaldo final, a contagem do tempo de atendimento tende a aumentar, visto que os processos que estavam pendentes há bastante tempo aguardando a decisão.

No Objetivo 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas de extração de bens minerais, a participação da Autarquia foi por meio da Meta Consolidar as cooperativas, associações de produtores minerais em distritos mineiros, que resultou em 9 projetos concluídos.

Os Projetos de APLs desenvolvidos tiveram atuação em todas as Regiões do Brasil e contribuíram para o desenvolvimento da atividade minerária. Para isso, foram realizados seminários

e oficinas com o objetivo de difundir o conhecimento mineral para fins de regularização e formalização. As ações desenvolvidas em áreas com demandas históricas de pendências em relação a questões de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável como Morro da Fumaça, Pádua e Pirenópolis registraram significativos avanços na atividade de extração mineral e melhoria geral da competitividade e sustentabilidade.

Os projetos desenvolvidos tomam como premissa a melhoria e fortalecimento de diversas cadeias produtivas locais e regionais e construção de soluções na área de concessão de títulos, coma a viabilização de desmembramento vertical de áreas de exploração de argila e exploração de carvão, um modelo desenvolvido que permite em uma mesma área dadas as características de cada substância explorada, que ambas sejam extraídas de forma concomitante e sem interferência de uma na extração da outra. Esse modelo precedido de estudos e projetos pode ser replicado em demais regiões do Brasil e assim, viabilizar diversas atividades de extração de argilas e agregados no Brasil, garantindo o suprimento de materiais para a cadeia da construção civil e de cerâmica vermelha, produtos considerados estratégicos em função da sua demanda.

Os projetos são implementados de forma direta e conta com etapas de desenvolvimento de palestras e oficinas, as quais permitem uma maior disseminação de conhecimento e difusão das exigências para a sustentabilidade legal da atividade minerária, são projetos visam inclusive o melhor aproveitamento de todos os produtos, bem como estimular a agregação de valor na produção local. Alguns projetos possui o objetivo de apoiar o ordenamento mineral da atividade e as suas implicações no ordenamento territorial das regiões, contribuindo para a maximização do aproveitamento do potencial mineral regional.

No Objetivo Consolidar e Ampliar os Programas de Formalização da Atividade Minerária e de Fortalecimento de Micro e Pequenas Empresas do Setor Mineral na meta Consolidar as Cooperativas, Associações e Distritos Mineiros o modelo de atuação busca realizar as ações de diagnóstico inicial/estudo de áreas – direitos minerários análise legal dos títulos; avaliação geral da Sustentabilidade do projeto (Social, Legal e Ambiental); Regularização/formalização; difusão tecnológica; difusão técnicas gerenciais; agregação de valor; legalização/regularização; cooperativismo /associativismo; Estudos de mercado/cadeia produtiva; Inserção no APL e fortalecimento da Governança.

Os Projetos finalizados em 2013 foram: TAC Pirenópolis/GO; TAC Pádua/RJ; Morro da Fumaça/SC; Palestra e apoio para convênio Alagoas/Al; Ciclo de Palestras São Paulo/SP; Palestras Acre/AC; Palestras DF (Senado, Câmara, DNPN/Sede-Esc. Téc. Paracatu)/DF; Projeto de Esmeraldas Monte Santo de Tocantins/TO; Organização e formalização das atividades de extração de argila no baixo Jaguaribe/CE.

Os Projetos finalizados em 2012 foram: Projeto Cristalina/GO; Formalização, Extensionismo e Sustentabilidade em Cavalcante/GO; Participação no ciclo de eventos do setor mineral- 2012- Sede/DF; Verificação e regularização de posicionamento das áreas tituladas pelo DNPM/RS; Práticas de sustentabilidade e competitividade da mineração no Mato Grosso/MT; Caracterização geral do fechamento de minas no Mato Grosso/MT; O DNPM e a comunidade mineral do estado de São Paulo- Tatuí/MT; O DNPM e a comunidade mineral do estado de São Paulo- Santa Gertrudes/SC; Formalização da mineração de argila e da produção Oleira em Cássia/MG; Formalização da produção de artesanato em pedra-sabão com tecnologias limpas em Mata dos Palmitos – Ouro Preto/MG; Regularização e fomento a formação da Cooperativa de Ceramistas de Biribeira e Litoral Norte/BA; Organização e formalização das atividades de extração de argila no Baixo Jaguaribe/CE.

Outras ações suplementares desenvolvidas com os projetos em 2013, em especial a participação de reuniões do Programa Brasil Maior, a Participação da REDE APL Mineral; Participação reunião Rede SESI de Mineração; Participação GT Minerais Estratégicos; Reunião MPF relativa ao Plano Diretor de Mineração da região de Criciúma; Reuniões de apoio ao APL Granito do Leste Alagoano; Desenvolvimento do APL na exploração da Extração Artesanal de Granitos da Zona da Mata de Alagoas; Panorama Mineral de Santa Catarina Escola Técnica de

Mineração de Paracatu –palestra sobre “Viabilidade Econômica de Empreendimentos de Mineração; Proposta de Internalização do Plano Diretor de Mineração da região de Criciúma.

2.2.2. AÇÕES

QUADRO A.2.2.2 – AÇÕES

Identificação da Ação						
Código	0181 Tipo: Operação Especial					
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS					
Programa	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO Código:0089 Tipo:					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.645.550,00	30.645.550,00	30.645.550,00	26.426.468,61	26.426.468,61	0,00	4.219.081,39
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	0005 Tipo: Operação Especial					
Título	CUMPRIMENTO DE SENTENCA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS)					
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS Código: 0901 Tipo:					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
158.408,00	146.537,00	146.536,80	146.536,80	146.536,80	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação		
Código	00G5 Tipo: Operação Especial	
Título	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATORIOS E REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS Código: 0901 Tipo:	
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral	
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.425,00	17.425,00	17.425,00	17.425,00	17.425,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	0Z00 Tipo: Operação Especial					
Título	RESERVA DE CONTINGENCIA - FINANCEIRA					
Programa	RESERVA DE CONTINGENCIA Código: 0999 Tipo:					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
380.201.753,00	380.201.753,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	8890 Tipo: Atividade					
Título	INFORMACOES E ESTUDOS DO SETOR MINERAL					
Iniciativa	0018 - PROMOCAO DA GESTAO E DIFUSAO DO CONHECIMENTO GEOLOGICO E DAS INFORMACOES DO SETOR MINERAL					
Objetivo	REALIZAR O LEVANTAMENTO GEOLÓGICO DO BRASIL E DAS PROVÍNCIAS MINERAIS NAS ESCALAS ADEQUADAS E PROMOVER A GESTÃO E A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO GEOLÓGICO E DAS INFORMAÇÕES DO SETOR MINERAL Código: 0032					
Programa	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMACAO MINERAL Código: 2041 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
426.459,00	426.459,00	168.030,41	160.784,71	160.784,71	0,00	7.245,70
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
ESTUDO REALIZADO			Unidade	7	7	6
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
87.443	86.957	0,00	ESTUDO REALIZADO		Unidade	0

Identificação da Ação						
Código	20TZ Tipo: Atividade					
Título	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PEQUENA MINERAÇÃO					
Iniciativa	01LR - CONSOLIDACAO, AMPLIACAO, FORTALECIMENTO E INCENTIVO A PROGRAMAS DE EXTENSIONISMO MINERAL, FORMALIZACAO, CAPACITACAO E FINANCIAMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINERACAO, DE COOPERATIVAS, ASSOCIACOES E DISTRITOS MINEIROS					
Objetivo	CONSOLIDAR E AMPLIAR OS PROGRAMAS DE FORMALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA E DE FORTALECIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO SETOR MINERAL. Código: 0481					
Programa	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMACAO MINERAL Código: 2041 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
716.846,00	716.846,00	174.367,42	110.867,42	110.867,42	0,00	63.500,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
TECNOLOGIA MINERAL DIFUNDIDA			Unidade	6	8	9
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	TECNOLOGIA MINERAL DIFUNDIDA		Unidade	0

Identificação da Ação						
Código	20WT Tipo: Atividade					
Título	FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES MINERÁRIAS					
Iniciativa	003E - FISCALIZACAO DA ATIVIDADE MINERÁRIA					
Objetivo	OTIMIZAR O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS E PROMOVER MECANISMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES, VISANDO O PRESENTE E O FUTURO, POR MEIO DE REGULACAO, FISCALIZACAO E EXECUCAO DE PROJETOS DE PRODUCAO E TRANSFORMACAO MINERAL. Código: 0046					
Programa	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMACAO MINERAL Código: 2041 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.328.295,00	4.328.295,00	4.254.127,04	4.175.421,12	4.152.978,18	22.442,94	78.705,92
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
FISCALIZAÇÃO REALIZADA			Unidade	9693	9693	11518
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orcamentária e Financeira			Execução Física - Metas			

Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	0,00

Identificação da Ação						
Código	2377 Tipo: Atividade					
Título	GESTAO DA EMISSAO, MANUTENCAO E EXTINCAO DE DIREITOS MINERARIOS					
Iniciativa	003G - GESTAO DOS DIREITOS MINERARIOS					
Objetivo	OTIMIZAR O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS E PROMOVER MECANISMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES, VISANDO O PRESENTE E O FUTURO, POR MEIO DE REGULACAO, FISCALIZACAO E EXECUCAO DE PROJETOS DE PRODUCAO E TRANSFORMACAO MINERAL. Código: 0046					
Programa	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMACAO MINERAL Código: 2041 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.200.000,00	1.200.000,00	1.076.855,84	982.320,77	911.334,33	70.986,44	94.535,07
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
TÍTULO MANTIDO			Unidade	18000	18000	23524
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
427.498,51	427.498,51	0,00	TÍTULO MANTIDO		Unidade	0,00

Identificação da Ação						
Código		4396 Tipo: Atividade				
Título		AVALIACAO DE DISTRITOS MINEIROS				
Iniciativa		003D - ESTUDOS E PROJETOS PARA OTIMIZACAO DO APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS				
Objetivo		OTIMIZAR O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS E PROMOVER MECANISMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES, VISANDO O PRESENTE E O FUTURO, POR MEIO DE REGULACAO, FISCALIZACAO E EXECUCAO DE PROJETOS DE PRODUCAO E TRANSFORMACAO MINERAL. Código: 0046				
Programa		GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMACAO MINERAL Código: 2041 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
512.626,00	512.626,00	88.576,91	80.142,71	80.142,71	0,00	8.434,20
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade	de	Montante	

		medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
DISTRITO AVALIADO		Unidade	6	6	4
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	DISTRITO AVALIADO	Unidade	0,00

Identificação da Ação						
Código		09HB Tipo: Operação Especial				
Título		CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS				
Programa		PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária		32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.333.270,00	25.333.270,00	25.333.270,00	23.680.841,30	23.680.841,30	0,00	1.652.428,70
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
0,00	0,00	0,00				

Identificação da Ação						
Código	14UE Tipo: Projeto					
Título	AQUISICOES E REFORMAS DE IMOVEIS PARA UNIDADES REGIONAIS DO DNPM					
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
50.240.189,00	45.840.189,00	2.551.453,04	274.988,23	269.839,15	5.149,08	2.276.464,81
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
EDIFÍCIO ADQUIRIDO/ADEQUADO			Unidade	5	0	0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.486.594,10	948.881,22	-177.639,35	EDIFÍCIO ADQUIRIDO/ADEQUADO		Unidade	0,00

Identificação da Ação	
Código	2000 Tipo: Atividade

Título		ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE				
Programa		PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária		32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
42.876.920,00	47.276.920,00	43.618.247,91	35.895.635,98	34.301.245,92	1.594.390,06	7.722.611,93
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado				
9.097.658,85	8.029.380,73	-638.478,10				

Identificação da Ação						
Código	2004 Tipo: Atividade					
Título	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.763.000,00	3.351.200,00	3.168.229,05	2.767.817,66	2.767.817,66	0,00	400.411,39
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
PESSOA BENEFICIADA			Unidade	2211	2211	1968
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0.00	0,00	0.00	PESSOA BENEFICIADA		Unidade	0.00

Identificação da Ação						
Código		2010 Tipo: Atividade				
Título		ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESCIVIS, EMPREGADOS E MILITARES				
Programa		PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção				
Unidade Orçamentária		32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
132.000,00	142.000,00	142.000,00	138.694,80	138.694,80	0,00	3.305,20
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante	

				Previsto	Reprogramado	Realizado
CRIANÇA ATENDIDA			Unidade	158	158	128
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	CRIANÇA ATENDIDA		Unidade	0,00

Identificação da Ação						
Código	2011 Tipo: Atividade					
Título	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.040.028,00	1.701.128,00	1.701.128,00	1.518.133,77	1.518.133,77	0,00	182.994,23
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
PESSOA BENEFICIADA			Unidade	481	698	698
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA		Unidade	0,00

Identificação da Ação						
Código	2012 Tipo: Atividade					
Título	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS EMILITARES					
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.156.000,00	7.921.900,00	7.921.900,00	7.837.088,82	7.837.088,82		84.811,18
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
PESSOA BENEFICIADA			Unidade	1688	1723	1723
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	PESSOA BENEFICIADA		Unidade	0,00

Identificação da Ação

Código	20TP Tipo: Atividade					
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO					
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção					
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
139.957.682,00	157.822.047,00	157.822.047,00	154.065.710,37	153.617.069,16	448.641,21	3.756.336,63
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado		Valor Cancelado			
0.00	0.00		0.00			

Identificação da Ação			
Código	2272 Tipo: Atividade		
Título	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA		
Programa	Mineração e Desenvolvimento Sustentável Código: 0391 Tipo:		
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral		
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
Execução Orçamentária e Financeira			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	
300.517,65	12.717,21	-287.800,44	

Identificação da Ação					
Código	2375 Tipo: Atividade				
Título	FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA				
Iniciativa	003E - FISCALIZACAO DA ATIVIDADE MINERÁRIA				
Objetivo	OTIMIZAR O APROVEITAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS E PROMOVER MECANISMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES, VISANDO O PRESENTE E O FUTURO, POR MEIO DE REGULACAO, FISCALIZACAO E EXECUCAO DE PROJETOS DE PRODUCAO E TRANSFORMACAO MINERAL. Código: 0046				
Programa	GESTAO ESTRATEGICA DA GEOLOGIA, DA MINERACAO E DA TRANSFORMACAO MINERAL Código: 2041 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
887.064,78	808.538,68	-3.819,66	FISCALIZAÇÃO REALIZADA	Unidade	0,00

Identificação da Ação	
Código	4572 Tipo: Atividade
Título	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICACAO E REQUALIFICACAO
Programa	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DE MINASE ENERGIA Código: 2119 Tipo: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria
Execução Orçamentária e Financeira	

Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado
16.939,02	14.556,00	-593,02

2.2.2.1. ANÁLISE SITUACIONAL

No ano de 2013 foi iniciada a utilização de uma nova ferramenta de planejamento orçamentário, ou seja, os Planos Orçamentários, os quais possibilitou a fragmentação das Ações Orçamentárias e também a sua fusão, como no caso da Ação Proteção de Depósitos Fossilíferos e da Ação Fiscalização da Atividade Minerária, que em 2013 foi extinta e transformada em Plano Orçamentário da Ação Fiscalização das Atividades Minerárias. Essa ferramenta permitiu distribuir as dotações consignadas para Administração da Unidade por superintendência, se configurando como um instrumento de descentralização da decisão de execução orçamentária, bem como facilitadora da gestão da Autarquia.

No ano de 2013, no programa Temático 2041- Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral, a Autarquia participou com 5 ações orçamentárias representando uma dotação de R\$ 7.184.226,00, da qual foi empenhado R\$ 5.761.957,62, Liquidado R\$ 5.509.536,73 e com o montante de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 188.920,89.

No Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia, estão inseridas todas as ações de sustentação das atividades da Autarquia, incluindo as ações de Pagamento de Pessoal e Benefícios dos Servidores, as Ações de Reforma e Aquisição e também a Administração da Unidade que se configura como a ação responsável por custear todas as despesas de funcionamento da Autarquia no Brasil.

A Dotação Inicial do Programa 2119 em 2013 foi de R\$ 268.499.089,00, a Dotação Final foi de R\$ 289.388.654,00, os empenhos somaram R\$ 242.258.275,00, as Despesas Liquidadas foram de R\$ 226.178.910,93, o Total Pago foi de R\$ 224.130.730,58, os Restos a Pagar Processados somaram R\$ 2.048.180,35 e os Restos a Pagar Não Processados somaram R\$ 16.079.364,07.

A Ação Desenvolvimento Sustentável da Pequena Mineração por meio das tecnologias minerais difundidas buscou mudar as práticas danosas e antieconômicas e gerar desenvolvimento sustentável, especialmente para a pequena mineração, na exploração de jazidas e nas etapas da produção mineral. Foram realizadas as seguintes ações de difusão de tecnologia mineral:

- TAC Pirenópolis/GO
- TAC Pádua/RJ
- Morro da Fumaça/SC
- Ciclo de Palestras e apoio para convênio Alagoas/Al
- Ciclo de Palestras São Paulo/SP
- Palestras Acre/AC
- Palestras DF (Senado, Câmara, DNPN/Sede-Esc.Téc.Paracatu)/DF
- Projeto de Esmeraldas Monte Santo de Tocantins/TO.

Os Projetos de Desenvolvimento da Pequena Mineração se configuram como fator relevante para uma atuação bem sucedida no apoio da formalização, como o caso em Morro da Fumaça/SC, Pádua/RJ e Pirenópolis/GO, onde existia uma atividade muito antiga de mineração e um questionamento da atividade e seus aspectos de sustentabilidade ambiental e legal questionados principalmente pelo MP (Federal e Estadual). A realização de ciclos de palestras atendeu necessidades e solicitações do setor mineral, visando maior conscientização e sustentabilidade da atividade mineradora, além de dar maior visibilidade a ação do estado e consolidar a governança do setor mineral.

A Ação Fiscalização das Atividades Minerárias no Exercício de 2013 adotou como prioridades a fiscalização de minas (em especial as subterrâneas, com barragens de rejeitos,

concessões de água mineral, de minerais estratégicos, de diamante (CPK), de agregados em áreas urbanas); a verificação de trabalhos de pesquisa em área titulada com relatório de pesquisa apresentado; a fiscalização da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais; o atendimento de demandas externas (MPF, Judiciário, Prefeituras, denúncias de lavra ilegal, outros); a fiscalização de garimpos e para a formalização da mineração artesanal e de pequeno porte; e a fiscalização para a proteção de depósitos fossilíferos.

A Ação Gestão da Emissão, Manutenção e Extinção do Título Minerário, como fato relevante, no segundo semestre de 2013, cita a criação do Plano orçamentário Auditoria de Títulos Minerários com o objetivo de realizar trabalhos específicos no processo de Concessão de Títulos Minerários e que realizou 2 auditorias no ano. Em relação aos títulos minerários, o ano de 2013 contou com a proposta do novo Marco Regulatório da Mineração, que foi encaminhado ao Congresso Nacional em junho e que afetou todo o Setor Mineral inclusive no processo de concessão de títulos.

A Ação Avaliação de Distritos Mineiros em 2013 por meio dos Projetos Distrito Mineiro realizou o levantamento das áreas de passivo ambiental da mineralização de basalto no Distrito Mineiro de Nova Prata – RS; as jazidas Potenciais de Ametista, Ágatas e outros Minerais em Derrames Basálticos da Formação Serra Geral no Mato Grosso do Sul – e a Fase 2 – de Nioaque a Bandeirantes – MS; o Distrito Mineiro Polimetálico do Pitinga – AM; o Distrito Mineiro da Bacia Carbonífera de Santa Catarina – SC; e também os Projetos de Distritos Mineiros realizados possibilitaram um maior conhecimento da geologia e potencialidades locais. No caso das Jazidas de Ágatas no MS foi diagnosticada pelo DNPM a imensa potencialidade para a ocorrência de ágatas e ametistas em determinada região, ainda não explorada. Para o DM de Pitinga, no AM, foram levantados e coletados dados sobre essa importante mineralização, com foco nos elementos terras-raras, objeto de atenção por parte do Governo Brasileiro.

Nos projetos tanto da Bacia Carbonífera em SC quanto no de Rejeitos de Basaltos, no RS, o DNPM atuou de forma determinante em antigos locais de mineração a fim de quantificar e verificar a possibilidade de aproveitamento dos rejeitos, piritas em SC e basaltos no RS, chegando a resultados altamente satisfatórios em ambos.

A Ação Informações e Estudos do Setor Mineral em 2013, teve como objetivo produzir estudos, análises e estatísticas sobre o Setor Mineral. Para a publicação Anuário Mineral, houve, durante todo o ano de 2013, a reformulação e desenvolvimento de novo software AMBWeb para a liberação dos dados, tanto de forma física (Publicação Anuário Mineral), como a liberação dos dados para download no sítio do DNPM. Para este desenvolvimento, houve encontros periódicos (mensais) de técnicos do DNPM de vários estados (São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com os técnicos da sede e da empresa de informática desenvolvedora de software. Estes trabalhos buscaram sistematizar as informações sobre a produção mineral que será disponibilizada pelo DNPM.

As principais dificuldades encontradas durante o processo de desenvolvimento do AMBWeb foram a falta de pessoal para analisar as demandas da empresa de informática. Além disso, devido às obrigações diárias dos técnicos do DNPM nos estados, há uma diminuição do efetivo das pessoas que podem trabalhar exclusivamente com a produção do software. Este está com, aproximadamente, 50% analisado e com uma parte já em ambiente de homologação para produção. A previsão é terminar o desenvolvimento da maior parte do software no primeiro semestre de 2014 e a liberação dos Anuários para os usuários no segundo semestre de 2014.

O Anuário Mineral Brasileiro contém informações primárias sobre o setor mineral de relevante importância para o País. Isso requer uma velocidade de divulgação dos dados que o AMBWeb trará para o setor. Quanto as outras duas publicações do DNPM, o Sumário Mineral de 2012 e 2013 foram publicados, assim como o Informe Mineral dos dois semestres. Ambas as publicações estão disponíveis no sítio do DNPM.

A Ação Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM no ano de 2013, teve R\$ 40.000.000,00 referente a emenda parlamentar que não teve limite orçamentário

autorizado e um cancelamento de dotação orçamentária para suplementar a Ação 2000 Administração da Unidade no valor de R\$ 4.400.000,00 em Ago/2013.

A Portaria 268/MPOG suspendeu novas aquisições de imóveis e também novas contratações relacionadas à reforma de unidades, contudo, projetos que já possuíam Termo de Referência / Projeto Básico elaborado ou em elaboração pela Divisão de Engenharia, estão prontos para a execução, conforme abaixo:

- DNPM/SP: Projeto Básico 005/DENGE-DNPM/2013: Reforma do sistema de drenagem pluvial, com valor estimado de R\$ 329.741,95, encaminhado ao DNPM/SP para licitação em 06/06/2013;
- Anteprojeto Básico 008/DENGE-DGADM/2013: Contratação de elaboração de Projeto Executivo para a reforma do DNPM/SP, com valor estimado de R\$ 239.012,83, encaminhado ao DNPM/SP para licitação em 13/09/2013;
- DNPM/RS: Anteprojeto Básico 007/DENGE-DGADM/2013: Contratação de elaboração de Projeto Executivo para a reforma do DNPM/RS, com valor estimado de R\$ 219.953,67, encaminhado ao DNPM/RS para licitação em 12/06/2013;
- DNPM/MG: Projeto Básico 010/DENGE-DGADM/2013: Contratação da Conclusão da Reforma do Edifício Sede do DNPM/MG, com valor estimado de R\$ 511.685,11, encaminhado ao DNPM/MG para licitação em 27/09/2013; Obs: o contrato 06/2010 celebrado entre o DNPM/MG e a empresa Range Pereira Engenharia Ltda. foi rescindido por caso fortuito, prejudicando a conclusão da obra iniciada em out/2010, cuja previsão era para abril/2013, assim como o cumprimento de uma das metas da Ação 14UE.
- DNPM/GO: Projeto Básico 011/DENGE-DGADM/2013: Contratação da Reforma e Ampliação do DNPM/GO, com valor estimado de R\$ 8.483.937,63, encaminhado para licitação em 29/10/2013, revisado e reencaminhado em 19/12/2013.

A Ação Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes trata de ação que concede benefício de assistência médica aos servidores da Autarquia e é acompanhada por meio de relatório gerencial do SIAPE e também responsável por realizar os exames periódicos. No ano de 2013 foi possível iniciar os exames periódicos dos servidores, que pela primeira vez estão sendo realizados e espera-se que essa atividade resulte em uma melhor saúde laboral aos servidores do DNPM, prevenindo doenças.

A Ação Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares em 2013, foi observada uma pequena diminuição nos benefícios pagos no segundo semestre, que caiu de 128 para 125.

A Ação Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares varia conforme a solicitação por parte dos servidores beneficiados, pois não são todos que recebem o auxílio e durante o ano essa quantidade sofre uma variação, que permaneceu dentro do observado nos anos anteriores.

A Ação Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares paga benefício a todos os servidores ativos do Departamento Nacional de Produção Mineral, incluídos os ocupantes de cargos comissionados e anistiados recebidos pela Autarquia. No ano foi observado um aumento de R\$ 1.765.900,00, resultado do acréscimo da quantidade de anistiados recepcionados pela instituição e também do aumento do Auxílio Alimentação em 1º de janeiro de 2013 em R\$ 69, saindo de R\$304,00 para R\$373,00.

As Ações do Programa 2119 – Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia sob responsabilidade do DNPM foram executadas durante o ano de 2013 de maneira a dar continuidade às atividades desenvolvidas pela Autarquia e também com o foco para o bom funcionamento administrativo e da gestão.

A título de informação tiveram quatro Ações de Operações Especiais, as quais:

- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - servidores civis;
- Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (precatórios);

- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor;
- Reserva de Contingência – financeira.

2.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

No aperfeiçoamento da atividade de Fiscalização, em 2013 pode-se destacar: a publicação da Portaria DNPM nº 416/2012 que estabeleceu o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração e dispôs sobre o Plano de Segurança da Barragem de Mineração, a ser cumprido pelos mineradores; a elaboração, publicação e divulgação da Portaria DNPM nº 526/2013 que estabeleceu procedimentos para adoção e implantação do Plano de Ações Emergenciais para os empreendimentos que possuem Barragens de Mineração.

A implantação do Cadastro Nacional de Barragem de Mineração e sua disponibilização ao público externo foi um avanço na transparência para o Setor Mineral e Sociedade. A classificação de todas as barragens cadastradas, quanto ao risco e dano potencial associado e a elaboração do planejamento de fiscalização de barragens estruturou uma cadeia de prioridades na fiscalização desses empreendimentos.

A elaboração de Manual de Fiscalização de Barragens de Mineração, acompanhada da capacitação de equipes em cursos de Segurança de Barragens na Universidade Federal de Ouro Preto e em cursos da Agência Nacional de Águas e as medidas adotadas trouxeram um melhor planejamento para as suas inspeções e otimizou a identificação dos Empreendimentos Minerais com Barragens a serem fiscalizados prioritariamente.

Em setembro de 2013, foi publicada a Portaria nº 401/2013, no Boletim Interno nº 12 Extraordinário, que avocou as competências do Art. 61 do Regimento Interno do DNPM e as delegou para a Diretoria de Gestão Administrativa - DGADM, movendo a Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento para outra Diretoria, configurando uma decisão do Diretor-Geral, para mudanças na estrutura de planejamento orçamentário e institucional. Essa mudança desencadeou uma nova estrutura de trabalho e também as rotinas da Autarquia.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O DNPM apresenta em sua estrutura de governança, no âmbito interno, a Unidade de Auditoria Interna criada pelo Decreto nº 4.640, de 21/3/2003, e de acordo com normativo e estrutura organizacional atual da Autarquia, criada mediante Decreto nº 7.092/2010 que aprovou a Estrutura Regimental, vinculada diretamente à Diretoria-Geral, com competência para verificar a conformidade com as normas vigentes dos procedimentos de natureza orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e de recursos humanos; a Unidade de Corregedoria, com competência e prerrogativas próprias das unidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal; a Ouvidoria, a qual compete, dentre outros, receber e encaminhar as reclamações, denúncias, representações e sugestões que se relacionem com as atividades do DNPM; a Diretoria-Geral, as Diretorias, Coordenadorias, Superintendências, bem como os servidores; e no âmbito externo, o Ministério de Minas e Energia (MME), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), empresas de mineração e sociedade, representada, inclusive, pelas leis e regulamentos.

3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: A execução dos trabalhos de avaliação e informações elaboradas , envolveu a participação dos diversos agentes do DNPM sede e demais superintendências na conferência e consolidação dos dados , e objetivou demonstrar a estrutura de controles internos desta autarquia, a qual está se reestruturando para avançar na busca da inovação dos referidos controles , efetivando acompanhamento focado também em aspectos gerenciais. evidenciando a suficiência desses controles para garantir, com razoável certeza, o cumprimento dos objetivos da Instituição em termos de eficiência e efetividade operacional, confiabilidade das informações e conformidade com as leis e normas aplicáveis					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3. SISTEMA DE CORREIÇÃO

O Decreto nº 7.092/2010, que alterou a estrutura regimental do DNPM, instituiu uma unidade seccional de Corregedoria, com competência e prerrogativas próprias das unidades que compõem o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal em consonância com as determinações legais.

No ano de 2013 foram abertos 39 processos sendo 2 Processos Administrativos Disciplinares, 2 Ritos Sumários de celetistas, 5 Termos Circunstanciados Administrativos e 30 Investigações Preliminares.

3.4. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº. 1.043/2007 DA CGU.

Atentando-se à obrigatoriedade de sua utilização pelos órgãos e entidades vinculados ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, estabelecida pela Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, o DNPM aderiu ao gerenciamento das informações sobre processos disciplinares, tendo incluído no sistema todos os processos disciplinares desde a sua criação como autarquia em 1994, ver Anexo 2 – fls. 136.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1.1. PROGRAMAÇÃO

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária : Departamento Nacional de Produção Mineral				Código UO: 32263		UGO:323002					
Origem dos Créditos Orçamentários				Grupos de Despesa Correntes							
				1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes			
DOTAÇÃO INICIAL				196.112.335,00		0,00		65.788.762,00			
CRÉDITOS	Suplementares			17.864.365,00		0,00		7.925.200,00			
	Especiais	Abertos		0,00		0,00		0,00			
		Reabertos		0,00		0,00		0,00			
	Extraordinários	Abertos		75.080,00		0,00		0,00			
		Reabertos		75.080,00		0,00		0,00			
	Créditos Cancelados			-162.031,00		0,00		-4.900.000,00			
Outras Operações				0,00		0,00		0,00			
Dotação final 2013 (A)				213.964.829,00		0,00		68.813.962,00			
Dotação final 2012(B)				211.418.478,00		0,00		124.545.617,00			
Variação (B/A-1)*100				1,2044127		0,00		-44,74798579			
Origem dos Créditos Orçamentários				Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência				
				4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras			6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL				44.145.041,00		458.560,00		0,00		380.201.753,00	
CRÉDITOS	Suplementares			0,00		0,00		0,00		0,00	
	Especiais	Abertos		0,00		0,00		0,00		0,00	
		Reabertos		0,00		0,00		0,00		0,00	
	Extraordinários	Abertos		0,00		0,00		0,00		0,00	
		Reabertos		0,00		0,00		0,00		0,00	
	Créditos Cancelados			0,00		0,00		0,00		0,00	
Outras Operações				0,00		0,00		0,00		0,00	
Dotação final 2013 (A)				44.145.041,00		458.560,00		0,00		380.201.753,00	
Dotação final 2012(B)				10.264.316,00		611.4130,00		0,00		190.456.3230,00	
Variação (A/B-1)*100				330.0826378		-24.99995911		0,00		99.62674224	

4.1.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

No desenvolvimento da Proposta Orçamentária da Autarquia Departamento Nacional de Produção Mineral, foram identificadas as necessidades de todas as unidades organizacionais e também as metas anuais para, a partir dessas informações, se elaborar a proposta que foi encaminhada ao Órgão Orçamentário Setorial, o Ministério de Minas e Energia, para conhecimento e disponibilização do Orçamento.

Em razão da escassez de limites orçamentários, os valores solicitados não foram integralmente atendidos, fazendo necessária a adoção de ajuste das prioridades ao orçamento recebido. Quando informados os limites do PLOA é utilizado no âmbito interno o SISPLAN/DNPM, Sistema de Planejamento do DNPM, que permite comunicação com todas as 26 unidades do Órgão, para o desenvolvimento do planejamento orçamentário e de atividades do ano corrente para adequação do orçamento disponibilizado com as necessidades da Autarquia.

No ano de 2013, foi solicitada a suplementação por cancelamento de R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais) para atender as necessidades de despesas de custeio, sendo efetivado por Decreto Presidencial. Os outros valores suplementados foram para pagamento de benefícios e pessoal.

4.1.2. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	323002	090032	00G5	17.425,00		
	323002	090032	0005	146.537,00		
	323002	154019	20WT			134.127,69
	323002	153114	20WT			241.000,00
	323002	153045	4396			34.205,70
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	323002	154019	2000	2.981,00		
	323002	320002	2000	580.000,00		
Recebidos						

4.1.3. REALIZAÇÃO DA DESPESA

4.1.3.1. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

QUADRO A.4.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária : Departamento Nacional de Produção Mineral			Código UO: 32263		UGO:323002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga			
	2013	2012	2013	2012		
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	33.372.567,97	34.098.781,66	33.372.567,97	34.098.781,66		
a) Convite	0,00	22.103,20	0,00	22.103,20		
b) Tomada de Preços	807.046,13	8.655,53	807.046,13	8.655,53		
c) Concorrência	1.393.605,34	1.336.833,70	1.393.605,34	1.336.833,70		
d) Pregão	31.171.916,50	32.731.189,23	31.171.916,50	32.731.189,23		
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00		
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00		
2. Contratações Diretas (h+i)	9.304.017,11	8.248.867,94	9.304.017,11	8.248.867,94		
h) Dispensa	7.195.028,20	5.927.866,28	7.195.028,20	5.927.866,28		
i) Inexigibilidade	2.108.988,91	2.321.001,66	2.108.988,91	2.321.001,66		
3. Regime de Execução Especial	539.395,66	475.472,67	539.395,66	475.472,67		
j) Suprimento de Fundos	539.395,66	475.472,67	539.395,66	475.472,67		
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	184.468.786,01	167.662.404,08	184.468.786,01	167.662.404,08		
k) Pagamento em Folha	181.657.894,31	164.449.353,70	181.657.894,31	164.449.353,70		
l) Diárias	2.810.891,70	3.213.050,38	2.810.891,70	3.213.050,38		
5. Outros	32.142.972,69	29.069.131,79	32.142.972,69	29.069.131,79		
6. Total (1+2+3+4+5)	259.827.739,44	239.554.658,14	259.827.739,44	239.554.658,14		

4.1.3.2. DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

QUADRO A.4.1.3.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária : Departamento Nacional de Produção Mineral		Código UO: 32263	UGO:323002	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	15.816.634,31	19.551.422,03	15.526.634,31	19.551.422,03
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	290.000,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	15.526.634,31	19.551.422,03	15.526.634,31	19.551.422,03
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	2.845.705,66	3.497.853,56	2.845.705,66	3.497.853,56
h) Dispensa	1.465.798,99	1.887.391,68	1.465.798,99	1.887.391,68
i) Inexigibilidade	1.379.906,67	1.610.461,88	1.379.906,67	1.610.461,88
3. Regime de Execução Especial	13.854,42	11.094,57	13.854,42	11.094,57
j) Suprimento de Fundos	13.854,42	11.094,57	13.854,42	11.094,57
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	182.367.285,89	165.314.045,56	182.367.285,89	165.314.045,56
k) Pagamento em Folha	181.657.894,31	164.449.353,70	181.657.894,31	164.449.353,70
l) Diárias	709.391,58	864.691,86	709.391,58	864.691,86
5. Outros	32.142.972,69	29.069.131,79	32.142.972,69	29.069.131,79
6. Total (1+2+3+4+5)	233.186.452,97	217.443.547,51	232.896.452,97	217.443.547,51

4.1.3.3. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Ver Anexo 3 – fls. 136

4.1.3.4. DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Ver Anexo 4 – fls. 137.

4.1.3.5. ANÁLISE CRÍTICA DA REALIZAÇÃO DA DESPESA

Ação 00G5 e 0005:

00G5: Contribuição da União, para custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, decorrente de pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor; e 0005:

Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – Precatório. Descentralização automática de dotação orçamentária para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região em cumprimento ao Artigo 24 da LDO de 2014.

Ação 20WT Fiscalização das Atividades Minerárias:

Termo de Cooperação Técnica DNPM x UNB: Continuação de desenvolvimento de Veículo Aéreo Não Tripulado – μ VANT. O Veículo Aéreo Não Tripulado (μ VANT) do DNPM é testado no Geopark do Araripe. Na semana do dia 13 de maio, a equipe do Projeto μ VANT do DNPM esteve na região do Geopark do Araripe para testar o equipamento, avaliar o volume de rejeitos da atividade de extração do calcário laminado, bem como testar a metodologia para fiscalização das áreas de mineração e coleta ilegal de fósseis, a partir dos dados gerados pelo μ VANT.

A etapa faz parte do desenvolvimento do Projeto μ VANT, uma parceria do DNPM com a Universidade de Brasília (UNB), iniciada em setembro de 2011, para desenvolvimento de μ VANTs, de softwares para planejamento e controle de voo, de metodologia de processamento de dados e treinamento de pilotos.

Durante o ensaio de campo, na Chapada do Araripe, ocorreu uma reunião entre a coordenadora do Projeto μ VANT, Cristina P. Bicho (DIFIS - DNPM), o Chefe do Escritório Regional do Crato, Artur Andrade (DNPM), o vice-reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA), Patrício Melo, e integrantes da equipe do Geopark visando estabelecer parcerias para estudos de quantificação do volume do rejeito das atividades de mineração, através do uso das imagens produzidas pelo μ VANT. Dentro desta parceria, a intenção é que a URCA ajude a elaborar estudos econômicos para avaliar o uso do rejeito na indústria cimenteira, aumentando a arrecadação dos municípios e evitando problemas ambientais.

Além deste projeto inicial, outras iniciativas devem ser organizadas em parceria com a URCA, que mantém um acordo de cooperação com o DNPM, principalmente na área do Geopark do Araripe, visando aprimorar ações para o monitoramento, de geoturismo e a conservação do Patrimônio Geológico e Geomineiro.

Participaram deste ensaio de campo os pilotos da Superintendência do CE e da PB – Cristiano Alves, Mirgom, Helano e José Carlos de Santana Júnior; o instrutor de voo da UNB, Rodolpho Gondin; bem como os coordenadores do Projeto μ VANT, Cristina P. Bicho (DIFIS - DNPM) e Lenildo Santos (UNB).

Termo de Cooperação Técnica DNPM x UFRGS: Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o DNPM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para desenvolvimento de Segurança Técnico-Operacional em Minas Subterrâneas, conforme Processo DNPM nº. 48400.001625/2013.

Ação 4396 - Avaliação de Distritos Mineiros:

Termo de Cooperação Técnica DNPM e a Universidade Federal do Ceará: Este termo está sob gerência da Superintendência do DNPM do Estado do Ceará, conforme Processo nº. 48410.900.870/2012.

Ação 2000 Administração da Unidade:.

- O valor de R\$ 2.981,00 (dois mil, novecentos e oitenta e um reais), foi para UG 154019 – CDT/UNB para atender a parte de investimento do projeto μ VANT.
- O valor de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), foi descentralizado para a UG 320002 – COF/MME, em investimento para aquisição de 04 dispositivos de Firewall, os quais foram instalados nas unidades do DNPM dos Estados da Bahia, São Paulo, Goiás e na Sede no Distrito Federal, objetivando aumento de segurança e contingência para acesso de dados.

O Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ representa a Dotação Orçamentária desta UJ, contemplada na LOA de 2012, foi detalhada por ações objetivando a manutenção administrativa e cumprimento da Missão da Instituição.

Ao longo do Exercício de 2013, houve sérias dificuldades de pagamento de despesas empenhadas nas fontes de recursos vinculadas ao Tesouro, tendo em vista que foram solicitados os recursos à Unidade Setorial por meio de programação financeira no sistema SIAFI, e por diversas vezes não houve atendimento ou houve atendimento apenas de forma parcial.

Registre-se que todas as solicitações de recursos financeiros, para pagamento de despesa com pessoal foram atendidas de forma integral e tempestiva.

Esta Instituição cumpriu de forma integral as Portarias nºs. 267 e 268/2013 MPOG. Não foram preenchidos os campos relativos aos itens Juros e Encargos da Dívida, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, em decorrência do não registro de ocorrência no exercício de 2013.

4.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

QUADRO A.4.2 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323002	04.041.085/0001-07	-	-	1.921,25	1.921,25-
323002	06.064.175/0001-49	-	151.436,10	151.436,10	-
323002	02.931.592/0001-90	-	53.498,73	53.498,73	-
323002	78.533.312/0001-58	-	67.101,01	67.101,01	-
323002	04.621.879/0001-40	-	104.999,92	104.999,92	-
323002	69.112.514/0001-35	-	2.609,02	2.609,02	-
323002	37.057.387/0001-22	-	-	161.969,37	161.969,37
323002	41.893.678/0001-28	-	1.265.651,04	1.265.651,04	-
323002	12.898.944/0001-07	-	2.900,38	2.900,38	-
323002	76.535.764/0001-43	-	13.000,00	13.000,00	-
323002	01.644.731/0001-32	-	7.173,44	7.173,44	-
323002	110245	2.142.794,05	-	-	2.142.794,05
323002	110245	1.558.060,64	456.201,20	-	1.101.859,44
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323003	09.310.539/0001-11	1.388,18	1.388,18	-	-
323003	11.446.367/0001-50	13.454,34	13.454,34	-	-
323003	89.963.862/0001-23	41.666,51	41.666,51	-	-
323003	10.235.718/0001-10	7.941,64	7.941,64	-	-
323003	10.639.199/0001-56	444,00	444,00	-	-
323003	08.467.115/0001-00	4.703,38	4.703,38	-	-
323003	92.924.901/0001-98	-	-	7.004,00	7.004,00
323003	02.449.992/0121-70	1.606,15	1.606,15	-	-
323003	76.535.764/0001-43	4.953,99	4.953,99	-	-

323003	76.535.764/0002-24	121,72	121,72	-	-
Fonte: SIAFI					

OBS.: Todo o passivo referente ao exercício de 2012 foi quitado, o valor restante de R\$ 7.004,00, para o CNPJ 92.924.901/0001-98, refere-se a fornecimento de água do exercício de 2013, devido a vazamento no mês de dezembro, que ocasionou faturas acima do estimado, no orçamento, houve a inscrição na conta 21211.11.00, para posterior quitação no exercício de 2014.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323004	03.623.340/0001-67	25.752,95	25.752,95	-	-
323004	14.490.337/0001-39	11.756,36	11.756,36	-	-
323004	00.435.781/0002-28	15.775,25	17.341,14	1.565,89	-
323004	110245	4.000,00	4.000,00	-	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323005	07.544.068/0001-80	78.966,09	78.966,09	-	-
323005	07.544.068/0001-80	14.848,02	14.848,02	-	-
323005	06.101.609/0001-33	-	6.870,00	6.870,00	-
323005	07.544.068/0001-80	-	1.617,64	1.617,64	-
323005	06.101.609/0001-33	-	6.870,00	6.870,00	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323006	00.323.090/0001-51	44.447,40	44.447,40	-	-
323006	00.323.090/0001-51	37.686,02	37.686,02	-	-
323006	09.543.683/0001-06	27.579,46	27.579,46	-	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323007	04.901.294/0001-83	1.100,00	1.100,00	-	-
323007	14.101.232/0001-40	200,00	200,00	-	-
323007	07.346.264/0001-40	3.913,95	3.913,95	-	-

323007	01.518.478/0001-70	21.818,03	21.818,03	-	-
323007	06.855.175/0007-52	31.078,32	31.078,32	-	-
323007	07.069.574/0001-65	36.462,19	36.462,19	-	-
323007	05.663.318/0001-76	1.111,10	1.111,10	-	-
323007	07.346.264/0001-40	980,40	980,40	-	-
323007	04.945.341/0001-90	3.634,08	3.634,08	-	-
323007	04.164.616/0001-59	1.250,00	1.250,00	-	-
323007	33.530.486/0001-29	1.650,00	1.650,00	-	-
323007	11.954.049/0001-08	768,00	768,00	-	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323008	01.092.071/0001-24	51.856,27	-	-	51.856,27
323008	10.446.523/0001-10	1.673,97	-	-	1.673,97
323008	00.914.803/0001-51	27.938,30	27.938,30	-	-
Fonte: SIAFI					

OBS.: Por equívoco, o saldo da conta 21211.11.00 no SIAFI2013 não foi zerado até o dia 31/12/2013, entretanto, ressalta-se que as despesas foram efetivamente pagas no exercício de 2013 e baixadas da referida conta no exercício de 2014.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323009	08.935.932/0001-38	64.088,00	64.088,00	-	-
323009	70.237.672/0002-81	21.124,15	-	-	21.124,15
323009	15.139.629/0001-94	14.234,71	-	-	14.234,71
Fonte: SIAFI					

OBS.: Os valores pendentes no SIAFI em 31/12/2013 foram quitados em maio/2013, porém a baixa dos mesmos na conta 21211.11.00 só foi realizada em março de 2014.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323010	02.341.467/0001-20	-	6.500,00	6.500,00	-
323010	05.633.420/0001-29	-	2.000,00	2.000,00	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil	
Código SIAFI	Denominação

21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323011	04.057.771/0001-76	56.063,66	56.063,66	-	-
323011	05.231.661/0001-41	53.344,85	53.344,85	-	-
323011	09.209.483/0001-03	12.434,92	12.434,92	-	-
323011	06.141.118/0001-16	51.647,63	20.187,13	-	31.460,50
323011	33.000.118/0001-79	24.000,00	24.000,00	-	-
323011	71.208.516/0001-74	500,00	500,00	-	-
Fonte: SIAFI					

OBS.: Referente ao Passivo Financeiro do Exercício de 2012 no valor de R\$ 31.460,50, tendo em vista que o referido valor foi inscrito em RESTOS A PAGAR, foi realizada a baixa do saldo na conta 21211.11.00, somente em 2014.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323012	10.358.169/0001-71	1.700,00	1.700,00	-	-
323012	04.595.044/0001-62	6.161,66	6.161,66	-	-
323012	04.808.914/0001-34	8.008,32	8.008,32	-	-
323012	86.960.598/0001-86	9.078,20	9.078,20	-	-
323012	11.399.787/0001-22	1.502,74	1.502,74	-	-
323012	08.744.388/0001-47	11.828,23	11.828,23	-	-
323012	10.358.169/0001-71	1.700,00	1.700,00	-	-
323012	110245	2.000,00	2.000,00	-	-
Fonte: SIAFI					

UG 323013 – Não há.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323014	01.363.653/0001-06	4.092,30	4.092,30	-	-
323014	078.440.001-63	16.500,00	16.500,00	-	-
323014	10.446.523/0001-10	3.506,30	3.506,30	-	-
323014	10.732.146/0001-85	6.273,88	6.273,88	-	-
323014	06.236.934/0001-03	67.777,02	67.777,02	-	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013

323015	73.281.404/0001-74	15.869,34	15.869,34	-	-
323015	07.228.643/0001-36	46.296,72	46.296,72	-	-
323015	04.368.898/0001-06	-	400,00	400,00	-
323015	110245	-	8.703,65	8.703,65	-
323015	110245	-	8.703,65	8.703,65	-
323015	110245	-	8.703,65	8.703,65	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323016	06.982.630/0001-95	1.385,92	1.385,92	-	-
323016	08.966.334/0001-26	10.326,74	10.326,74	-	-
323016	05.312.066/0001-30	9.495,02	9.495,02	-	-
323016	09.171.533/0001-00	3.046,32	3.046,32	-	-
323016	07.156.137/0001-89	1.267,41	1.267,41	-	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323017	018.779.074-48	11.850,08	11.850,08	-	-
323017	24.126.948/0001-56	20.232,24	20.232,24	-	-
323017	03.447.167/0001-93	9.692,28	9.692,28	-	-
323017	05.554.220/0001-80	10.522,19	10.522,19	-	-
323017	110245	-	6.000,00	6.000,00	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323018	000.912.512-49	5.500,00	5.500,00	-	-
323018	07.304.842/0001-86	10.831,81	10.831,81	-	-
323018	06.119.287/0001-50	5.183,31	5.183,31	-	-
323018	10.662.792/0001-13	10.944,78	10.944,78	-	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
212111100	FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em	Movimento	Movimento	Saldo Final em

		31/12/2012	Devedor	Credor	31/12/2013
323019	06.088.000/0002-52	15.127,71	15.127,71	-	-
Fonte: SIAFI					

UG 323020 – Não há.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323021	37.594.793/0001-24	6.800,00	6.800,00	-	-
323021	07.662.244/0001-89	39.268,86	25.268,86	-	14.000,00
323021	09.540.692/0001-35	39.455,08	25.977,54	-	13.477,54
323021	10.760.842/0001-03	33.263,32	33.263,32	-	-
323021	05.914.650/0001-66	22.720,00	22.720,00	-	-
323021	33.530.486/0001-29	9.800,00	-	-	9.800,00
323021	76.535.764/0001-43	5.440,00	-	-	5.440,00
Fonte: SIAFI					

OBS.: Apesar de constar no SIAFI os valores acima, os credores CNPJ's 07.662.244/0001-89 - R\$ 14.000,00; 09.540.692/0001-35 - R\$ 13.477,54; 33.530.486/0001-29 - R\$ 9.800,00 e 76.535.764/0001-43 – R\$ 5.440,00, tiveram seus débitos quitados em 2013, faltando apenas realizar as Notas de Lançamento para baixar no sistema, o que foi feito em 2014.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323022	08.088.541/0001-25	27.128,91	27.128,91	-	-
323022	13.024.068/0001-52	36.457,84	36.457,84	-	-
323022	13.037.586/0001-00	12.272,02	12.272,02	-	-
323022	10.330.894/0001-31	62.064,56	62.064,56	-	-
323022	11.237.497/0001-82	3.362,23	3.362,23	-	-
323022	110245	6.000,00	6.000,00	-	-
323022	11.578.819/0001-57	128.571,23	128.571,23	-	-
323022	28.152.650/0001-71	6.500,00	6.500,00	-	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323023	05.695.725/0001-65	13.663,77	13.663,77	-	-
323023	08.578.865/0001-41	19.833,56	19.833,56	-	-
323023	06.840.748/0001-89	6.250,26	6.250,26	-	-
323023	06.845.747/0001-27	2.701,47	2.701,47	-	-
323023	33.000.118/0001-79	4.927,71	4.927,71	-	-

323023	33.530.486/0001-29	2.522,50	2.522,50	-	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CRÉDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323024	09.127.091/0001-03	600,00	600,00	-	-
323024	09.611.589/0001-39	285,16	285,16	-	-
323024	11.399.787/0001-22	15.795,00	15.795,00	-	-
323024	07.441.614/0001-58	6.684,00	6.684,00	-	-
323024	08.888.686/0001-00	6.727,40	6.727,40	-	-
323024	110245	1.000,00	1.000,00	-	-
323024	06.272.793/0001-84	2.065,73	2.065,73	-	-
323024	06.274.757/0001-50	5.861,10	5.861,10	-	-
323024	33.530.486/0001-29	807,69	807,69	-	-
Fonte: SIAFI					

UG 323025 – Não há.

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323026	04653234000199	2.483,17	2.483,17	-	-
323026	84013234000163	19.727,24	19.727,24	-	-
323026	05939467000115	1.704,40	1.704,40	-	-
Fonte: SIAFI					

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
21211.11.00	FORNECEDORES POR INSUF. DE CREDITOS/RECURSOS				
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
323027	04.196.645/0001-00	800,00	5.553,21	4.753,21	-
Fonte: SIAFI					

4.2.1 ANÁLISE CRÍTICA

A Diretoria de Gestão Administrativa desta Autarquia elaborou o mapeamento das despesas da Sede e de todas as Superintendências. Estudos preliminares mostraram que a dotação orçamentária em custeio, Ação Administração da Unidade, denominada Plano Orçamentário, era insuficiente para apropriar as despesas continuadas do exercício e amortizar os passivos financeiros registrados no SIAFI. Constatou-se que os Planos Orçamentários de algumas Superintendências eram suficientes para atender até o mês de setembro, outras até outubro. Com exceção das

Superintendências de Mato Grosso do Sul, Sergipe e Santa Catarina, todas as Superintendências e a Sede mostraram déficits orçamentários para o exercício de 2013.

Para suprir os déficits orçamentários constatados nas Unidades Gestoras desta Instituição foi solicitado remanejamento de Dotação Orçamentária, cancelando parcialmente o valor de R\$ 4,4 milhões na Ação Aquisição e Reformas de Unidades do DNPM para suplementar o mesmo valor na Ação Administração da Unidade; conforme Pedido nº 26772 registrado no sistema SIOP. Ressalta-se que as solicitações foram registradas no sistema SIOP e aprovadas pelo Órgão Setorial (CGOF/MME) e Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPOG.

Posteriormente, a Sede descentralizou novos valores objetivando suplementar os Planos Orçamentários das Superintendências para atender todas as despesas continuadas até o mês de dezembro do presente exercício, incluindo os valores dos passivos financeiros registrados no SIAFI. Após adoção destes procedimentos, a conta contábil 21211.11.00 - passivos financeiros deveria apresentar saldo zero ao final deste exercício, ou seja, os passivos financeiros gerados no exercício de 2012 obrigatoriamente deveriam ser sanados no exercício de 2013.

Com relação ao passivo financeiro junto à Imprensa Nacional, foi solicitado remanejamento de dotação orçamentária para regularizar esta inconsistência, conforme pedido nº 23858 registrado no SIOP; porém não foi aprovado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPOG. Considerando a NÃO aprovação da SOF e confirmada a Emenda Parlamentar nº 05180003 no valor de R\$ 160 milhões, sendo R\$ 70 milhões em custeio, deverá ser aguardada liberação de limite de execução orçamentária ao longo deste exercício para equacionamento do passivo de forma definitiva.

Ressalta-se que o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, Sede e Superintendências, é feito através do sistema SIAFI e planilhas padronizadas, que se aproximam ao máximo o planejamento orçamentário da realidade. Esta ferramenta de trabalho mostrou-se eficiente e encontra-se em estudo para aprimoramento e posteriormente disponibilização na intranet. Após a descentralização de Dotação Orçamentária na Ação Administração da Unidade, segue no Anexo 5 – fls. 139 - o demonstrativo dos valores disponibilizados para as Superintendências no período de 2010 a 2013.

Cabe esclarecer com relação ao remanescente saldo passivo da Sede que o contrato com a Eridata Teleinformática LTDA – ME, cujo objeto é de prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva da central telefônica, para o DNPM-Sede, contrato 04/2010, não foi baixado em decorrência do processo de pagamento não retornar a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira para fins de pagamento.

O contrato com a Hepta Tecnologia e Informática LTDA, cujo objeto é de prestação de serviços com suporte de tecnologia da informação e manutenção de ambiente tecnológico, conforme contrato nº. 02/2013 e termo de aditamento nº. 31/2013, não foi baixado em decorrência do processo de pagamento não retornar a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira para fins de pagamento. A Procuradoria Federal expediu PARECER PROGE nº 585/2013-dsp, processo nº 48400.000.635/2013 acerca do Contrato e aguarda decisão dos Senhores Gestores desta Instituição.

4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	12.218.945,30	10.184.768,78	1.136.883,34	897.293,18
2011	5.699.470,33	4.751.594,10	426.508,62	521.367,61
2010	7.130.563,91	5.392.283,84	1.117.451,29	620.828,78

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	1.532.604,66	1.328.161,53	177.497,93	26.945,20
2011	1.069.344,97	1.030.151,85	32.960,94	6.232,78
2010	135.830,12	104.103,00	16.609,61	15.117,51

4.3.1 ANÁLISE CRÍTICA

Até o exercício de 2011 a inscrição de valores em Restos a Pagar Processados e Não Processados concentrava-se em maioria absoluta na execução de despesas continuadas contratadas, totalizando R\$ 13.751.549,96 (treze milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos) no exercício de 2012, e no exercício de 2011 o valor de R\$ 6.768.815,30 (seis milhões setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quinze reais e trinta centavos). Comparando o exercício de 2012 com 2011 constata-se que a UJ inscreveu o percentual de 103,16% a maior no último exercício.

Este aumento decorre do não atendimento ou de atendimento parcial, por parte do Órgão Setorial, dos repasses de recursos vinculados ao Tesouro Nacional a esta UJ. Desta forma, mês após mês registrou-se déficit financeiro que foi se acumulando até o mês de dezembro do exercício.

4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

4.4.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Ver Anexo 6 – fls. 140.

4.4.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL					
CNPJ:	00.381.056/0001-33					
UG/GESTÃO:	323009/32263					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	-	-	0	-	-	-
Contrato de Repasse	-	1	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	291.000,00	150.000,00	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	291.000,00	150.000,00	-

Fonte:DNPM

Unidade Concedente ou Contratante	
Nome:	Superintendência do DNPM/BA
CNPJ:	00.381.056/0008-00
UG/GESTÃO:	323009/32263

Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	-	1	-	-	12.000,00
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: Processos administrativos.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência do DNPM/MS					
CNPJ:	00.381.056/0024-20					
UG/GESTÃO:	323025/32263					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação			1			
Termo de Compromisso						
Totais			1			

Fonte: Processos administrativos.

4.4.3 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade Concedente					
Nome: Departamento Nacional de Produção Mineral/SEDE					
CNPJ: 00381.056/0001-33		UG/GESTÃO: 323002/32263			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade		1	
		Montante Repassado		230.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte:

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência do DNPM/BA					
CNPJ: 00.381.056/0008-00			UG/GESTÃO: 323009/32263		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade		01	
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade		01	
		Montante Repassado		12.000,00	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte:					

4.4.4 ANÁLISE CRÍTICA

O DNPM vem executando de forma satisfatória os Termos de Cooperação assinados. No caso da sede, o primeiro, trata do projeto VANT idealizado pela Diretoria de Fiscalização e objetiva o sobrevôo para identificação do alvo, planejamento e operacionalização da fiscalização em áreas de interesse de mineração, formalizadas ou clandestinas, em obediência a Constituição federal e Legislação mineral correlata.

O segundo trata de Estudos Técnicos sobre a segurança técnica em minas subterrâneas, com objetivo de aumento da qualidade e consequente diminuição dos riscos da atividade, bem como atender exigências do MPF em Ação Civil Pública, que envolve o DNPM, FATMA e Empresas Carboníferas.

4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS

4.5.1 SUPRIMENTO DE FUNDOS – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

UG: 323002		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	18	13.854,42	13.854,42
2012	-	-	-	-	20	7.778,37	7.778,37
2011	-	-	-	-	21	11.919,68	11.919,68

UG: 323003	Suprimento de Fundos
------------	----------------------

Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	64	18.369,55	18.369,55
2012	-	-	-	-	80	22.375,49	22.375,49
2011	-	-	-	-	119	21.615,71	21.615,71

UG: 323004	Suprimento de Fundos						
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	07	6.280,73	6.280,73
2012	-	-	-	-	20	9.789,93	9.789,93
2011	-	-	-	-	21	10.636,75	10.636,75

UG: 323005	Suprimento de Fundos						
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	195	101.626,17	101.626,17
2012	-	-	-	-	161	77.550,12	77.550,12
2011	-	-	-	-	155	50.847,38	50.847,38

UG: 323006	Suprimento de Fundos						
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	24	15.439,56	15.439,56
2012	-	-	-	-	24	14,548,02	14.548,02
2011	-	-	-	-	25	14.993,37	14.993,37

UG: 323007	Suprimento de Fundos						
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	88	57.242,81	57.242,81
2012	-	-	-	-	79	51.784,94	51.784,94
2011	-	-	-	-	64	46.881,30	46.881,30

UG: 323008	Suprimento de Fundos						
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	-	-	363	50.018,85	50.018,85
2012	-	-	-	-	312	37.464,15	37.464,15
2011	-	-	-	-	419	41.455,44	41.455,44

UG: 323009							
Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)

			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013			2	160,00	95	30.043,20	30.203,20
2012			3	190,00	72	26.765,21	30.203,20
2011			4	450,00	80	31.293,93	31.743,93

UG: 323010		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	08	5.128,55	5.128,55
2012	-	-	-	-	12	5.989,81	5.989,81
2011	-	-	-	-	11	6.688,52	6.688,52

UG: 323011		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	214	26.138,39	26.138,39
2012	-	-	-	-	239	25.979,63	25.979,63
2011	-	-	-	-	260	29.817,62	29.817,62

UG: 323012		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	61	12.938,12	12.938,12
2012	-	-	-	-	93	19.221,00	19.221,00
2011	-	-	-	-	108	22.838,80	22.838,80

UG: 323013		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	35	48.990,00	48.990,00
2012	-	-	-	-	36	37.943,36	37.943,36
2011	-	-	-	-	44	36.843,59	36.843,59

UG: 323014		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	194	26.553,56	26.553,56
2012	-	-	1	70,00	216	21.760,06	21.830,06
2011	-	-	-	-	265	24.525,84	24.525,84

UG: 323015		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)

			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	28	7.011,06	7.011,06
2012	-	-	-	-	36	8.708,26	8.708,26
2011	-	-	-	-	45	14.244,11	14.244,11

UG: 323016		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	153	14.715,12	14.715,12
2012	-	-	-	-	97	9.699,22	9.699,22
2011	-	-	-	-	60	10.470,5	10.470,50

UG: 323017		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	63	8.064,13	8.064,13
2012	-	-	-	-	41	4.406,32	4.406,32
2011	-	-	-	-	46	5.372,91	5.372,91

UG: 323018		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	03	650,00	24	14.494,32	15.144,32
2012	-	-	17	3.210,00	30	12.221,42	15.431,42
2011	-	-	14	2.780,00	25	11.652,95	14.432,95

UG: 323019		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	12	5.662,66	5.662,66
2012	-	-	-	-	11	4.229,09	4.229,09
2011	-	-	-	-	23	6.460,56	6.460,56

UG: 323020		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	3	423,17	423,17
2011	-	-	-	-	31	1718,93	1718,93

UG: 323021		Suprimento de Fundos					
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)

			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	29	15.286,42	15.286,42
2012	-	-	-	-	23	6.152,17	6.152,17
2011	-	-	-	-	23	11.621,28	11.621,28

UG: 323022							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	34	19.978,91	19.978,91
2012	-	-	-	-	46	16.584,25	16.584,25
2011	-	-	-	-	51	14.897,67	14.897,67

UG: 323023							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	20	12.894,28	12.894,28
2012	-	-	-	-	21	13.727,35	13.727,35
2011	-	-	-	-	15	18.023,05	18.023,05

UG: 323024							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	09	7.157,38	7.157,38
2012	-	-	-	-	15	15.918,95	15.918,95
2011	-	-	-	-	14	10.708,34	10.708,34

UG: 323025							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	21	6.492,82	6.492,82
2012	-	-	-	-	22	5.699,75	5.699,75
2011	-	-	01	140,00	22	6.695,02	6.835,02

UG: 323026							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	13	2.319,80	2.319,80
2012	-	-	-	-	11	2.724,50	2.724,50
2011	-	-	-	-	13	3.391,36	3.391,36

UG: 323027							
Exercícios	Conta Tipo "B"		CPGF				Total (R\$)

			Saque		Fatura		(a+b+c)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	11	6.685,26	6.685,26
2012	-	-	-	-	11	4.117,35	4.117,35
2011	-	-	-	-	15	5.282,67	5.282,67

4.5.2 SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

QUADRO A.4.5.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG	323002	Limite de Utilização da UG		50.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Andrea Aparecida da Silva	417.297.731-68	20.000,00	-	3.346,18	3.346,18
Helio Nascimento Silva	385.837.471-72	4.00,00	-	1.054,69	1.054,69
Orlando Martins de Freitas	121.444.871-20	33.000,00	-	9.453,55	9.453,55
Total Utilizado pela UG			-	13.854,42	13.854,42

Código da UG	323003	Limite de Utilização da UG		200.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Andrea Cristina Giongo Gauch	677.337.279-87	1.583,50	-	1.583,50	1.583,50
Fabricio Souza de Souza	761.564.190-04	1.181,16	-	1.181,16	1.181,16
Helder Abel Pasti	312.319.448-54	553,93	-	553,93	553,93
Humberto Menezes dos Santos	253.621.190-87	2.870,59	-	2.870,59	2.870,59
João de Araújo Bastos	358.476.110-72	1.202,19	-	1.202,19	1.202,19
José Claudio Carneiro Schimitt	413.630.430-72	466,63	-	466,63	466,63
José Maria Pereira Moreira	061.313.791-49	1.358,86	-	1.358,86	1.358,86
Karen Cristina de Jesus Pires	490.807.680-49	366,28	-	366,28	366,28
Luciana Silva Vieira Gabriel	067.696.376-50	390,80	-	390,80	390,80
Luis Antonio Cruz Maciel	292.126.420-04	1.018,39	-	1.018,39	1.018,39
Marcelo Bandeira Santos	046.540.976-86	658,33	-	658,33	658,33
Mario Antonio Bertol	264.818.550-04	401,03	-	401,03	401,03
Max Ottomar Vaske	210.846.960-53	869,48	-	869,48	869,48
Roberto Soares Saraiva	212.961.460-49	993,10	-	993,10	993,10
Ronaldo Mossmann	125.614.870-91	752,44	-	752,44	752,44
Rubens Muller Kautzmann	291.730.780-34	762,90	-	762,90	762,90
Telmo Fernando Perez de Quadros	352.786.330-34	413,59	-	413,59	413,59
Valerio Miguel Grando	390.388.400-63	1.292,81	-	1.292,81	1.292,81
Victor Renato Barbisan	183.893.840-00	1.155,00	-	1.155,00	1.155,00
Total Utilizado pela UG			-	18.291,01	18.291,01

Código da UG	323010	Limite de Utilização da UG		50.000,00		
Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
				Saque	Fatura	
Eliezer Senna Gonçalves Júnior		012.302.861-28	5.800,00	-	886,09	886,09
Francimeire de Aguiar Moita		068.636.552-68	9.800,00	-	1.411,04	1.411,04
Selene Chaves Cavalcante		134.034.862-49	5.000,00	-	2.831,42	2.831,42
Total Utilizado pela UG				-	5.128,55	5.128,55

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323011	Limite de Utilização da UG		155.000,00		
--------------	--------	----------------------------	--	------------	--	--

		UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Anderson Cristiano Neves	861.862.646-53	4.000,00	-	-	-
Flávia de Fillipi Lopes	776.077.757-49	4.000,00	-	463,96	463,96
José Raimundo dos Anjos	300.861.246-68	4.000,00	-	648,01	648,01
Júlio César D. Ferreira Silva	624.850.407-53	6.000,00	-	9.537,03	9.537,03
Leonardo de A. Bernardo	098.646.627-16	4.000,00	-	1.300,60	1.300,60
Marcos Antonio S. Monteiro	891.679.967-87	4.000,00	-	-	-
Mirian Rosa Riera	128.936.108-89	4.000,00	-	799,90	799,90
Roberto R. de S. Sobrinho	495.460.317-04	4.000,00	-	2.679,96	2.679,96
Rodrigo de C. Coutinho	085.990.237-48	4.000,00	-	301,07	301,07
Rodrigo Stutz Salgueiro	094.330.497-05	4.000,00	-	2.365,88	2.365,88
Rubens Gilberto da Silva	279.066.126-04	4.000,00	-	282,69	282,69
Vladimir De Souza Melo	918.137.274-49	4.000,00	-	170,00	170,00
Willians Carvalho	083.523.477-05	4.000,00	-	7.589,29	7.589,29
Total Utilizado pela UG			-	26.138,39	26.138,39

FONTE: SIAFI 2013 E SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO BB.

Código da UG	323012	Limite de Utilização da UG		150.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Aldenira Mourão Leitão	143.607.641-20	6.000,00	-	2.715,84	2.715,84
Alexandre Ferreira da Silva	029.979.194-79	800,00	-	-	-
Aline Nogueira Bezerra	518.244.503-20	800,00	-	-	-
Artur Andrade	072.131.743-04	1.000,00	-	597,08	597,08
Benicia Dias	811.912.273-91	800,00	-	-	-
Betimar Filgueira	034.447.243-49	800,00	-	-	-
Cristiano Alves da Silva	640.790.663-68	800,00	-	-	-
Francisco Clesio Barbosa de Oliveira	247.286.753-00	800,00	-	-	-
Fátima Cardoso	081.964.942-20	800,00	-	-	-
Fernando Antonio da Costa Roberto	101.587.583-15	800,00	-	-	-
Giovani Fernandes	233.982.303-00	800,00	-	-	-
Helano Régis de Nobrega Fonteles	501.569.263-34	1.200,00	-	541,01	541,01
José Nemésio Teófilo	073.706.103-06	2.600,00	-	829,69	829,69
Josafá Bomfim	098.173.441-34	800,00	-	280,69	280,69
José Maria de Freitas	131.231.304-87	800,00	-	-	-
Manoel Campelo Bezerra	041.021.853-72	800,00	-	-	-
Marcos Aurélio Marcelino Moreira	639.652.243-87	2.000,00	-	1.671,20	1.671,20
Mauro Bartolomeu Carneiro de Barros	122.228.364-68	800,00	-	-	-
Michelle Luigi Procaccio	082.382.598-19	1.928,00	-	1.139,33	1.139,33
Mirgom M Freitas	600.380.673-74	800,00	-	-	-
Pablo Forlan Lima e Silva	896.579.423-49	800,00	-	441,61	441,61
Roberto Cruz Parente	073.600.883-72	2.210,00	-	2.151,15	2.151,15
Saulo Almeida Gomes	919.958.093-49	2.764,00	-	2.570,52	2.570,52
Sérgio Luis Sátiro	339.487.201-34	800,00	-	-	-
Vanessa Cavalcanti	211.276.893-04	800,00	-	-	-
Vera Rita Sales Vieira	169.493.823-91	800,00	-	-	-
Total Utilizado pela UG			-	12.938,12	12.938,12

FONTE: SIAFI 2013 E SISTEMA DE AUTOATENDIMENTO BB.

Código da UG	323013	Limite de Utilização da	140.000,00
---------------------	---------------	--------------------------------	-------------------

		UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Neri Nascimento Berto	398.709.369-20	17.807,00	-	15.216,69	15.216,69
Moisés Crescêncio Vieira	223.678.379-53	11.688,00	-	9.384,26	9.384,26
Francisco de Assis Marcelino	342.302.119-53	4.000,00	-	-	-
Jesse Otto Freitas	266.523.660-53	4.000,00	-	1.229,32	1.229,32
Joni de Lima Pires	239.643.830-15	4.000,00	-	-	-
João Carlos Carrilho	359.010.209-87	4.000,00	-	-	-
Randy Souza Morato	080.928.446-40	4.800,00	-	4.812,22	4.812,22
Jone Edson Martins	291.945.710-15	4.000,00	-	1.305,31	1.305,31
Patrick Schadach	009.344.739-60	4.000,00	-	1.051,32	1.051,32
João Awdziej	131.953.790-15	4.000,00	-	112,66	112,66
Mateus de Oliveira	050.495.896-81	6.000,00	-	-	-
Maico de Oliveira	036.516.289-22	12.178,00	-	9.104,15	9.104,15
Francisco Freire	095.634.235-34	4.000,00	-	-	-
Fernando Bittencourt	442.207.409-10	5.378,00	-	2.133,80	2.133,80
Marcelo José de Souza	507.317.779-72	4.000,00	-	-	-
Plínio de Sá Moreira	022.739.184-53	9.000,00	-	4.640,27	4.640,27
Total Utilizado pela UG			-	48.990,00	48.990,00

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323014	Limite de Utilização da UG		35.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Adnen Rajab	155.804.821-91	2.435,00	-	266,61	266,61
Carlos Alberto Barrosi	362.261.571-00	3.264,00	-	1.017,26	1.017,26
Cléia Paganotti da Conceição	346.253.481-53	9.825,00	-	4.629,28	4.629,28
Edilson César Cunha	328.902.731-72	8.686,00	-	4.752,35	4.752,35
Eliângelo Cavalcante Souza	719.382.731-68	9.716,00	-	5.555,92	5.555,92
Ezio José da Silva	802.562.448-04	9.044,00	-	6.843,72	6.843,72
Vilson Bom Despacho Alves	078.494.861-53	11.125,00	-	3.488,42	3.488,42
Total Utilizado pela UG			-	26.553,56	26.553,56

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323015	Limite de Utilização da UG		100.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Francisco Nailor Coral	044.605.968-49	10.425,00	-	437,63	437,63
Glauber Pereira de Souza	062.937.629-83	1.400,00	-	1.369,80	1.369,80
Mauricio Jerônimo da Silva	067.130.174-87	9.407,00	-	1.333,33	1.333,33
Renata de Paula Xavier Moro	154.782.378-09	4.442,00	-	1.262,70	1.262,70
Fernando Antonio Guimarães Martins	320.667.679-72	6.506,00	-	688,93	688,93
Ronaldo Moyle Baeta	592.929.036-91	6.214,00	-	1.301,01	1.301,01
Rafael Quevedo do Amaral	819.073.540-34	2.462,00	-	617,66	617,66
Total Utilizado pela UG			-	7.011,06	7.011,06

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323016	Limite de Utilização da UG		75.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alexandre Silveira Zuanazzi	733.127.380-91	9.600,00	-	1.155,87	1.155,87

Álvaro Barbosa de Santana	587.384.444-53	9.600,00	-	1.740,91	1.740,91
Arcelino Farias Filho	037.323.634-49	6.000,00	-	351,90	351,90
Eliasibe Alves de Jesus	792.167.904-82	6.000,00	-	1.153,21	1.153,21
José Alves da Costa Neto	221.631.904-04	7.800,00	-	3.297,73	3.297,73
José Romildo Ferreira dos Santos	009.985.704-94	6.000,00	-	2.276,56	2.276,56
Nelson Marcelino de Oliveira	039.308.584-87	6.000,00	-	161,00	161,00
Osman Soares Medeiros	175.874.844-34	6.000,00	-	222,06	222,06
Roberto Moscoso de Araújo	279.773.074-72	6.000,00	-	488,54	488,54
Sérgio Luiz Klein	538.783.700-59	2.000,00	-	385,31	385,31
Tiago José de Castro	029.847.906-00	6.000,00	-	2.510,65	2.510,65
Claudio Sousa Silva	553.305.174-00	4.000,00	-	971,38	971,38
Total Utilizado pela UG			-	14.715,12	14.715,12

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323017	Limite de Utilização da UG	40.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Arnaldo Bezerra Lopes de Almeida	775.726.371-91	5.208,00	-	2.718,38	2.718,38
Arnaldo Maia	139.523.314-49	5.500,00	-	598,34	598,34
Guilherme H. Silveira e Silva	032.481.994-31	3.000,00	-	1.788,65	1.788,65
João da Penha Araújo	086.109.834-04	3.000,00	-	1.616,84	1.616,84
José Calos Santana Junior	906.662.754-91	5.200,00	-	679,65	679,65
Sérgio de Farias Tenório	333.625.724-72	2.000,00	-	662,27	662,27
Total utilizado pela UG			-	8.064,13	8.064,13

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323018	Limite de Utilização da UG	40.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Augusto Costa Salgado	105.000.732-87	20.004,00	650,00	4.711,83	5.361,83
Carmem Lúcia Barbosa Brito	033.387.112-04	7.000,00	-	5.993,25	5.993,25
José Chemont da Silva	051.284.472-00	12.996,00	-	3.789,24	3.789,24
Total Utilizado pela UG			650,00	14.494,32	15.144,32

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323019	Limite de Utilização da UG	50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Gean Frank Faustino da Silva	029.711.924-90	7.099,00	-	2.388,12	2.388,12
Gilvan Nogueira de Oliveira	102.300.415-15	3.726,00	-	270,68	270,68
Moacir Haruo Massani	371.023.466-20	5.124,00	-	2.381,47	2.381,47
Washington Luiz Gomes de Andrade	280.381.851-53	4.232,00	-	475,30	475,30
Total Utilizado pela UG			-	5.515,57	5.515,57

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

UG 323020 – NÃO UTILIZOU O CPGF NO ANO DE 2013.

Código da UG	323021	Limite de Utilização da UG	26.400,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	

Airton Nogueira de Oliveira	097.044.692-68	3.488,00	-	2.756,46	2.756,46
Antônio Edmilson de Jesus	052.174.582-68	4.755,00	-	3.878,56	3.878,56
Antônio Teotônio de Souza Neto	461.884.364-00	2.656,00	-	1.351,00	1.351,00
Joaquim Ribeiro Neto	130.865.704-82	5.382,00	-	7.074,23	7.074,23
Jorge Américo de Carvalho Lopes	122.779.672-20	574,00	-	574,00	574,00
Total Utilizado pela UG			-	15.634,25	15.634,25

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323022	Limite de Utilização da UG	100.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Wagner Araújo Nascimento	026.752.076-08	10.000,00	-	1.287,28	1.287,28
Henrique Imberti	488.723.697-20	20.000,00	-	4.708,40	4.708,40
João Antonio Vasconcelos	051.134.626-32	10.000,00	-	389,27	389,27
Henrique Giacomeli	340.404.438-02	10.000,00	-	951,50	951,50
Ricardo Rodrigues	474.957.667-00	20.000,00	-	6.784,57	6.784,57
Júlio Cezar Vilela Zago	245.239.331-20	10.000,00	-	5.857,89	5.857,89
Total Utilizado pela UG			-	19.978,91	19.978,91

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323023	Limite de Utilização da UG	50.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Miguel Francisco de Sousa Carvalho	217.749.353-68	12.500,00	-	5.843,57	5.843,57
João Paulo de Souza	228.061.133-34	12.500,00	-	7.050,71	7.050,71
Total Utilizado pela UG			-	12.894,28	12.894,28

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323024	Limite de Utilização da UG	95.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Wagner da Silva Siqueira	401.931.362-87	9.500,00	-	385,74	385,74
José Carneiro de Jesus Neto	034.766.984-08	9.500,00	-	809,99	809,99
José Ulisses C. de Melo	165.312.644-20	9.500,00	-	1.357,88	1.357,88
Thyago de Sousa Ribeiro	006.964.673-21	9.500,00	-	3.753,04	3.753,04
Moacyr Carvalho de A. Neto	586.885.875-15	9.500,00	-	850,73	850,73
Total Utilizado pela UG			-	7.157,38	7.157,38

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323025	Limite de Utilização da UG	20.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Antonio Cláudio Leonardo Barsotti	028.204.318-79	2.000,00	-	1.441,69	1.441,69
Alberto Cálgaro Zucareli	561.814.181-72	5.000,00	-	-	-
Jorge Massena da Silva	273.370.571-72	3.000,00	-	591,34	591,34
José Augusto Simões Neto	059.061.149-63	2.000,00	-	1.587,10	1.587,10
Luis Cláudio de Sousa	358.448.416-20	2.000,00	-	1.056,33	1.056,33
Regis Marlo Martins Pereira	013.427.236-60	1.000,00	-	-	-
Reinan Bispo Sobral	041.794.826-30	3.000,00	-	1.123,95	1.123,95
Romualdo Homobono Paes de	021.798.258-11	2.000,00	-	692,41	692,41

Andrade					
Total Utilizado pela UG			-	6.492,82	6.492,82

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323026	Limite de Utilização da UG	20.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Cristina N. N. Rodrigues	164.144.972-15	848,00	-	805,00	805,00
João Alves Ribeiro	580.740.056-15	1.360,00	-	1.074,00	1.074,00
Idelci Carlos Cortez	199.564.602-48	650,00	-	440,20	440,20
Total Utilizado pela UG			-	2.319,20	2.319,20

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

Código da UG	323027	Limite de Utilização da UG	16.161,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Jose Mauricio Lima Ferreira	133.763.064-00	11.166,00	-	4.979,76	4.979,76
Luiz Lopes de Medeiros Duarte Júnior	011.245.814-99	4.995,00	-	1.705,50	1.705,50
Total Utilizado pela UG			-	6.685,26	6.685,26

Fonte: SIAFI 2013 e Sistema de Autoatendimento BB.

4.5.3 PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

QUADRO A.4.5.3 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
UG: 323002	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	10	13.854,42	07	7.778,37	08	11.919,68

Suprimento de Fundos												
UG: 323003	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	--	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	64	18.369,55	80	22.375,49	119	21.615,71

Suprimento de Fundos												
UG: 323004	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	07	6.280,73	20	9.789,93	21	15.230,33

Suprimento de Fundos												
UG: 323005	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	232	101.626,17	249	77.550,12	200	50.847,38

Suprimento de Fundos												
UG: 323006	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	24	15.439,56	24	14.548,02	25	14.993,37

Suprimento de Fundos												
UG: 323007	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	78	57.242,81	73	51.784,94	71	46.881,30

Suprimento de Fundos												
UG: 323008	Conta Tipo "B"						CPGF					

Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	139	50.018,85	176	37.464,15	216	41.455,44

Suprimento de Fundos												
UG: 323009	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	49	30.064,06	35	26.892,21	55	31.463,64

Suprimento de Fundos												
UG: 323010	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	08	5.128,55	12	5.989,81	11	6.688,52

Suprimento de Fundos												
UG: 323011	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Val or	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	40	26.138,39	30	25.979,63	37	29.817,62

Suprimento de Fundos												
UG: 323012	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Val	Qtd	Val	Qtd	Val	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor

	.	or	.	or	.	or	.		.		.	
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	61	12.938,12	93	19.221,00	108	22.838,80

Suprimento de Fundos												
UG: 323013	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	35	48.990,00	36	37.943,36	44	36.843,59

Suprimento de Fundos												
UG: 323014	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	265	26.553,56	217	21.830,06	194	24.525,84

Suprimento de Fundos												
UG: 323015	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	13	7.011,06	25	8.708,26	38	14.244,11

Suprimento de Fundos												
UG: 323016	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Apresentadas												
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	45	14.715,12	26	9.699,22	26	10.470,50

Suprimento de Fundos												
UG: 323017	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	20	8.064,13	26	4.406,32	27	5.372,91

Suprimento de Fundos												
UG: 323018	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	31	15.144,32	33	15.431,42	26	14.432,95

Suprimento de Fundos												
UG: 323019	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	12	5.662,66	11	4.229,09	23	6.460,56

Suprimento de Fundos												
UG: 323020	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Análise												
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	01	423,17	26	2.197,04

Suprimento de Fundos												
UG: 323021	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	29	15.284,42	23	6.152,17	23	11.621,28

Suprimento de Fundos												
UG: 323022	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	27	31.700,00	24	43.000,00	29	43.098,96

Suprimento de Fundos												
UG: 323023	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	19	14.197,99	22	8.532,39	33	13.289,35

Suprimento de Fundos												
UG: 323024	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	09	7.780,78	15	11.674,95	14	10.708,34

Suprimento de Fundos												
UG: 323025	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	24	12.334,97	29	11.866,34	22	13.854,65

Suprimento de Fundos												
UG: 323026	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas							13	2.319,80	11	2.724,50	13	3.391,36

Suprimento de Fundos												
UG: 323027	Conta Tipo "B"						CPGF					
Situação	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor	Qtd .	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	11	6.685,26	11	4.117,35	15	5.282,67

4.5.4 ANÁLISE CRÍTICA

A utilização de suprimentos de fundos pela Autarquia destina-se a atender basicamente a demandas de fiscalização. O uso dessa modalidade ocorre porque nas viagens a campo não há cobertura contratual para atender as demandas emergenciais que surgem eventualmente, relacionadas com abastecimento e manutenção de veículos nas áreas fiscalizadas e distantes das Unidades da Autarquia.

Os saques são tratados como exceção e foram autorizados pela Portaria/GAB/MME nº. 230, DE 4 DE JULHO DE 2008, exclusivamente para abastecimentos e serviços de borracharia em viagens de fiscalização.

O caso específico ocorre na Sede com aquisição de materiais eletroeletrônicos e de engenharia que não estão disponíveis em estoque no almoxarifado.

Quanto ao controle das despesas com o Cartão de Pagamento do Governo Federal esta autarquia se utiliza da ferramenta CPR, via SIAFI WEB, para acompanhar os processos de concessão de suprimento de fundos, quanto à prestação de contas, por meio da reclassificação das despesas e devolução dos saldos não utilizados. Em atendimento a Macrofunção SIAFI, 021121 – Suprimento de Fundos.

4.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

4.6.1 REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

QUADRO A.4.6.1. – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Precatórios - Requisição												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia												
Comum												
Total												
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Alimentícia												
Comum	175.833,00	75.080,00	90.421,00									
Total	175.833,00	75.080,00	90.421,00									
Observações:												
2013 – Precatórios: R\$ 158.408,00												
Contribuição Seguridade Social: R\$ 17.425,00												
2012 – Precatórios: 0,00												
Contribuição Seguridade Social: R\$ 75.080,00												
2011 – Precatórios: R\$ 79.327,00												
Contribuição Seguridade Social: R\$ 11.094,00												

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1 DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

5.1.1.1 LOTAÇÃO

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.148			
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.148	1.050		52
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		33	4	5
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		6		
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		22	8	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	2.148	1.111	12	66
Para efeito de calculo do quantitativo apresentado foi considerado o total de cargos ocupados (1.077), adicionados do total de cargos vagos (1.071). Os cargos excluídos foram desconsiderados no cálculo . Lotação efetiva - SIAPE opção >GRCOSITCAR. Não foram considerados nestas informações, para efeito da lotação efetiva: Requisitados de outros órgãos - 1 funcionaria anistiada (CODEVASF) CLT Ans - Decreto 6.657/08 - 644 funcionários anistiados – 20 anistiados cedidos devolvidos para o DNPM Servidores cedidos - 45 Exercício § 7º art. 93 Lei 8.112/90 - 47 funcionários anistiados. Total da lotação efetiva: 1.111 + 1+20+45+47=1.224 servidores				

Fonte: Lotação Autorizada - SIAPE opção > GRCOQUAVAG

5.1.1.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.1.1.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	45
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	01
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	01
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	22
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	01
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	14
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	02
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	05
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	05
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	05
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	05
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	05
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	02
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	80

Fonte: SIAPE

Planilha de controle do Serviço de Gestão de Cadastro e Benefícios - SGCB/CRH/CGA/DGADM/DNPM
 Especificação de ato Normativo (item 6)
 1 (uma) Servidora presta serviços ao SIASS/MS através de acordo de cooperação
 1 (um) Transferência do empregado público MELQUÍSEDEC DE ARAÚJO LEAL, art. 468 e 470 CLT.

5.1.2 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

5.1.2.1 ESTRUTURA DE CARGOS E DE FUNÇÕES

QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	47	45	08	09
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		16	01	02
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				01
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		07	01	01
1.2.4. Sem Vínculo		16	04	05
1.2.5. Aposentados		06	02	
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	328	315	33	35
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	05	05	04	03
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	380	365	45	47

Fonte: SIAPE

5.1.2.2 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira					
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					
2.3. Funções Gratificadas					
3. Totais (1+2)	229	243	225	739	582

Fonte: SIAPE

5.1.2.3 QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes									

Políticos									
1.2. Servidores de Carreira									
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas									
3. Totais (1+2)	-	2	70	417	676	849	-	4	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

O SIAPE não apresenta o nível de detalhamento requerido nesta tabela.

5.1.3 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

5.1.3.1. CLASSIFICAÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO O REGIME DE PROVENTOS E DE APOSENTADORIA

QUADRO A.5.1.3.1 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	156	22
1.2 Compulsória	03	-
1.3 Invalidez Permanente	-	02
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	97	-
2.2 Compulsória	01	-
2.3 Invalidez Permanente	12	-
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	269	24

Fonte: SIAPE.

5.1.3.2. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS DAS PENSÕES PAGAS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.1.3.2 – INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	29	4
1.2. Proporcional	12	3

2. Em Atividade	36	2
3. Total (1+2)	77	9

Fonte: SIAPE.

5.1.4 CADASTRAMENTO NO SISAC

5.1.4.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

QUADRO A.5.1.4.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão				
Concessão de aposentadoria	24	45	24	45
Concessão de pensão civil	9	6	9	6
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	33	51	33	51

5.1.4.2. REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

QUADRO A.5.1.4.2 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão				
Concessão de aposentadoria	11	11	3	
Concessão de pensão civil	2	2	6	1
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório			4	
Total	13	13	13	1
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total				

5.1.5 INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Acerca dos indicadores de recursos humanos o órgão não possui indicadores de absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, rotatividade e treinamento. Para justificar a inexistência de indicadores na área de recursos humanos faz-se uma ponderação acerca das condições de trabalho e estrutura. Entende-se que é essencial para o pleno exercício das atividades

exercidas no âmbito das unidades, a ampla divulgação de normativos internos, orientações e sugestões de melhorias dos processos, fluxogramas, rotinização e manualização de procedimentos; além da efetiva comunicação interna para nivelamento do conhecimento, com uso das tecnologias da informação e comunicação. Não dispomos de tais recursos o que dificulta o monitoramento das atividades, a comunicação interna e a geração de relatórios gerenciais contendo informações atualizadas quanto à gestão de recursos humanos.

Tem-se tentado, ainda de forma modesta, planejar ações que possibilitem a implantação de controles na área de pessoal, estabelecer rotinas e procedimentos, além da melhoria nos processos existentes. Porém, os problemas são muitos, os recursos tecnológicos e o capital humano são escassos e não há um direcionamento para as ações. Não há no órgão um planejamento estratégico e consequentemente não há gestão estratégica de pessoas. A Coordenação de Recursos Humanos vem atuando como administração de pessoal, ocupando-se do operacional em detrimento do gerencial e da implantação das políticas de desenvolvimento de pessoas. Esta realidade tem sido superada aos poucos, uma vez que, com base nas políticas de desenvolvimento de pessoas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem-se envidado esforços e conquistado espaços para a expansão da atuação da área de recursos humanos.

Em relação à saúde ocupacional, foi aprovado no exercício de 2012 um Programa de Qualidade de Vida e Saúde Ocupacional, ainda incipiente, que tem impulsionado ações preventivas no órgão. As ações são pontuais, como por exemplo a Semana do Servidor realizada em 2013 onde foram trabalhados temas como: saúde financeira, saúde dos olhos, saúde do homem, bem-estar e trabalho em equipe. Além disso, cita-se o programa dos exames médicos periódicos (em execução).

Em relação à rotatividade e aposentadoria versus reposição do quadro, informa-se que o DNPM realizou três concursos públicos para formação da carreira criada pela Lei nº 11.046/2004, dois em 2005 e um em 2009. Não houve reposição do quadro para prover vagas decorrentes de aposentadorias e falecimentos porque não houve autorização por parte do Ministério do Planejamento para nomeação de candidatos aprovados no concurso público de 2009 para este fim. Tão pouco foi autorizada nomeação para os outros cinquenta por cento das vagas providas no último concurso público que expirou em 2012.

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.2.1 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Ver Anexo 7 - fls. 141.

5.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

QUADRO A.5.2.2 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Ver Anexo 8 - fls. 152.

5.2.3 ANÁLISE CRÍTICA DOS ITENS 5.2.3 E 5.2.4

Os contrato de prestação de serviços com locação de mão de obra, vigilância, limpeza e higiene atenderam ao DNPM de forma satisfatória, bem como cumpriram a legislação fiscal, previdenciária e trabalhista. Não se tem notícia sobre interrupção na prestação dos serviços e sobre o não pagamento de verbas trabalhistas. Mensalmente todos os documentos e certidões são verificados, no mesmo momento do recebimento dos serviços/atesto.

5.2.4 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	159	165	166	170	953.664,24
Fonte: SIAPE opção >GRCOSITCAR O SIAPE não apresenta o nível de detalhamento requerido nesta tabela.					

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

6.1.1 FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Ver Anexo 9 – fls. 162.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

6.2.1 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.6.2.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	AMAZONAS	1	1
	Manaus	1	1
	BAHIA	1	1
	Salvador	1	1
	DISTRITO FEDERAL	1	1
	Brasília	1	1
	GOIAS	1	1
	Goiânia	1	1
	MARANHÃO	1	1

São Luis	1	1
MATO GROSSO	1	1
Cuiabá	1	1
MATO GROSSO DO SUL	1	1
Campo Grande	1	1
MINAS GERAIS	1	1
Belo Horizonte	1	1
PARÁ	2	2
Belém	1	1
Itaituba	1	1
PARANÁ	1	1
Curitiba	1	1
PERNAMBUCO	4	4
Recife	4	4
RIO DE JANEIRO	1	1
Rio de Janeiro	1	1
RIO GRANDE DO NORTE	1	1
Natal	1	1
RIO GRANDE DO SUL	2	2
Porto Alegre	2	2
RORAIMA	1	1
Boa Vista	1	1
SÃO PAULO	2	2
São Paulo	1	1
São Pedro	1	1
SANTA CATARINA	3	3
Criciúma	2	2
Florianópolis	1	1
Total (Brasil + Exterior)	25	25

Fonte:DNPM

6.2.2 DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPOSTA-BILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

Ver Anexo 10 – fls. 176.

Análise Crítica:

A maioria das edificações sob responsabilidade da UJ apresenta necessidade de intervenções construtivas, dada a inexistência de histórico de reformas e manutenção preventiva com abrangência suficiente para o prolongamento da vida útil das edificações e seus sistemas.

Neste aspecto é necessário salientar que, das 41 edificações distribuídas em âmbito nacional, atualmente cerca de 50% das edificações da Autarquia apresenta demanda por manutenção corretiva de grande abrangência. Entre os problemas enfrentados, citam-se: vazamentos e infiltrações, inadequações e inseguranças elétricas, instabilidade e confiabilidade limitada das redes de telecomunicações, deficiências nos sistemas contra-incêndio, obsolescência dos sistemas e aparelhos de climatização, além de necessidades de aprimoramentos sanitários e estéticos. Nesta situação encontram-se as Superintendências e Escritórios regionais dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia e a própria sede no Distrito Federal.

Convém destacar que iniciou-se reforma abrangente no prédio da Superintendência da Bahia, com necessidade de locação de imóvel, no período da mesma, para abrigar os servidores na execução de suas atividades.

As demais apresentam necessidades de manutenção preventiva e maior disponibilidade de área. Paralelamente é necessário salientar que o atual quadro de engenheiros e técnicos competentes para a execução das atividades relacionadas à gestão da infraestrutura e manutenção predial resume-se a 5 pessoas: 2 engenheiros civis (dos quais apenas um na sede), 1 engenheiro eletricista e 2 técnicos em edificações.

6.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

**QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL
LOCADOS DE TERCEIROS**

UG:	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	ALAGOAS	1	1
	Maceió	1	1
	BAHIA	1	1
	Salvador	1	1
	CEARÁ	1	1
	Fortaleza	1	1
	ESPÍRITO SANTO	1	1
	Vitória	1	1
	MATO GROSSO	1	1
	Cuiabá	1	1
	MINAS GERAIS	3	3
	Governador Valadares	1	1
	Poços de Caldas	1	1
	Patos de Minas	1	1
	TOCANTINS	1	1
	Palmas	1	1
	PARAÍBA	1	1
	Campina Grande	1	1
	AMAPÁ	1	1
	Macapá	1	1
	PIAUÍ	1	1
	Teresina	1	1
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	-	0	0
	-	0	0
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: Informações das Superintendências em Contratos firmados.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.7.1 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
☐	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
☐	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
☐	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
☐	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
☐	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
☐	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
☐	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
☐	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
☐	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
☒	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
☒	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
☐	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
☐	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
☐	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
☐	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
☐	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
☐	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
☒	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
☐	Auditoria de governança de TI.
☐	Auditoria de sistemas de informação.
☐	Auditoria de segurança da informação.
☒	Auditoria de contratos de TI.
☐	Auditoria de dados.
☐	Outra(s). Qual(is)? _____
☐	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
☐	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
☒	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
☒	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
☐	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
☐	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
☐	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
☒	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
☐	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
☐	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
☒	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
☐	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
☒	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.

☒	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
☐	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
☐	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
☐	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
☐	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
☐	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
☐	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
☐	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
☐	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
☐	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
☐	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
☐	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
☐	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
☐	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
☐	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
☐	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
☐	Entre 1 e 40%.
☐	Entre 41 e 60%.
☐	Acima de 60%.
☒	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

7.1.1. ANÁLISE CRÍTICA

A demanda sempre crescente pelo uso da tecnologia da informação como sustentáculo para a implementação dos processos de negócios das organizações tem forçado as áreas de TI a se desdobrarem para aprimorar sua organização interna, seja em relação à capacidade de atendimento, seja em relação aos seus processos internos de gestão e controle.

Todo este esforço visa manter sua capacidade de executar os processos que são essenciais para disponibilizar os serviços aos clientes e alcançar os resultados desejados pela organização, dentro dos princípios de eficiência e efetividade.

Segundo o framework CobiT, os objetivos da organização são alcançados por meio de um conjunto de processos bem definidos, que se utilizam dos recursos de TI: pessoas, infraestrutura, informações e aplicações, recursos estes que devem ser gerenciados de forma integrada, de forma a garantir o efetivo controle.

Entretanto, inúmeros desafios ainda precisam ser vencidos para evoluir a maturidade em Governança Institucional, de Tecnologia da Informação e no uso integrado de dados textuais e espaciais no DNPM.

Entre as várias iniciativas que podem ser relacionadas para demonstrar o esforço do DNPM no sentido de solucionar os problemas existentes e vencer os desafios, estão:

- Reavaliação da estrutura do comitê de TI a partir da criação de Grupo de Trabalho para definir a portaria e regimento interno do Comitê;
- Intensificação dos esforços para aprimoramento dos processos de segurança da informação e instituição do Comitê de Segurança e criação da ETIR - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes;

- Revisão do PDTI 2011-2013, contemplando as principais ações a serem implementadas em relação à TI e ao Negócio do DNPM;
- Revisão do modelo de contratação de serviços de TI (desenvolvimento e administração de infraestrutura);
- Aquisição de equipamentos para instrumentalizar o parque tecnológico do DNPM.
- Estudos de viabilização da integração dos bancos de dados textuais e espaciais para desenvolvimentos de sistemas de inteligência e proativos;

É importante registrar que muito há de ser feito para se atingir nível próximo do ideal para o alcance dos objetivos estratégicos do DNPM e que, tanto a Alta Administração e a área de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento têm envidado todos os esforços necessários para viabilizar este aprimoramento.

Planejamento da área de TI e Geoprocessamento

Seguindo as orientações do Governo Federal, na figura da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG, o DNPM utiliza como instrumento para planejamento e controle da execução das ações de TI e Geoprocessamento, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação, elaborado com a participação de todas as áreas do DNPM, buscando sempre o alinhamento com os objetivos das áreas de negócio do DNPM.

Em complemento ao uso do PDTI como instrumento de gestão, o DNPM vem buscando aperfeiçoar os métodos de tomada de decisão acerca das prioridades para os investimentos em TI, compartilhando as responsabilidades com todas as partes interessadas, de forma a tornar cada vez mais transparente o resultado das ações de TI.

Perfil dos recursos humanos envolvidos

O DNPM possui atualmente cerca de 1500 colaboradores em exercício em todas as suas unidades distribuídas em todos os estados da Federação, cada qual com competências regimentais que abarcam todas as operações finalísticas do DNPM. Para suportar estas operações, a equipe de TI do DNPM, lotada na Coordenação Geral de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento- CGTIG é composta de quatro servidores públicos, sendo três de nível superior e um de nível médio. Estes servidores desempenham as atividades relacionadas às áreas de desenvolvimento de sistemas e infraestrutura, entre elas planejamento operacional, tático, estratégico, elaboração de Termos de Referência, gerenciamento de contratos, definição de processos de trabalho, entre outras atividades.

Contudo, faz-se necessária a ampliação do número de servidores efetivos para a área de TI de forma a fazer frente às orientações da SLTI/MPOG com o mínimo de qualidade e sem sobrecarregar a atual equipe.

A Coordenação de Geoprocessamento é constituída por uma equipe multidisciplinar, representada na sede por quatro servidores públicos, sendo todos de nível superior. As atividades desenvolvidas se referem ao planejamento, orientação, coordenação, padronização, implantação, operacionalização e gestão do uso de geotecnologias, tais como Sistemas de Informações Geográficas (SIG), sensoriamento remoto e Sistemas Globais de Navegação por Satélite (GNSS). Relaciona-se, também, com as atividades de imissão de posse e demarcação de áreas minerárias com deslocamentos e litígio em parceria com a Diretoria de Gestão de Títulos Minerários e Superintendências.

Segurança da Informação

Considerada estratégica pelo DNPM, a disciplina de segurança da informação tem sido foco da aplicação de recursos, sejam financeiros ou humanos, no sentido de aumentar a efetividade das ações adotadas. Exemplificando, cita-se o trabalho de revisão da Política de Segurança da Informação do DNPM e a atualização dos procedimentos considerando as mais recentes orientações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR. Paralelamente ao processo de revisão da PSI, está em andamento a estruturação do Comitê de Segurança da Informação, entidade responsável pela avaliação dos riscos de TI no DNPM, proposição das ações de mitigação para os riscos identificados e atuar com o órgão consultivo para a Direção Geral do DNPM acerca do assunto Segurança da Informação.

Desenvolvimento e produção de sistemas

Durante o ano de 2013, registrou-se uma redução da execução do contrato de fábrica de software tendo em vista a materialização de alguns riscos que impactaram na produção de software, tais como a redução da equipe de analistas da CGTIG responsáveis pela gestão do contrato e problemas de ordem financeira que levaram a uma suspensão parcial dos serviços prestados pela empresa SQUADRA Tecnologia.

Contudo, mesmo diante do cenário descrito, foram obtidos avanços em determinadas áreas, como a Fiscalização, com os sistemas SIGFIS e AUTFIS, em fase final de homologação e Planejamento, com o desenvolvimento de grande parte do escopo do sistema AMB, responsável pelo tratamento das informações do setor mineral brasileiro e divulgação das mesmas para a sociedade.

Contratação de bens e serviços de TI

Apesar do registro de melhorias nos processos de contratação de TI, buscando maior agilidade e controle, em virtude da redução da equipe da CGTIG, restrições financeiras e mudanças na gestão da área administrativa, impossibilitaram maiores avanços na busca pela excelência na gestão conforme planejado.

Desta forma, os próximos passos são o aprimoramento do processo de contratação de bens e serviços de TI, buscando a expansão da automação de forma a otimizar o fluxo e a realização de estudos mais detalhados visando inserir as políticas de TI Verde e sustentabilidade do Governo Federal de forma mais assertiva nas contratações de TI no DNPM.

Diante de todo o exposto, fica claro que o ano de 2013 restou prejudicado em se tratando da evolução da maturidade dos processos de gestão de TI&Geo no DNPM, uma vez que grande parte dos esforços foram concentrados na execução de atividades operacionais e de gestão de contratos.

Vale salientar que muitos dos problemas registrados no ano de 2013 também o foram em 2012, em especial o dimensionamento da equipe de TI e os recursos orçamentários e financeiros disponíveis para as ações de TI&Geo.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.8.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das		X			

empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323002			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Esplanada Sustentável			2012	Projeto em curso.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	1.421 resmas	66 resmas	51 resmas	14.153,16	670,56	483,99
Água	4.192m³	5904m³	5.071m³	64.978,48	91.441,64	70.812,22
Energia Elétrica	922.400kwh	944.800kwh	932.600kwh	321.252,27	373.068,57	346.807,25
			Total	400.383,91	465.180,77	418.103,46

Fonte: Consumo de papel - Almoxarifado do DNPM

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323003			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Coleta Seletiva Município de Porto Alegre			1990	Destinação apropriada dos resíduos pela Prefeitura Municipal.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	100 resmas	100 resmas	200 resmas	1.190,00	972,00	1.630,00
Água	2.183 m³	2.324 m³	976 m³	36.274,11	39.369,22	11.186,86
Energia Elétrica	70.342kwh	79.519kwh	82.495kwh	30.840,63	39.518,45	38.850,33
			Total	68.304,74	79.859,67	51.667,19

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323004			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	640 resmas	240 resmas	200 resmas	6.170,38	2.210,00	1.698,80
Água	115	105	80	34.231,66	27.237,08	23.441,66
Energia Elétrica				30.534,79	42.520,24	45.720,43
			Total	70.936,83	71.967,32	70.860,89

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323005			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)	2.400 resmas	1.500 resmas	1.170 resmas	20.984,98	12.570,00	9.913,00
Água (m3)	1.933 m³	1.651 m³	3.425 m³	25.370,63	20.916,56	38.360,14
Energia Elétrica	137.119 kwh	134.433 kwh	183.474 kwh	57.587,18	62.563,59	78.430,54
			Total	103.942,79	96.050,15	126.703,68

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323006			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	400 resmas	150 resmas	200 resmas	4.890,00	1.639,50	1.940,00
Água	-	-	-	9.361,37	9.321,07	10.067,95
Energia Elétrica	-	-	-	125.157,13	125.624,28	167.106,42
			Total	139.408,50	136.584,85	179.114,37

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade		UG: 323007	
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados
Esplanada Sustentável		2013	Ainda em fase de implantação
Recurso Consumido	Quantidade		Valor
	Exercícios		

	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	576 resmas	500 resmas	500 resmas	6.636,50	5.600,00	5.250,00
Água	3.032 m³	2.976 m³	1.824 m³	15.043,69	14.336,32	9.025,92
Energia Elétrica	224.605kw	235.913 kw	241.351 kw	148.365,73	158.489,07	153.214,02
			Total	170.045,92	178.425,39	167.489,94

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323008			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	1.040 resmas	1.800 resmas	700 resmas	10.608,00	16.470,00	6.478,00
Água	1.337m³	2.076m³	1.399m³	14.239,41	20.209,00	12.686,39
Energia Elétrica	114.453kWh	117.620kWh	126.748kWh	40.627,43	42.539,54	37.089,00
			Total	65.474,84	79.218,54	56.253,39

Fonte: Levantamento manual.

Obs.: Apesar de terem sido adquiridas 1.040 resmas de papel, o consumo no exercício de 2013 foi de 777 resmas.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323009			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	642 resmas	838 resmas	1001 resmas	6.336,50	10.320,48	11.293,27
Água	2.470 M3	5.099 M3	5.213 m3	42.769,11	62.530,98	41.643,34
Energia Elétrica	140.111 Kw/h	169.388 Kw/h	185.988 Kw/h	113.952,80	164.636,47	157.486,12
			Total	163.058,41	237.487,93	210.422,73

Fonte: Tabela de controle do Almoxarifado/Conta da Embasa/Conta da Coelba(Kwh).

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323010			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	200 resmas	190 resmas	327 resmas	2.040,00	1.930,02	2.833,98
Água	1.686m³	893 m³	957 m³	30.734,86	12.517,40	12.849,72
Energia Elétrica	133.920Kw	118.080Kw	156.600 Kw	61.673,70	60.418,59	78.307,32
			Total	94.448,569	135.284,60	93.991,02

Fonte: 1) Faturas de Água e de Energia Elétrica pagas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013; 2) Relatórios do Almoxarifado referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013; 3) SIAFI.

Comentários: 1) Nos valores pagos em 2013, sobre o consumo de água, foram incluídos aqueles inscritos em Restos a Pagar e Exercícios Anteriores, referentes a 2012. Além disso, em março/2013 houve aumento de tarifa.

2) Nos valores pagos em 2013, pelo consumo de energia elétrica, foram incluídos aqueles inscritos em Restos a Pagar e Exercícios Anteriores, referentes a 2012.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323011			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Projeto Esplanada Sustentável			2013	Projeto em Curso		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	215 resmas	322 resmas	425 resmas	2.152,82	2.669,20	3.750,09
Água	Condomínio	Condomínio	Condomínio	19.902,19	20.035,22	18.014,21

Energia Elétrica	Condomínio	Condomínio	Condomínio	50.467,04	55.916,10	55.079,26
			Total	72.522,05	78.620,52	76.843,56

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323012			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	355 resmas	1.012 resmas	600 resmas	3.473,10	10.129,80	5.580,00
Água	587 m3	701 m3	637 m3	3.288,15	3.761,68	3.017,93
Energia Elétrica	149.939	135.368	135.068	56.680,18	70.506,11	75.972,06
			Total	63.441,43	84.397,59	84.569,99

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323013			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	595 resmas	480 resmas	600 resmas	4.783,80	6.432,00	4.794,00
Água	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica	133.297kw	142.160kw	154.527kw	49.211,78	58.729,17	61.266,30
			Total	53.995,58	65.161,17	66.060,30

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323014			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	-	200 resmas	200 resmas	-	2.620,00	2.610,00
Água	783 m3	731 m3	710 m3	3.787,16	4.108,47	3.758,50
Energia Elétrica	68.559kw	70.634kw	74.205kw	37.962,08	46.317,29	42.303,31
			Total	41.749,24	53.045,76	48.671,81

Fonte: Siafi 2013

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323015			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	232 resmas	225 resmas	225 resmas	3.003,46	1.970,00	1.970,00
Água	801 m³	804 m³	916 m³	6.886,96	6.399,63	6.283,95
Energia Elétrica	43.840 kwh	44.880 kwh	45.200 kwh	17.585,11	19.810,10	19.207,50
			Total	27.475,50	28.179,73	27.461,50

Fonte: Processos administrativos

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323016			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso	Quantidade			Valor		

Consumido	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	226 resmas	204 resmas	180 resmas	2.755,60	2.010,66	1.817,84
Água	278 m3	401 m3	295 m3	2.390,86	3.177,74	2.005,60
Energia Elétrica	59.240kw	65.219kw	60.734kw	24.454,19	30.569,30	26.507,81
			Total	29.600,65	35.757,70	30.331,25

Fonte: SGADM/SUP/DNPM/RN

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323017			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	155 resmas	210 resmas	100 resmas	2.097,15	2.690,50	1.290,00
Água	221 m3	317 m3	223 m3	2.722,59	3.527,77	2.106,45
Energia Elétrica	39.264 kwh	42.872kwh	42.865 kwh	15.487,17	18.525,02	16.779,70
			Total	20.306,91	24.743,29	20.176,15

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323018			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	140 resmas	103 resmas	0	2.048,84	1.295,34	0
Água	Poço	Poço	Poço	Poço	Poço	poço
Energia Elétrica	116.848 kwh	48.653 kwh	41.671 kwh	30.708,11	12.729,43	12.481,91
			Total	32.756,95	14.024,77	12.481,91

Fonte: Processos administrativos

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323019			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	-	120 resmas	260 resmas	-	1.088,00	2.658,50
Água	358 m³	528 m³	515 m³	3.142,34	5.889,48	7.778,28
Energia Elétrica	51.785 kWh	56.880 kWh	72.068,04kWh kWh	26.957,62	34.893,03	46.568,66
			Total	30.099,36	41.870,51	56.985,44

Fonte: Processos administrativos.

.OBS: Não houve aquisição de papel no exercício de 2013, uma vez que foi contemplado no contrato de prestação de serviço reprográfico.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323020			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	135 resmas	-	-	1.570,00	-	-
Água	251 m³	266 m³	275 m³	3.055,54	2.974,21	2.830,78
Energia Elétrica	41.943kw	42.686kw	42.961kw	16.348,37	18.863,67	18.039,45
			Total	20.973,91	21.837,88	20.870,23

Fonte: Arquivo SGADM/SE

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323021			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	300 resmas	200 resmas	300 resmas	3.287,25	2.199,00	2.649,70
Água	Poço	Poço	Poço	Poço	Poço	Poço
Energia Elétrica	97.245kwh	114.741kwh	106.307kwh	43.724,89	55.192,58	49.067,96
			Total	47.012,14	57.391,58	51.717,66

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323022			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	700 resmas	700 resmas	700 resmas	9.730,00	8.050,00	6.650,00
Água	807m³	536m³	664m³	6.886,90	4.554,10	4.780,87
Energia Elétrica	131.528Kwh	127.702Kwh	125.537Kwh	53.722,43	60.253,44	55.680,20
			Total	70.339,30	72.857,50	67.111,07

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323023			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	100 resmas	100 resmas	100 resmas	1.190,00	1.165,50	3.004,00
Água	786 m³	706m³	668m³	7.120,04	4.098,69	3.538,75
Energia Elétrica	35.713KWh	33.402 KWh	37.387KWh	21.256,24	20.991,64	20.883,42
			Total	29.566,28	26.255,83	27.426,17

Fonte: SIAFI / Planilha de Controle

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG:323024			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	156 resmas	150 resmas	300 resmas	2.012,40	1.935,00	3.600,00
Água	720 m³	720 m³	720 m³	10.656,00	9.098,16	6.865,87
Energia Elétrica	61.686 KWh	60.977 KWh	51.812 KWh	35.492,15	24.638,25	29.324,60
			Total	48.160,55	35.671,41	32.931,46

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323025			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	350 resmas	70 resmas	250 resmas	4.090,00	698,00	2.450,00
Água	366 m³	457 m³	514 m³	5.006,54	7.303,68	8.098,01

Energia Elétrica	36.600kWh	38.840 kWh	39.880 kWh	17.608,03	23.200,19	22.317,88
			Total	26.704,57	31.201,87	32.865,89

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323026			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	60 resmas	60 resmas	60 resmas	822,00	654,00	774,00
Água	182 m³	281 m³	178 m³	1.583,61	3.108,86	1.347,69
Energia Elétrica	32.995 KWh	31.560 KWh	29.938 KWh	11.564,00	13.14,44	10.978,43
			Total	13.969,81	16.887,30	13.100,12

Fonte: Processos administrativos.

Adesão a Programas de Sustentabilidade			UG: 323027			
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	50 resmas	50 resmas	40 resmas	600,00	540,00	525,00
Água	150 m³	168 m³	247 m³	2.400,00	2.700,00	3.000,00
Energia Elétrica	20.500kw	21.300kw	16.300kw	8.800,00	9.100,00	8.000,00
			Total	11.800,00	12.340,00	11.525,00

Fonte: Plano orçamentário e contas mensais da Unidade

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

9.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.9.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	030.009/2010-3	7348/2012	1.1	DE	Ofício nº 0492/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					

Considerar legais, os atos de concessão de pensão civil aos interessados Eva Laurêncio Valladares e Marines Laurêncio Valladares.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa	1918
Síntese da Providência Adotada	
A CRH- DGADM providenciou os registros funcionais conforme determinação.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Registros funcionais efetuados conforme determinação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Registros funcionais efetuados conforme determinação.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	036.618/2012-8	8999/2012	1.1	DE	Ofício nº 0550-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Considerar legais, os atos de concessão de aposentadoria aos servidores Luiz Rodrigues de Albuquerque Filho e Marta Raquel Cesário Pereira Brito.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
A CRH- DGADM providenciou os registros funcionais conforme determinação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	042.507/2012-0	305/2013	1.1	DE	Ofício nº 2050/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Considerar legais, os atos de concessão de aposentadoria aos servidores Altamirano Torres Carneiro e Irma Mathilde Medeiros.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
A CRH- DGADM providenciou os registros funcionais conforme determinação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	002.122/2013-8	545/2013	1.1	DE	Ofício nº 2166/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Considerar legais, os atos de concessão de aposentadoria ao servidor Luiz Pereira.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
A CRH- DGADM providenciou os registros funcionais conforme determinação.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Registros funcionais efetuados conforme determinação.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Registros funcionais efetuados conforme determinação.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	025.539/2010-8	523/2013	9.3.1	DE	Ofício nº 3663/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU o Ofício 10/2013/AUDIN/DIRE/DNPM, de 23/05/2013, com cópias das providências adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

06	025.539/2010-8	523/2013	9.3.2	DE	Ofício nº 3663/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU o Ofício 10/2013/AUDIN/DIRE/DNPM, 23/05/2013, com cópias das providências adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	025.539/2010-8	523/2013	9.3.3	DE	Ofício nº 3663/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Convocar o inativo José Romero Perin para, no prazo de 15 (quinze) dias, optar por apresentar comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias (mediante certidão de competência do INSS), correspondentes aos tempos rurais a serem aproveitados para a concessão da aposentadoria estatutária, ou retornar à atividade para completar o tempo faltante para a concessão de nova aposentadoria.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU o Ofício 10/2013/AUDIN/DIRE/DNPM, 23/05/2013, com cópias das providências adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Registros funcionais efetuados conforme determinação.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Registros funcionais efetuados conforme determinação.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	025.539/2010-8	523/2013	9.3.4	DE	Ofício nº 3663/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Emitir novo ato livre da irregularidade apontada, com vistas à apreciação deste Tribunal, caso o servidor comprove os recolhimentos previdenciários do período de atividade rural.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado ao TCU o Ofício 10/2013/AUDIN/DIRE/DNPM, de 23/05/2013, com cópias das providências adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	025.539/2010-8	523/2013	9.3.5	DE	Ofício nº 3663/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918

Descrição da Deliberação	
Encaminhar a esta Corte de Contas no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa	1918
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhado ao TCU o Ofício 10/2013/AUDIN/DIRE/DNPM, 23/05/2013, com cópias das providências adotadas.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Registros funcionais efetuados conforme determinação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Registros funcionais efetuados conforme determinação.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	005.444/2010-1	1948/2013	1.1	DE	Ofício nº 4893/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Considerar legais, para fins de registro os atos de admissão de pessoal: Eliasibe Alves de Jesus e Walney de Medeiros Mariano.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
A CRH- DGADM providenciou os registros funcionais conforme determinação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	011.691/2012-3	958/2013	9.1	RE	113/2013/Sefid
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Dar ciência ao MME e ao DNPM, da fragilidade dos controles e da fiscalização atualmente exercidos pela autarquia sobre os empreendimentos minerários que envolvem elementos de terras raras, situação que vai de encontro aos propósitos que motivaram a publicação da Portaria Interministerial MME/MCT nº 614, de 01/07/2010, fixando o prazo de 30(trinta) dias para que informem a este Tribunal as medidas adotadas em relação ao assunto.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária					1918
Síntese da Providência Adotada					
1- O DNPM institui em 2011 metas para fiscalização dos elementos de terras raras. 2- Em 2012, por meio da área de Coordenação de Fiscalização-DIFIS, foram intensificadas as metas, visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento do produto.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Todas as áreas de minerais estratégicos serão fiscalizadas e será emitido relatório com as ações executada e propostas com a finalidade do aumento da produção ou o melhor aproveitamento de subprodutos. Este Relatório deve ser enviado à Diretoria de Fiscalização do DNPM, até 30/07/2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda de empreendimentos ativos (10.641) a serem fiscalizados e o reduzido números de técnicos para fiscalizar (aproximadamente 220 técnicos para todo Brasil) e ainda a escassez de recursos financeiros, contingenciamento do Governo Federal e demandas do MPF. Ressalta-se também que a maioria dos empreendimentos com possibilidade de aproveitamento de ETRs está em fase de pesquisa ou ainda são subprodutos da lavra não comercializada.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	011.882/2013-1	2720/2013	1.1	DE	7306/2013/SEFIP

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM		1918
Descrição da Deliberação		
Considerados prejudicados por perda de objeto os atos de concessão de pensão civil de Pedro Henrique Silva Mendes.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa		1918
Síntese da Providência Adotada		
A CRH- DGADM providenciou os registros funcionais conforme determinação.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Registros funcionais efetuados conforme determinação.		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Registros funcionais efetuados conforme determinação.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	011.755/2013-0	2702/2013	1.1	DE	7393/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Considerados prejudicados por perda de objeto os atos de concessão de aposentadoria de Guilherme Rodrigues Dias.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
A CRH- DGADM providenciou os registros funcionais conforme determinação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	015.284/2013-1	3443/2013	1.1	DE	9165/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil da interessada Expedita Inácia Moura.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa					1918
Síntese da Providência Adotada					
A CRH- DGADM providenciou os registros funcionais conforme determinação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Registros funcionais efetuados conforme determinação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	015.283/2013-5	6266/2013	1.1	DE	16585/2013/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Considerar prejudicado, para fins de registro, por perda de objeto, o exame de mérito do(s) ato(s) de concessão de pensão civil da interessada Dacisa Maria Carmona.					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa	1918
Síntese da Providência Adotada	
Encaminhado ao TCU o Ofício nº 219/2013 - DIRE/DNPM/SEDE, em 04/12/2013, juntamente com informação nº 44/2012-CRH-CGA-DGADM-DNPM.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Registros funcionais efetuados conforme determinação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Registros funcionais efetuados conforme determinação.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral					1918
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	024.965/2010-3	2460/2013	9.5	RE	s/ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM					1918
Descrição da Deliberação					
Recomendar ao DNPM-PE que diante dos atos, comportamento ou conjunto de informações suspeitas por parte dos licitantes, verifique, junto ao SICAF, SIASG, CNPJ e CPF, o quadro societário e o endereço dos licitantes com vistas a detectar a existência de sócios comuns, endereços idênticos ou relação de parentesco, o que , analisado em conjunto com as demais informações , poderá indicar a ocorrência de fraudes contra o certame.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência de Pernambuco					1918
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do memorando nº 051/2013/SUP-DNPM-PE a superintendência informou que a recomendação tem sido atendida.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As empresas infratoras citadas no Acórdão foram excluídas das licitações da Unidade.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Recomendação atendida.					

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa						Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral						1918
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
17	009.114/2010-6	6743/2013	9.3	DE	s/ofício	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM						1918
Descrição da Deliberação						
Determinar à unidade jurisdicionada que providencie no prazo de 60 (sessenta) dias, o encaminhamento, via sistema SISAC, de novo ato com a correção das inconsistências constatadas no formulário de concessão de aposentadoria do servidor José Epaminondas da Silva.						
Providências Adotadas						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa						1918
Síntese da Providência Adotada						
A CRH-CGA-DGADM efetuou as alterações no sistema SISAC, conforme determinação.						
Síntese dos Resultados Obtidos						
Registros funcionais efetuados conforme determinação.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						
Registros funcionais efetuados conforme determinação.						

9.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

9.2.1. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.9.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nota Técnica nº 66/2013/DIENE	-	Ofício nº 10874/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918

Descrição da Recomendação	
Que avalie se há ação correcional passível de ser implantada, e que ainda não tenha sido alcançada pelo transcurso de prazo prescricional.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Procuradoria Jurídica	1918
Síntese da Providência Adotada	
O Ofício nº 43/2013/PROGE-DNPM informou ter sido improcedente o pedido da sociedade empresária com sentença favorável ao DNPM e encaminhado à CGU por meio do Ofício 06/2013/AUDIN/DIRE/DNPM, em 24/04/2013.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Atendido conforme solicitação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RAC 010/DIENE/SFC	01	Ofício nº 21053/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Normatizar e padronizar as ações a serem adotadas pelas Superintendências no tratamento a ser adotado com relação às denúncias protocoladas, bem como adotar sistemática de acompanhamento e gerenciamento das mesmas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária			1918
Síntese da Providência Adotada			
A normatização e padronização foram adotadas a partir da implantação do “Manual de Fiscalização de Lavra Não Autorizada” para procedimentos dos técnicos do DNPM nas ações de fiscalização em áreas de extração ilegal”. Nesse manual está previsto a abertura de processo administrativo e os procedimentos para sua instrução. Foi encaminhado Memorando-circular 09/2013-DIFIS solicitando a atualização do SICOP em todas as unidades. Será estudada a possibilidade de criar um formulário eletrônico de demandas externas no site do DNPM.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Providenciado a Ordem de Serviço nº 02, de 28/10/10, do Diretor Geral do DNPM e portaria nº 01, de 12/05/11, do Diretor da DIFIS. Tal ato atualizou e detalhou melhor os procedimentos já previstos no Manual de Fiscalização de 2006. No manual está prevista a abertura de processo administrativo e os procedimentos para sua instrução.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
----------------------	--------------

Departamento Nacional de Produção Mineral	1918
---	------

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RAC 010/DIENE/SFC	02	Ofício nº 21053/DIENE

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

Departamento Nacional de Produção Mineral	1918
---	------

Descrição da Recomendação

Normatizar e padronizar as ações a serem adotadas na instrução processual pelas Superintendências, bem como adotar uma sistemática de acompanhamento e gerenciamento das mesmas.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária	1918
--	------

Síntese da Providência Adotada

A Normatização e Padronização foram adotadas a partir da implantação do “Manual de Fiscalização da Lavra Autorizada” para procedimentos dos técnicos do DNPM nas ações de fiscalização. A partir da Ordem de Serviço nº 02, de 28/10/10, do Direto Geral do DNPM, Memorando Circular nº 016, de 26/11/10 e portaria nº 01, de 12/05/11, do Diretor DIFIS. Neste está previsto, os procedimentos para a instrução do processo minerário. A sistemática para acompanhamento e gerenciamento das ações de fiscalização por parte das Superintendências e da DIFIS na sede do DNPM, está prevista no sistema de gerenciamento da fiscalização-SIGFIS.

Síntese dos Resultados Obtidos

A utilização do SIGFIS (sistema concluído) será obrigatória a partir de 60 dias da publicação de portaria nº 372 do Diretor Geral, de 20/08/2013.

Para o gerenciamento e controle dos eventos resultantes da fiscalização serão desenvolvidas evolutivas no sistema com previsão para 2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
----------------------	--------------

Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	RAC 010/DIENE/SFC	03	Ofício nº 21053/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Adotar procedimentos de gerenciamento, com o objetivo de validar as informações gerenciais fornecidas pelas Superintendências, quer seja por amostragem ou na totalidade dos eventos gerados. Tal recomendação decorre de termos evidenciando inconsistências nas informações gerenciais fornecidas em 36% das Superintendências fiscalizadas, com relação aos processos minerários objetos de análise.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária			1918
Síntese da Providência Adotada			
Os procedimentos de gerenciamento, com o objetivo de validar as informações gerenciais fornecidas pelas Superintendências estarão previstas no sistema de gerenciamento da fiscalização- SIGFIS. No ano de 2013, um dos técnicos da DIFIS acompanhou a equipe da AUDIN em procedimentos de auditorias internas nas Superintendências. Independentemente dessa ação e enquanto implantamos o SIGFIS acatamos a recomendação da CGU para a DIFIS, por meio de suas Coordenações, realizar procedimentos de validação dos dados gerenciais informados pelas Superintendências relativos à atividade de fiscalização minerária.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Procedimento foi realizado no final do exercício.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	RAC 010/DIENE/SFC	04-a	Ofício nº 21053/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			

Atuação efetiva junto as Superintendências, que apresentaram criticidade, objetivando minimizar os riscos e mitigá-los. SUP/SC – apresenta situação crítica na emissão e arrecadação de boletos de ressarcimento de vistorias.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária	1918
Síntese da Providência Adotada	
A DIFIS enviou memorando às Superintendências, solicitando que seja feito gestão de integração com a DIPAR das unidades, quanto ao fluxo processual na emissão e arrecadação de boletos para ressarcimento de vistorias realizadas e de multas aplicadas.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A DIFIS fez contato com a SUP-SC, para solicitar esclarecimentos, além do que estaremos indo à unidade para tratar do assunto pessoalmente.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	RAC 010/DIENE/SFC	4-c	Ofício nº 21053/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Atuação efetiva junto às Superintendências BA, GO, MA, MG, MS, PB, PE, PI, RJ, RO, RR e TO que apresentaram criticidade, objetivando minimizar os riscos e mitigá-los – apresentam situação crítica na instrução processual dos processos minerários.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária			1918
Síntese da Providência Adotada			
Apesar da gestão efetiva realizadas nas Superintendências foi enviado pela DIFIS, Memorando Circular nº09/2013 às mesmas alertando mais uma vez para adequação aos Manuais de Fiscalização implantados que preveem a instrução processual dos processos minerários, anexando aos mesmos, todos os eventos gerados da fiscalização.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A implantação do SIGFIS com os procedimentos das ações de fiscalização informatizados. Os mesmos			

introduzirá o técnico a instruir o processo minerário com todos os eventos resultantes da fiscalização.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	RAC 010/DIENE/SFC	5	Ofício nº 21053/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Adoção pela DIFIS de um sistema de gerenciamento eficaz, em substituição ao atual instrumento gerencial utilizado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária			1918
Síntese da Providência Adotada			
A sistemática para acompanhamento e gerenciamento das ações de fiscalização por parte das Superintendências e da Diretoria de Fiscalização na Sede do DNPM, está prevista no Sistema de Gerenciamento da Fiscalização – SIGFIS, que foi concluído, e está apto a ser utilizado, foi implementado através da Portaria do Diretor Geral nº 372, de 20/08/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A utilização pelas Superintendências será obrigatória a partir de 60 dias da publicação da referida Portaria no Boletim interno do DNPM. Foram realizadas três oficinas conforme a seguir: - Oficina de trabalho para treinamento na utilização do Sistema de Gerenciamento da Fiscalização - SIGFIS, no período de 21/10 a 24/10/13, na Superintendência do DNPM em Recife/PE, para os chefes de Fiscalização e/ou seus substitutos das Superintendências de AM, PA, MA, CE, RN, PB, PE, AL e SE; - Oficina de trabalho para treinamento na utilização do Sistema de Gerenciamento da Fiscalização - SIGFIS, no período de 02/12 a 04/12/13, na Sede do DNPM em Brasília/DF, para os chefes de Fiscalização e/ou seus substitutos, das Superintendências de BA, GO, MG, RS e SP; e - Oficina de trabalho para treinamento na utilização do Sistema de Gerenciamento da Fiscalização - SIGFIS, no período de 25/11 a 27/11/13, na Sede do DNPM em Brasília/DF, para os chefes de Fiscalização e/ou seus substitutos, das Superintendências de MS, MT, PR, RJ, RO, RR e SC.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	Relatório 201306274	3.1.1.2- 02	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Normatizar internamente (em caráter complementar à normatização da CGU e ao Regimento Interno do DNPM) os aspectos relativos às atividades de Auditoria Interna no que concerne a sua autoridade dentro da Autarquia, quanto à: - autorização para acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistema e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias; - tempestividade e obrigatoriedade de atendimento das informações solicitadas pela Unidade de Auditoria Interna pelos Departamentos da organização (Diretorias e Superintendências Regionais); - possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria, e de assistência de especialistas e de profissionais de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário; - vedação à participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão, pois isso prejudicaria a independência dos trabalhos de auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			1918
Síntese da Providência Adotada			
Elaborada a minuta do Regulamento Interno da Auditoria Interna objetivando normatizar em caráter complementar as atividades da Auditoria Interna, nos aspectos relacionados a competências, autoridade e independência, sendo aprovada pelo Diretor - Geral do DNPM. Publicação prevista para Jan/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Publicada Portaria DNPM nº 07 de 15 de janeiro de 2014 que trata do regulamento da auditoria interna.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Publicada Portaria DNPM nº 07 de 15 de janeiro de 2014 que trata do regulamento da auditoria interna.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	Relatório 201306274	3.1.2.2	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Atualizar e substituir a “Carta de Serviço ao Cidadão”, contemplando todos os serviços que são prestados pela Autarquia ao cidadão. O seu conteúdo deverá estar em conformidade com o previsto no Decreto nº 6.932/2009, tanto na clareza e precisão das informações básicas dos serviços prestados, quanto no detalhamento do padrão de qualidade do atendimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Ouvidoria			1918
Síntese da Providência Adotada			
Foram tomadas as providências elencadas no Relatório, tendo a Carta de Serviço ao Cidadão sido atualizada com os elementos ressaltados no Relatório e disponibilizada, a nova versão, em 10 de julho de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendido como explicitado no item anterior.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Atendido como explicitado no item anterior.			

9.2.2. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

QUADRO A.9.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RAC 010/DIENE/SFC	4-b	Ofício nº 21053/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			

Atuação efetiva junto às Superintendências que apresentaram criticidade, objetivando minimizar os riscos e mitigá-los, conforme especificado: BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RO, RS, SC e SE – apresentam situação crítica na arrecadação decorrente de multas aplicadas.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária	1918
Síntese da Providência Adotada	
A DIFIS enviou Memorando Circular nº 09 às Superintendências, solicitando que às mesmas fizessem gestão de integração com a DIPAR das Unidades, quanto ao fluxo processual na emissão e arrecadação de multas aplicadas.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A DIFIS está desenvolvendo o sistema AUTFIS, para gerenciar nas superintendências as infrações geradas pela fiscalização e alimentar o sistema da DIPAR para cobrança de junto as empresas Auditadas.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A finalização e implantação do sistema AUTFIS, depende das prioridades da CGTIG, que por sua vez gerencia a empresa contratada para desenvolver sistemas do DNPM.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201306274	2.1.1.1	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Adotar medidas mais efetivas, dando maior celeridade no processo de elaboração e implementação dos indicadores de desempenho da gestão da Autarquia para seguintes áreas de gestão: gestão dos resultados quantitativos e qualitativos; gestão de pessoas; gestão de compras e contratações; gestão do CPGF, gestão de passivo sem previsão orçamentária, gestão de tecnologia da informação e gestão de patrimônio imobiliário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A proposta de Construção de indicadores institucionais de desempenho da gestão está em fase de análise.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Prazo para atendimento a recomendação: 12/2015.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201306274	2.1.2.1	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Estabelecer uma sistemática de revisão e atualização do PDTI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Tec. da Informação e Geoprocessamento			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A metodologia utilizada para a elaboração do PDTI-DNPM 2011-2013 constitui-se no levantamento das necessidades relacionadas a TI das diversas áreas do DNPM, sendo feito através de aplicação de questionários e entrevistas, visando à criação do diagnóstico e dos cenários futuros para a TI, de forma a atender as diretrizes estratégicas da Autarquia. Participam desta etapa de concepção do PDTI todas as áreas do DNPM, representadas pelos seus dirigentes e outros colaboradores por eles designados. Desta forma, foram elencados diversos projetos, estruturados na forma de programa, os quais foram priorizados em função do impacto destes nas diversas áreas do DNPM. Dentre as ações necessárias para atendimento às recomendações, elencamos a revisão da metodologia de elaboração do PDTI, de forma aprimorar o alinhamento das ações de TI ao Negócio do DNPM, possibilitando a criação e vinculação de indicadores e metas, a criação de um processo de gestão das ações do PDTI e o atendimento ao princípio da publicidade das informações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A CGTI até o momento atendeu aos requisitos da transparência ativa da Lei de Acesso à Informação, disponibilizando o PDTI/DNPM na sua página na Internet. Estamos em processo de revisão do PDTI para o próximo triênio 2014-2016 e em paralelo estamos revisando a metodologia para aplicação nas revisões do no PDTI. Prazo para atendimento a recomendação: 12/2014.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral	1918
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201306274	2.1.2.3	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Estabelecer instrumentos de controle de desempenho quanto à efetividade, eficiência e eficácia da política de segurança da informação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Tec. da Informação e Geoprocessamento			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Serão executadas as seguintes ações: - Revisão da Política de Segurança da Informação; - Revisão das normas e procedimentos de forma a refletir a atual necessidade, sendo em seguida publicada formalmente e amplamente divulgada; - Implantar processo de gestão de risco, sendo que para tal será necessário à aquisição de ferramentas e contratação de serviço especializado; - Aprimorar os processos de tratamento de incidentes e problemas e de gerenciamento de configuração e mudanças; - Propor a alta administração a criação do Comitê Gestor de Segurança da Tecnologia da Informação (TI) e a implantação de um Sistema Gestor de Segurança da Informação – SGSI; - Propor a alta administração à criação de um processo de classificação da informação institucional, subsidiando-a com as informações referentes à área de TI. Entre as ações necessárias, realizamos até o momento a revisão da PSI e de parte das normas e procedimentos de TI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os próximos passos são a apresentação das ações à alta administração para aprovação e publicação. Em relação à gestão de riscos, estamos elaborando o planejamento da contratação de acordo com a IN nº 04/2010/SLTI-MPOG para contratação em 2014 de consultoria e ferramenta de gestão de riscos. Prazo para atendimento a recomendação: 12/2014.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201306274	2.1.2.4	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918

Descrição da Recomendação	
Estabelecer normativos internos que estabeleçam mecanismos de aferição do desempenho das soluções de TI.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação Geral de Tec. da Informação e Geoprocessamento	1918
Justificativa para o seu não Cumprimento	
O DNPM para a execução das atividades de desenvolvimento de sistemas contratou em 2009 uma empresa especializada nesta área, sendo a forma de trabalho baseada no Processo de Desenvolvimento de Sistemas – PDS criado pela CGTI e publicado juntamente com o Edital de licitação. Este processo contempla todo o ciclo de vida de uma demanda de software, desde a solicitação do usuário, passando por todas as interações, aos registros e teste e finalização com a entrega do produto final. Durante este ciclo, todos os pontos de controle de qualidade e de tempo são verificados por sistema automatizado, gerando a metrificação e possíveis descontos por não atendimento aos níveis de serviços contratados. Outros pontos que serão tratados visando aumentar a efetividade do produto de software desenvolvido é a contratação de uma empresa de controle de qualidade, com o objetivo de identificar problemas no software antes dos mesmos serem entregues aos clientes finais e a contratação de uma empresa de consultoria para realizar o mapeamento dos processos de negócio do DNPM/ANM, de forma a que o desenvolvimento de sistema seja o máximo possível orientado aos processos de negócio e seus indicadores e metas.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Foi realizada a licitação cujo objeto é o controle de qualidade de software, sendo que a contratação deve ocorrer já no início de 2014. Contudo, foi tomada iniciativas no sentido de identificar as necessidades para a elaboração de termo de referência. Em relação ao mapeamento de processos, estamos considerando a futura mudança no Marco Regulatório da Mineração como ponto crucial a ser atendido, pois ocorrerão mudanças significativas nos fluxos de trabalho e que deverão ser automatizados por sistema de informação. Prazo para atendimento a recomendação: 12/2014.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201306274	3.1.1.2 - 01	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Estabelecer Manuais das rotinas e procedimentos que determinem claramente as ações e procedimentos da Auditoria Interna, definindo as responsabilidades e competências, determinando claramente as funções a serem desempenhadas e os setores responsáveis pela execução. Considerar estabelecer periodicidade para revisão e atualização das rotinas e/ou manuais.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Auditoria Interna	1918
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Para a elaboração de um Manual da Auditoria Interna do DNPM, objetivando sistematizar o arcabouço estrutural em que se assentam os trabalhos da auditoria interna, é necessário com meta inicial contemplar a auditoria interna com um sistema informatizado de auditoria. Estamos no momento de busca conjunta com a CGTI, por um sistema adequado a realidade do DNPM.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Iniciado as definições das áreas para início da elaboração dos procedimentos aplicáveis. Prazo para atendimento a recomendação: 02 a 08/2014.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201306274	3.1.2.3- 01	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Realizar pesquisa de satisfação junto aos usuários dos serviços prestados, bem como divulgar os resultados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Ouvidoria			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O DNPM está passando por uma fase de transição. De autoria do Poder Executivo, está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de Lei nº 5.807/2013, que vai transformar o DNPM em Agência Nacional de Mineração. O Projeto está em fase final de discussão na Comissão Especial de Mineração da Câmara dos Deputados. Entendemos que o projeto seja aprovado ainda no primeiro semestre de 2014. Com a sua aprovação, o DNPM deixa de existir e passa a existir em seu lugar a Agência Nacional de Mineração. Entendemos ser factível começar a pensar em parâmetros para desenvolver o Sistema de Pesquisa de Satisfação em dezembro de 2014, ocorrendo à aprovação do Projeto de Lei no primeiro semestre de 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Prejudicado conforme justificativas acima. Prazo para atendimento a recomendação: 06/2015			

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	201306274	3.1.2.3- 02	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Realizar a avaliação de desempenho na prestação de serviço ao cidadão em relação ao padrão de qualidade no atendimento, bem como divulgar os resultados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Ouvidoria			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O DNPM está passando por uma fase de transição. De autoria do Poder Executivo, está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de Lei nº 5.807/2013, que vai transformar o DNPM em Agência Nacional de Mineração. O Projeto está em fase final de discussão na Comissão Especial de Mineração da Câmara dos Deputados. Entendemos que o projeto seja aprovado ainda no primeiro semestre de 2014. Com a sua aprovação, o DNPM deixa de existir e passa a existir em seu lugar a Agência Nacional de Mineração. Entendemos ser factível começar a pensar em parâmetros para desenvolver o Sistema de Pesquisa de Satisfação em dezembro de 2014, ocorrendo à aprovação do Projeto de Lei no primeiro semestre de 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Prejudicado conforme justificativas acima. Prazo para atendimento a recomendação: 06/2015.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	201306274	4.2.1.2	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Nomear grupo de trabalho com a atribuição de analisar as atuais despesas de caráter continuado, assumidas pela Unidade, de estabelecer indicadores e sistemática de monitoramento sobre os principais gastos das unidades, de forma a permitir uma adequada gestão sobre os gastos variáveis e meios de priorização dos			

recursos em casos de limitação orçamentária. Dentre os produtos deste grupo de trabalho, espera-se a elaboração de cenários e planejamentos de contenção de gastos de forma a não assumir passivos no exercício atual, bem como uma proposta de redução dos passivos oriundos do exercício anterior, a serem apresentados a esta controladoria.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa	1918
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Realizada a primeira reunião com os gestores administrativos da Autarquia com o objetivo de implantar o planejamento compartilhado (implantação da gestão de gastos, as ferramentas de controle de gastos e o planejamento compartilhado do orçamento).	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Prazo para atendimento a recomendação: 12/2014	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201306274	5.1.1.2	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Que a Seção de gestão de Patrimônio realize a reavaliação dos imóveis com avaliações vencidas e promova a inserção e atualização dos dados no Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso Especial da União – SPIUNET.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foram expedidos memorandos, notificando as Superintendências sobre as avaliações de imóveis vencidas. Será priorizada a avaliação dos imóveis sob a responsabilidade da Autarquia.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Prazo para atendimento a recomendação: 12/2013			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201306274	5.1.1.4	Ofício nº 22263/DIENE
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Que promova a normatização interna, regulamentando as atividades na gestão dos bens imóveis próprios e de terceiros, considerando: detalhamento das etapas e respectivas responsabilidades; rotinas operacionais, padronizando o gerenciamento e os controles das atividades; rotinas para identificação dos riscos e mecanismos para mitigação dos mesmos; desenvolvimento de identificadores que permitam o monitoramento tempestivo das atividades correlatas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Serão disciplinados as rotinas e o fluxo para a gestão do patrimônio imobiliário e mobiliário sob a responsabilidade da Autarquia. Foi autuado o processo nº 48400.000212/2013-33, que objetiva disciplinar os procedimentos, rotinas e fluxo na gestão de Patrimônio mobiliário e imobiliário.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201314760	-	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Que o DNPM normatize as atribuições dos servidores responsáveis no processo de emissão de bilhetes de passagens aéreas para viagem a serviço.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Diretoria de Gestão Administrativa	1918
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201314760	-	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Que o DNPM estabeleça mecanismo de planejamento, programação e controle de viagens técnicas que visem garantir o cumprimento dos prazos mínimos exigidos pela legislação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201314760	-	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			

Que o DNPM formalmente cientifique os responsáveis pelos cadastramentos e aprovações dos pedidos de concessão de diárias-PCD sobre a necessidade de cumprimento e observância das determinações contidas no inciso I do Art. 1º da Portaria nº 505 de 29/12/2009, relativo ao prazo de 10 dias pra concessão e quando inferior, apresentar justificativas para a impossibilidade no atendimento.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa	1918
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201314760	-	-
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento Nacional de Produção Mineral			1918
Descrição da Recomendação			
Que o DNPM promova a capacitação dos servidores designados como responsáveis pela inserção de dados no sistema de concessão de Diárias e passagens – SCDP com a finalidade de verificar todas as fases do processo, inclusive a cotação de preço das agências contratadas, comparando-os como os praticados no mercado.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Administrativa			1918
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.3. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

9.3.1. ESTRUTURA DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.

A Auditoria Interna - AUDIN do DNPM foi criada pelo Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000.

De acordo com normativo instituidor e estrutura organizacional atual da Autarquia criada mediante Decreto nº 7.092/2010, que aprovou a Estrutura Regimental, a Auditoria Interna está vinculada diretamente à Diretoria-Geral. Sendo que a esta compete à escolha do titular que ocupará o Cargo em Comissão (FCDNPM-4), de Auditor Chefe, o qual, como os demais cargos em comissão, é de livre nomeação e exoneração.

Quanto à estrutura funcional, no final do exercício de 2013, a equipe de auditoria interna contava com 06 (seis) profissionais, incluindo o auditor Chefe.

9.3.2. TRABALHOS MAIS RELEVANTES REALIZADOS NO EXERCÍCIO E PRINCIPAIS CONSTATAÇÕES.

No exercício de 2013 A Auditoria Interna realizou 05 (cinco) auditorias, das ações de controle previstas foram efetivadas as auditorias nas áreas de gestão de bens e serviços, gestão de pessoas, gestão patrimonial e em atividades finalística nas Superintendências do DNPM no Estado de São Paulo e no Estado da Bahia.

Como resultado das auditorias realizadas foram emanadas recomendações estruturantes, dentre as quais, destacamos por áreas as consideradas mais relevantes:

a) Gestão Patrimonial:

- Promover o inventário físico dos bens móveis (Sede e Superintendências);
- Efetuar inventário de material de consumo (Sede e Superintendências);
- Padronizar as portaria de nomeação das Comissões de Inventário informando nome dos servidores, objetivo da comissão, referência ao exercício e data de finalização dos trabalhos;
- Atualizar Norma Administrativa, relativa à elaboração do relatório de inventário;
- Atualizar a conta SIAFI - 1.1.3.1.8.0.00 – material de consumo;
- Efetuar o desfazimento de bens Inservíveis (Sede e Superintendências).

- b) Gestão de Pessoas:

- Iniciar estudos para iniciativa de promoção de concurso público para suprir a carência de servidores no DNPM;
- Atualizar o cadastro dos servidores no SIAPE, a fim de que ele represente fielmente a documentação existente nas pastas funcionais;
- Realizar eventos de capacitação de modo a difundir técnicas, conhecimento e boas práticas, utilizando como instrutores, sempre que demonstrada a melhor adequação aos objetivos do treinamento, servidores da própria unidade de detenham maior experiência sobre determinado tema;

c) Gestão de Bens e Serviços:

- juntar aos processos de pagamento as certidões de regularidade social, fiscal e trabalhista da empresa e o termo circunstanciado de recebimento dos serviços;
- Emitir o termo circunstanciado de recebimento dos serviços em conjunto com o responsável pela área demandante, com vistas á avaliar a qualidade, segregar a função de controle e dividir responsabilidades;
- Envidar esforços no sentido de incluir os contratos no Sistema de Controle de Contrato do Sistema de Administração de Serviços Gerais – SICON/SIASG, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

d) Área Finalística:

- Aperfeiçoar o Relatório Anual de Lavra, incluindo rotinas pré-definidas para sua análise, como instrumento de auxílio;
- Atualização do sistema de gestão de processo no Cadastro Mineiro para que permita a geração de dados confiáveis e o acompanhamento de ocorrências, como prazo, multas e denúncias.

9.3.3. RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES FEITAS E A QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES IMPLEMENTADAS PELA ALTA GERÊNCIA;

Com os trabalhos realizados, foram emanadas no exercício, pela Auditoria Interna 113(cento e treze) recomendações, direcionadas as Diretorias do DNPM e as Superintendência do DNPM. Do total das recomendações, foram atendidas integralmente 87 (oitenta e sete), atendidas parcialmente 24 (vinte e quatro) e 02 (duas) estão pendentes de atendimento.

9.3.4. MONITORAMENTO DOS RESULTADOS

Após cada trabalho submetido para manifestação da AUDIN, as conclusões do corpo técnico são condensadas em Relatórios e Notas Técnicas, que constituirá o documento final dos trabalhos realizados, os quais serão encaminhados às áreas em que o assunto esteja afeto.

Os resultados preliminares dos exames são levados ao conhecimento dos responsáveis pelas áreas auditadas para manifestação, esclarecimentos adicionais ou justificativas acerca das ocorrências identificadas, conforme previsto nas normas de auditoria. Posteriormente é elaborado o Relatório e/ou Nota Técnica definitiva que será encaminhado às áreas auditadas.

As recomendações decorrentes dos trabalhos realizados são consolidadas em planilhas eletrônicas denominadas de “follow-up”, que por sua vez, são acompanhadas e monitoradas pela Divisão de Planejamento e Monitoramento, quanto ao grau de implementação de cada recomendação. Quando necessário, as recomendações e/ou solicitações são reiteradas até o seu pleno atendimento.

9.3.5. SISTEMÁTICA DE COMUNICAÇÃO

Os resultados dos trabalhos de auditoria são encaminhados aos gestores setoriais para adoção das providências pertinentes, decorrente das inconsistências ou impropriedades encontradas.

Além do encaminhamento dos Relatórios aos gestores setoriais, os resultados dos trabalhos de auditoria são consolidados em Relatório Gerencial trimestral, encaminhado à autoridade máxima da Unidade para conhecimento.

Questões mais sensíveis, tais como denúncias, indicio de dolo ou dano envolvendo servidores ou colaboradores são tratadas em reuniões com a Diretoria Geral.

9.4. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

9.4.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	45	47	
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Pastas funcionais.

9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

As autoridades e servidores públicos indicados no art. 1º da Lei nº 8.730/1993 entregaram, por ocasião da posse, o formulário de autorização de acesso às declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 65, de 20/04/2011 – DOU de 28/04/2011.

9.5. ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

QUADRO A.9.5 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Ver Anexo 11 – fls. 178.

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Ouvidoria do DNPM, órgão de assistência direta e imediata ao Diretor-Geral, foi criada por meio do Decreto nº 7.092, de 02 de fevereiro de 2010, publicado no DOU de 03/02/2010. À Ouvidoria compete:

- receber e encaminhar as reclamações, denúncias, representações e sugestões que se relacionem com as atividades do DNPM;
- informar ao interessado o andamento e o resultado das providências adotadas em relação às manifestações recebidas;
- organizar e interpretar o conjunto das manifestações recebidas e produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos agentes envolvidos nas atividades de mineração;
- apresentar recomendações à Diretoria visando ao aprimoramento atuação do DNPM e à correção de situações de inadequado funcionamento das atividades de mineração;
- atuar como canal adicional de comunicação entre o servidor e o Diretor-Geral do DNPM; e
- divulgar suas competências aos agentes envolvidos nas atividades de mineração.

No exercício de 2013 houve 287 pedidos contendo 638 perguntas de Acesso à Informação no DNPM, sendo todos respondidos. As demandas encaminhadas à Ouvidoria do DNPM no

ano, representaram 6.225 respostas às manifestações da sociedade; 34 e-mails enviados para mais de 400 endereços eletrônicos; 93 comunicações internas destinadas aos servidores do DNPM; 46 denúncias apresentadas e encaminhadas às Superintendências do DNPM; e 46 reclamações, principalmente com referência à emissão de alvarás. O número de visitas ao sítio eletrônico foi de 1.674.143.

Pode-se ressaltar que, durante o ano de 2013, o Ministério Público Federal instaurou 173 Inquéritos Cíveis Públicos para investigar possíveis irregularidades cometidas por empresas de mineração/pessoas físicas, por danos ao meio ambiente ou ao patrimônio público em decorrência da atividade de mineração.

Em relação aos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários não foi possível a implantação de sistema, mas o DNPM dispõe de onze meios de comunicação ao cidadão, os quais ele pode fazer sugestões, reclamações, denúncias e outros. Os canais de acesso são: carta para o endereço SAN Quadra 01 Bloco B – 70041903 – Brasília DF; fax (61) 3312-6918; telefones: (61) 3312-6996 / 6917 / 6752 e por meio dos endereços eletrônicos: dire@dnpm.gov.br; paulo@dnpm.gov.br; paulo.santana@dnpm.gov.br; ouvidoria@dnpm.gov.br.

Na Diretoria de Gestão de Títulos Minerários, por meio do canal atendimento.dgtm@dnpm.gov.br; Na Diretoria de Procedimentos Arrecadatórios há um canal de comunicação com a sociedade dipar@dnpm.gov.br.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

O DNPM está aplicando em parte os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, bem como os critérios e procedimentos contábeis adotados na depreciação de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos definidos na Macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional, que se refere à reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações. As Superintendências do DNPM pendentes com a Macrofunção 02.03.30 são: Pernambuco, Bahia, Ceará, Santa Catarina, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Amapá, Tocantins, Rondônia, Espírito Santo, Piauí e Maranhão;

As Superintendências citadas ainda não estão aplicando integralmente os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10, devido as dificuldades estruturais de recursos humanos e também inobservância de orientações da Macrofunção 02.03.30 e da Seccional Contábil – DNPM Sede, quanto a essas obrigações contábeis;

A metodologia utilizada para estimar a vida útil econômica dos bens foi a capacidade de geração de benefícios futuros, o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não, e a obsolescência tecnológica. No caso de bens que sofreram reavaliação ou redução ao valor recuperável e que ainda tinham vida útil, a depreciação foi recalculada e registrada sobre o novo valor;

A metodologia adotada no cálculo da depreciação foi compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente. Quanto ao cálculo dos encargos de depreciação foi utilizado o método das quotas constantes para os bens adquiridos ou colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, e para os bens adquiridos anteriormente a dezembro de 2009, que foram reavaliados e que ainda possuíam vida útil econômica. Ainda não foi realizada nenhuma amortização nos bens do DNPM devido tal procedimento está a critério de cada UJ, conforme descrito na Macrofunção 02.03.30. Quanto à exaustão, não há o que se proceder nesta UJ devido à inexistência de bens que sofrem exaustão no patrimônio do DNPM;

As taxas utilizadas para os cálculos, quando referentes ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão, foi aplicada a tabela descrita na Macrofunção 020330, e para os bens não incluídos na mesma, o cálculo do valor residual foi feito por similaridade;

A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração do imobilizado dos bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, foi aplicar o teste de recuperabilidade destes bens, depois verificação do valor de mercado, e quando não era possível foi estipulado um valor de consenso pela utilidade de cada bem, a fim de espelhar o valor justo dos mesmos e que não possuíam valor econômico nos registros contábeis do Órgão. Quanto à avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos, dívidas e dos investimentos, foram realizadas as conciliações das referidas contas e apuradas junto ao Departamento Financeiro do Órgão os registros em contas contábeis específicas. Quanto à avaliação e mensuração dos estoques foram executadas mediante a realização de inventário em 2012. Quanto à avaliação e mensuração do intangível e do diferido não foi realizada ainda pelo fato de a Macrofunção 02.03.30 não ter estabelecido prazo para sua realização;

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pelo Órgão no exercício 2013 foi uma redução na conta 142120000 - Bens Móveis de R\$ 4.102.599,10 em relação ao ano de 2012.

11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1. DECLARAÇÃO COM RESSALVA

Ver Anexo 12 – fls.179.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

12.1.1. PROCEDIMENTOS ARRECADATÓRIOS

A arrecadação do DNPM no exercício de 2013 superou a cifra de R\$ 2,5 bilhões, apresentando crescimento nominal 25,86% em relação a 2012. O resultado do exercício ficou 10,6% acima da meta estabelecida pelo órgão por conta da recuperação de passivos relacionados à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e a reabertura de prazo para adesão ao parcelamento extraordinário pela Lei nº 12.865/13, conforme – Anexo 13 – fls. 180.

Permanecem, porém, as dificuldades com a retenção nas concessões de novas áreas para pesquisa decorrente do debate acerca do novo Código de Mineração, com reflexo negativo na receita de Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral na medida em que a base de contribuintes vem sendo reduzida.

12.1.1.1. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS – CFEM.

Pode-se verificar que a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM (Receita 1340.03.00 e Fonte 141) no ano de 2013 totalizou R\$ 2,37 bilhões, resultando em um crescimento nominal da ordem de 29,5% em relação a 2012. Ver Anexo 14 - fls 181.

Os ingressos de CFEM no exercício de 2013 ficaram 13,5% acima da meta fixada pelo DNPM. Cabe à União, 12% do total, distribuídos entre o DNPM (9,8%), IBAMA (0,2%) e ao FNDCT/MCT (2%), conforme previsto no § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001/90.

O desempenho verificado na arrecadação da CFEM em 2013 deve-se ao recolhimento em atraso pela Vale S.A. e pela Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) de R\$ 985 milhões atinentes ao recolhimento a menor da CFEM por divergências entre estas empresas e o DNPM quanto a interpretação da legislação aplicável. Em uma menor escala, a reedição do parcelamento extraordinário pela Lei nº 12.865/13 permitiu também alguma recuperação de passivos.. É apresentado o ranking para 2013 dos maiores contribuintes, das substâncias com as maiores arrecadações, dos municípios e dos estados para os quais houve o maior volume de recolhimentos.

12.1.1.2. TAXA ANUAL POR HECTARE – TAH

A arrecadação no exercício de 2013 da TAH (Receita 1332.03.00 - Receita de Outorga do Direito de Exploração e Pesquisa Mineral, Fonte 129) totalizou a importância de R\$ 98,7 milhões. Os recolhimentos referentes ao primeiro período (vencimento em janeiro) atingiram 93,9% de adimplência, enquanto o registrado no segundo período (vencimento em julho) totalizou 94,3%. O consolidado do ano chegou a 92,3% de adimplência. Sendo assim, dos 34.666 processos devedores de TAH com vencimento em 2013, apenas 1.490 não foram pagos até o vencimento; a evolução da arrecadação pode ser observada no Anexo 15 – fls. 183.

Os processos minerários contendo títulos de Alvará de Pesquisa que geraram os recolhimentos de TAH referentes à competência de 2013 foram auditados pela Equipe de Arrecadação. Este trabalho tem a externalidade positiva de colaborar na depuração dos dados do Sistema de Outorga Mineral, cuja responsabilidade é da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários.

Verifica-se que a taxa de adimplência desta receita permaneceu em patamares semelhantes aos de anos anteriores. Porém, a redução na base de contribuintes derivada da retenção de novas áreas compromete o montante total arrecadado. Ou seja, por fatores alheios à esfera de competência do DNPM, esta receita tende a continuar refluindo.

12.1.1.3. OUTRAS RECEITAS

Foram classificadas neste título as arrecadações das seguintes receitas: a) Multas Previstas na Legislação Mineral; b) Certificação e Homologação da Atividade Mineral; c) Serviço de Cadastro da Atividade Mineral; d) Serviço de Inspeção e Fiscalização; e) Compras e Publicações. O Anexo 16 – fls 184, apresenta informações das receitas e busca detalhar essa arrecadação.

12.1.1.4. CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL – CADIN

Até a edição da Portaria nº 314/09 do Diretor-Geral do DNPM, que delegou à DIPAR competência para tanto, esta Autarquia não utilizava o CADIN como instrumento de cobrança. O CADIN é regido pela Lei Federal nº 10.522/2002 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 685/2006. Atualmente, constam do banco de dados mantido pelo Banco Central do Brasil devedores junto ao DNPM com débitos iguais ou superiores a R\$ 1.000,00.

Inicialmente, o CADIN foi operado diretamente no SISBACEN pelo aplicativo PASCS10. Contudo, sem a utilização de sistema para gerenciar os devedores, a inscrição através deste expediente teve alcance limitado em 2009 e 2010. Demandado à área de tecnologia da informação do DNPM em 24/08/09 e colocado em produção em 13/04/2011, o sistema informatizado de gestão

de inscritos no CADIN produziu os resultados na competência alvo deste relatório, ver Anexo 17 - fls. 185.

12.1.2. FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERARIA.

A atividade de fiscalização minerária é realizada por meio de análise de documentos técnicos apresentados pelos titulares de direito minerário e inspeções presenciais de campo, incluídas também as demandas provenientes da sociedade e de outros órgãos públicos.

Adotando a mesma metodologia dos últimos anos para a mensuração da meta física, explicada nos relatórios de gestão do DNPM, alcançou-se um total de 11.578 fiscalizações realizadas, resultado da soma de 4.972 relatórios finais de pesquisa analisados com decisão no DOU, 2.494 auditorias de Relatórios Anuais de Atividades - RALs, além de 4.112 vistorias de minas, garimpos e de atendimento de demandas externas (lavra não autorizada), excluindo assim, as da fase de pesquisa. Foram feitas ainda 13 (treze) fiscalizações de depósitos fossilíferos.

O Anexo 18 – fls. 186, apresenta a compilação das estatísticas gerais de Fiscalização da Atividade Minerária, com detalhamento por Superintendência e totalização por evento. Discrimina, por tipo de projeto e documento técnico apresentado, os montantes analisados por cada Superintendência no ano de 2013. Discrimina também, em função do objetivo, fase processual e situação, o montante de inspeções de campo realizadas pelas Superintendências no ano de 2013.

O foco foi a fiscalização das áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento dos minérios dos elementos destacados como produtos ou coprodutos das minas. Desde 2012 estas áreas foram priorizadas, resultando ao longo de 2013 um incremento nos empreendimentos fiscalizados alcançando resultados relevantes em dois anos, tais quais:

- Aprovação de novas reservas de Terras Raras - ETRs em Itapirapuã (SP), Alcobaça e Prado (BA) e reavaliação de reservas em concessões já existentes (com destaque para a aprovação da Reserva de Terras Raras da CBMM no município de Araxá, elevando o Brasil para a 2º maior reserva de Terras Raras do Mundo);
- Aprovação e atualização dos planos de aproveitamento econômico em concessões já existentes (com destaque para a aprovação de nova reserva e do Plano de Aproveitamento Econômico para extração de Carnalita (minério de Potássio) na Mina de Taquari - Vassouras da Vale S/A em Sergipe);
- Emissão de Guia de Utilização de fosfato para início de produção em áreas em fases de pesquisa ou requerimento de lavra, nos estados de Tocantins, Minas Gerais e Pará;
- Abertura de processos de Caducidade em áreas inativas de fosfato em Pernambuco e pedido de renúncia ao título (Art. 58 do Código de Mineração) pela Indústria Nucleares do Brasil - INB no Sul do Espírito Santo.

12.1.2.1. REDUÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO NA MINERAÇÃO

Foi efetivado Termo de Cooperação Técnica entre o DNPM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, que além de trabalhos conjuntos para realização de estudos sobre segurança técnica em minas subterrâneas, tem como objetivo a capacitação dos técnicos desta autarquia em assuntos relacionados à Segurança de Mina. Esta parceria visa aprimoramento e atualização do conhecimento técnico indispensável nas ações de fiscalização, principalmente nas minas subterrâneas de carvão do Sul do Brasil.

Durante todo o ano foram realizadas tratativas para a concretização da cooperação, que, como só se oficializou ao final do ano de 2013, o projeto iniciou, mas não foi concluído como previsto no produto da meta. Trata-se de dois projetos para redução de acidente de trabalho na mineração: Projeto I: Caracterização Geomecânica da camada Bonito na Bacia Carbonífera de Santa Catarina; e Projeto II: Metodologias e tecnologias para o monitoramento de minas

subterrâneas de carvão. O Termo de Cooperação com a UFRGS e todas as ações na área de segurança de barragens de mineração (portarias, manuais, capacitações e fiscalizações) são medidas na direção da melhoria das condições de segurança das minas.

12.1.2.2. ANALISAR RELATÓRIOS DE PESQUISA

A principal atividade desenvolvida em termos quantitativos foram as análises e fiscalizações de relatórios de trabalhos de pesquisa apresentados ao DNPM, realizados por titulares de áreas de autorizações de pesquisa. Dessa atividade, avaliam-se os relatórios de pesquisa dos novos depósitos minerais pesquisados, que, após aprovados, serão incluídos ao patrimônio mineral do país. Em 2013, foram analisados 7.205 relatórios de pesquisa, com decisão publicada no Diário Oficial da União, 111% da meta prevista de 6.500 relatórios. . Ver Anexo 19 – fls. 189. Como resultado, foram aprovadas 1.613 novas jazidas de substâncias minerais de agregados, rochas de revestimento, água mineral, de minerais metálicos, não metálicos e fertilizantes, entre outros.

12.1.2.3. FISCALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DE DEPÓSITOS FOSSILÍFEROS

As atividades se distribuíram, com base no Decreto-Lei n 4.146/1942, entre vistorias in loco de depósitos fossilíferos, recebimento de comunicação prévia de exploração de depósitos fossilíferos (instituições de pesquisa públicas), emissão de autorizações de coleta de fósseis (instituições de pesquisa privadas), análise e decisão de requerimentos de anuência para exportação de fósseis e/ou material de interesse paleontológico, análise de relatórios de programas de salvamento paleontológico em obras civis e atendimento de demandas de Procuradorias da República. As atividades se desenvolveram sobre a coordenação da DPDF/CORDEM/DIFIS com execução apoiada por equipes especializadas de algumas Superintendências (RS, CE, PE, SP, PR, PB e RJ). Ver Anexo 20 – fls. 192.

Emissão de autorizações de coleta de fósseis:

- Para equipe de professor (pesquisador) e alunos da FSA – Fundação Santo André/ Centro Universitário executar coleta de fósseis na Pedreira Partecal, município de Rio Claro, São Paulo;
- Para pesquisador estrangeiro coletar fósseis em território nacional, conforme Acordo de Expedição Científica entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e *American Museum of Natural History* (Estados Unidos).

Recebimento de comunicação prévia de coleta de fósseis:

- UFBA – Grupo de Estudos de Paleovertebrados (GEP) (2);
- URCA – Departamento de Ciências Biológicas (1), Reitoria (1) e Laboratório de Paleontologia (1);
- UnB – Instituto de Geociências (4) e Faculdade de Planaltina (3);
- UVA – Laboratório de Paleontologia (1);
- UFMG – Instituto de Ciências Biológicas (1);
- UFRGS – Instituto de Geociências (2)
- USP – Laboratório de Paleontologia da FFCLRP (4), Museu de Zoologia (2) e Instituto de Geociências (1);
- UFRN – Departamento de Geologia (1);
- UFRJ – Instituto de Geociências (5) e Museu Nacional (1);
- UFRPE – Departamento de Biologia (1);
- UNIOESTE – Campus Cascavel – Laboratório de Geologia e Paleontologia (2);
- CPRM – Divisão de Paleontologia (3);
- UFAC – Campus Floresta – Laboratório de Paleontologia (1);

- UFSE – Laboratório de Paleontologia (1);
- UNIRIO – Laboratório de Interações Biológicas e Ambientais (1);
- UERJ – Departamento de Zoologia (1);
- UFPE – Centro Acadêmico de Vitória (1);
- UFPI – Laboratório de Paleontologia (1).

Análise e Decisão sobre Solicitação de Anuência para Exportação de Fósseis e/ou Material de Interesse Paleontológico:

- Emitida anuência para envio de material fóssil (exemplares de paleovertebrado) para a Alemanha, no âmbito de seu projeto de Doutorado.
- Emitida anuência para envio de material fóssil (exemplares de peixes) para a França, no âmbito de projeto de Pesquisa junto ao LNBio/CNPq.
- Emitida anuência para envio de material fóssil (exemplares de peixes) para os Estados Unidos, no âmbito de Projeto de Pesquisa celebrado entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Department of Geology, The Field Museum (Chicago, EUA).
- Emitida anuência para envio de material fóssil (lâminas com microfósseis) para Portugal, no âmbito de seu projeto de Doutorado.
- Emitida anuência para envio de material fóssil (lâminas com microfósseis) para Inglaterra, no âmbito de seu projeto de Doutorado.
 - Emitida anuência de exportação para remessa de troncos petrificados (fósseis) importados da Indonésia.

Análise de Relatórios de Programas de Salvamentos Paleontológicos em Obras Civis:

A atividade consiste na análise das variáveis paleontológicas da região de um empreendimento em processo de licenciamento ambiental, definição da necessidade de execução de programas de salvamento paleontológico, incluindo a autorização de coleta após a identificação de sítios e ocorrência de fósseis. As demandas atendidas foram:

- Aprovado o relatório final do Programa de Investigação e Resgate Paleontológico da LT 230kV Canoinhas – São Mateus.
- Aprovado o relatório anual do Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico da UHE Belo Monte.
- Aprovado o relatório final do Programa de Salvamento Paleontológico da SE João Câmara.
- Análise acerca da existência de patrimônio paleontológico em áreas de empreendimentos hidrelétricos (UHE Guatambu e PCH's Santo Inácio, São Joaquim e Casa Velha). Apontada a necessidade de elaboração do programa de salvamento paleontológico.
- Análise para emitir a autorização de coleta de fósseis no âmbito do Programa de Salvamento Paleontológico da LT 500kV Ceará Mirim II - Campina Grande III.

Controle e Fiscalização de Fósseis:

- Vistoria do material fóssil apreendido e armazenado em área cedida pela Agência Brasileira de Inteligência - ABIN. Montagem das tendas para proteção do material.
 - Fiscalização das atividades de coleta de fósseis autorizada por este DNPM, em Cruzeiro do Oeste, Paraná.

12.1.2.4. ÁGUA MINERAL

A atividade de Monitoramento e Controle de Aquíferos de Águas Minerais e Termas vem sendo desenvolvida na Unidade Regional do DNPM em Goiás. Tal monitoramento caracteriza um modelo de gestão sustentável dos recursos hídricos subterrâneos do Sistema Hidromineral Termal de Caldas Novas/Rio Quente - GO.

São três sistemas aquíferos caracterizados:

- **Aquífero Superior** (livre) associado ao capeamento de solo/manto de alteração e fraturas superficiais (xistos Araxá + cobertura detrítica da Serra de Caldas).
- **Aquífero Intermediário** (confinado a semi-confinado) associado aos xistos e mármore do Grupo Araxá.
- **Aquífero Inferior** (confinado) associado aos quartzitos, metarritimitos e metassilitos do Grupo Paranoá.

Em Caldas Novas/Rio Quente há um total de 141 poços no sistema aquífero termal, ver Anexo 21 – fls. 193, 61 deles dentro de concessões de lavra, mais 21 na fase final anterior à concessão e 01 na fase de Relatório Final de Pesquisa. A atividade de monitoramento se concentra em 67% desse universo (95 poços) distribuídos em 61 - títulos de lavra e 21 - em fase anterior à concessão.

O Objetivo é não acentuar o desequilíbrio no balanço hídrico do sistema aquífero termal do distrito hidromineral. Como resultado das fiscalizações realizadas e dos fatos identificados em 2013 será meta para 2014:

- Continuar o bloqueio à exploração de água mineral no perímetro da área definida em portaria DNPM nº 52/99. Foi publicada a Portaria de renovação do bloqueio em fevereiro de 2013;
- Cessar definitivamente a liberação de poços do aquífero termal para uso complementar no sistema de abastecimento público da cidade, tendo em vista que tal medida potencializa a tendência de queda da superfície piezométrica do manancial hidromineral;
- Gestão rígida no exercício da fiscalização e controle pelo DNPM no uso moderado da água mineral termal, evitando o desperdício e a superexploração. Isso é que assegura o equilíbrio do balanço hídrico do sistema aquífero e a preservação da reserva permanente de água termal armazenada. Ou seja, controlando a exploração evitar-se-á: indução de recarga indesejável; interferências entre poços com rebaixamento do nível estático que possa comprometer a estabilidade do sistema;
- Concluir o Projeto de estudos técnicos da AMAT (Associação dos Mineradores de Água Termal) para melhor caracterização e entendimento do modelo hidrogeológico dos sistemas aquíferos de Caldas Novas e Rio Quente. O conhecimento favorecerá o planejamento de uma lavra mais segura e consistente com a realidade e, consequentemente, mais racional para preservação das reservas permanentes do sistema aquífero.

A comercialização de água mineral de procedência estrangeira no Brasil depende de aprovação do DNPM. A Portaria DNPM nº. 159/96 estabelece as instruções sobre o requerimento para importação e comercialização dessas águas minerais provenientes de outros países. Com base na portaria citada, a equipe da área de química da DIFIS analisa os requerimentos e emite pareceres técnicos que poderão ser de aprovação imediata, quando atendida plenamente a legislação, ou para cumprimento de exigências técnicas visando a complementação de informações do processo, em obediência à norma legal instituída, foram emitidos 17 Pareceres Técnicos sobre pedidos de importação de águas minerais de procedências variadas.

12.1.2.5. FISCALIZAÇÃO PARA A FORMALIZAÇÃO, ORDENAMENTO DA EXTRAÇÃO MINERAL E ATENDIMENTO DE DEMANDAS EXTERNAS

Em 2013, foram feitas 962 vistorias para atendimento de denúncias de lavra ilegal e para ordenamento da extração mineral em todo o Brasil. Foi dada continuidade ao projeto Ordenamento do Tapajós e realizadas campanhas de fiscalização de Permissões de Lavra Garimpeira de ouro,

diamante, pedras coradas e cassiterita. Em decorrência das fiscalizações, foram publicadas, no DOU, 100 (cem) exigências em áreas de lavras garimpeiras e registros de extração.

As ações de fiscalização na Área de Garimpagem do Tapajós, criada pela Portaria MME nº 882, de 25 de julho de 1983, DOU de 28/07/1983, que cobre uma superfície superior a 28 mil Km², identificaram que ao longo dos anos transcorridos após a sua criação, novas áreas de garimpagem, foram adicionadas no seu entorno, de tal forma que, hoje, se estima uma superfície envolvida com a atividade garimpeira próxima a 100 mil km².

Foram tomadas as seguintes providências: Levantamento de informações e dados sobre os garimpos no Brasil, através de artigos, livros, reportagens e dados do DNPM; Levantamento junto ao Sistema de Outorga Mineral, dos Requerimentos de Lavra Garimpeira e das Permissões de Lavra Garimpeira do Estado do Pará, confecção pelo geoprocessamento de base com todos os pontos de garimpos cadastrados ao longo dos tempos, identificação dos processos que possuem garimpos em seu interior, deslocamento a Itaituba de técnicos para realização de levantamento em campo dos garimpos:

- Seridó - RN/PB;
- Porto Velho - RO - Rio Madeira;
- Garimpo do Bom Futuro – RO;
- Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz Ltda. – COOPERSANTA;
- Garimpo em Salgadinho/PB;
- municípios maranhenses de Godofredo Viana, Centro Novo do Maranhão e Turiaçu;
- Operação Ágata VII: Ilha Bela e Cassiporé.

12.1.2.6. CERTIFICAÇÃO DO PROCESSO KIMBERLEY

Após vistoria e procedimentos de controle de origem, em 2013 o DNPM emitiu 37 Certificados do Processo de Kimberley válidos (Anexo 22 – fls.193), referentes a 55.519,58 ct de diamantes brutos avaliados em US\$ 6.693.863,20.

Desde a retomada do processo de certificação Kimberley pelo DNPM, em setembro de 2006, já foram emitidos 225 Certificados, correspondentes a 533.735,45 ct de diamantes brutos com valor acumulado de US\$ 52.599.466,40.

O Sistema de Certificação do Processo de Kimberley prevê a realização periódica de reuniões presenciais entre os países participantes, de modo que seus membros possam aprofundar discussões e deliberar em relação a certos assuntos considerados relevantes no âmbito do SCPK

Em 2013, diversas foram as reuniões e os eventos interinstitucionais dos quais os membros do GT-SCPK participaram, com destaque para a participação em reuniões presenciais do Processo de Kimberley. A Reunião Intersessional, ocorreu de 04/06/2013 a 07/06/2013, no Centro de Convenções Mittah Seperepere – Kimberley (África do Sul) e Reunião Plenária de 19/11/2013 a 22/11/2013, no Centro de Convenções Emperors Palace – Johannesburg (África do Sul). A Plenária do SCPK endossou a admissão do Brasil como membro do Grupo de Trabalho de Especialistas em Diamantes (GTED).

12.1.2.7. PROJETO μVANT DNPM.

O Projeto μVANT DNPM / UNB está na Fase 2. Por meio da execução do Termo de Cooperação com Faculdade de Tecnologia/UNB), consiste na formação de equipe e no desenvolvimento da tecnologia de produção e processamento de imagens obtidas por veículo remotamente tripulado. Foi constituído Grupo de Trabalho GT/VANT pela Portaria nº 249 de 11 de maio de 2012, com Coordenação da CORDEM/DIFIS. Como resultado cita-se o sucesso no desenvolvimento e recebimento de equipamentos, a formação de equipe de pilotos e a obtenção de softwares e domínio do conhecimento no processamento de imagens.

Equipamentos recebidos pelo DNPM:

- 04 (quatro) conjuntos de VANT's avião com autonomia mínima de 50 minutos (dependendo das condições e vôo), capaz de realizar missões por meio de piloto automático com distância de até 4000m (dependendo a altura de vôo). O conjunto é composto pela aeronave, rádios, estação de solo (monitor, tripé, antena, receptor e gravador de vídeo), baterias e carregadores; câmera fotográfica, óculos para visualização do vídeo em tempo real e maletas;
- Software para processamento das imagens VANT - Photoscan;
- Software para geração de plano de vôo de maneira simples e fácil, desenvolvido especificamente para atender as necessidades do projeto (PVL) e software livre para geração e gravação de plano de vôo (Mission Planner);
- 27 (vinte e sete) aeromodelos, sendo 16 (dezesesseis) para vôo em terceira pessoa e 12 (doze) para vôo em primeira pessoa. Em conjunto com os aeromodelos foram entregues baterias, sinalizador de tensão baixa, medidor de tensão na bateria, maleta, carregador de bateria, hélices reserva e peças de reposição para pequenos reparos nos aeromodelos;
- 6 (seis) rádios controle Futaba de 7 ou 10 canais de alta qualidade;
- Desenvolvimento de planilhas para check-list e configuração das câmeras;

Formação de pilotos, domínio da tecnologia e autorizações de vôo:

- Cinco (5) pilotos efetivamente treinados em duas Superintendências (CE e GO); mais 3 pilotos em processo de formação no Pará - PA e uma nova equipe iniciando treinamento em Brasília-DF.
- De acordo com os projetos elaborados com a UNB, estavam previstos o treinamento de cinco equipes de pilotos de VANT , no Ceará, Goiás, Paraíba, Rio de Janeiro e Pará. No entanto, durante o decorrer dos trabalhos, houve algumas baixas nas equipes. A equipe do Rio de Janeiro, integrada por dois técnicos, concluiu a segunda parte do treinamento. No entanto, por excesso de demanda na Superintendência, não conseguiram dar continuidade aos treinamentos. Não houve desistência em definitivo, mas a equipe será substituída pelo treinamento de uma nova equipe em Brasília. Quanto à equipe da Paraíba, em função da solicitação de afastamento de um dos integrantes, não foi possível dar continuidade ao treinamento, visto que são necessários dois pilotos para operar o equipamento. Com isto, apesar de estar quase na fase final do treinamento, não foi possível formar equipe na PB.
- Etapas de campo. Para a formação de pilotos e domínio da tecnologia foram feitas treze etapas de campo, a seguir distribuídas entre os dois projetos:

No primeiro projeto foram realizadas cinco etapas de campo, nas seguintes localidades:

1. Silvânia / GO - Extração de areia
2. Pirenópolis/GO - Extração de quartzito
3. Chapada do Apodi/CE - Extração irregular de Pedra Portuguesa
4. Vale dos Dinossauros/ Sousa/PB - região com presença de geossítios paleontológicos. Atendimento demanda Ministério Público
5. Entorno de Brasília/DF - Fercal e extrações irregulares de areia

No segundo projeto, até o momento, foram realizadas oito etapas de campo, nas seguintes localidades:

1. Israelândia (GO) – extração de areia
2. Seropédica (RJ) - extração de areia
3. Chapada do Araripe (CE)
4. Rio Canindé - Paramoti (CE)
5. Guaratuba (PR) – ação com polícia federal

6. Trombudo Central (SC)
7. Garimpo do Lourenço (AP)
8. Rio Potengi e Currais Novos (RN)

Ao final de 2013 e início deste ano, começa o Uso dos μ VANTs em ações operacionais de fiscalização.

- Guaratuba - PR, 10 a 12 de novembro de 2013. Ação conjunta com o DPF em área de interesse de perícia ambiental. A ação se deu em área de processo junto ao DNPM, que se encontra em fase de requerimento de concessão de lavra e que interfere com a área do aterro sanitário municipal;
- Trombudo Central (SC), 15 a 18 de novembro de 2013. Geração de imagens em áreas de produção de “pedras de calçamento”;
- Natal e Currais Novos, RN, 08 a 12 de dezembro. Sobrevôos nas áreas com histórico de extração irregular de areia no Rio Potengi.
-

12.1.3. GESTÃO DE TÍTULOS MINERÁRIOS

O procedimento de outorga de título minerário inicia-se com a protocolização do pré-requerimento eletrônico nas Unidades Regionais do DNPM. Foi realizado um levantamento dos requerimentos solicitados ao DNPM entre os anos de 2005 e 2013 a fim de se obter um acompanhamento da evolução do direito minerário. Foram protocolizados 24.723 requerimentos de pesquisa, licenciamento, registro de extração e permissão de lavra garimpeira, ver anexo 23 - fls. 195.

A Concessão de Lavra deve ser requerida no DNPM por pessoa jurídica no prazo máximo de um ano após a aprovação do Relatório Final de Pesquisa. A lavra é requerida mediante a apresentação do Plano de Aproveitamento Econômico da jazida. Depois de requerida a concessão de lavra e caso o DNPM aprove e considere oportuno o Plano de Aproveitamento Econômico e os demais documentos necessários, é emitido um despacho ao Ministério de Minas e Energia, sugerindo a outorga da Concessão de Lavra, que tem como título uma portaria assinada pelo Ministro de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União. Ressalta-se que, desta forma, a outorga de concessão de lavra é um procedimento que não depende apenas do DNPM, mas também de órgãos externos como, por exemplo, o MME e órgãos ambientais.

A quantidade de requerimentos analisados no DNPM, incluindo requerimentos tanto deferidos como indeferidos, afere mais precisamente o desempenho das superintendências em cada ano. A relação do que foi requerido e o esforço realizado desde 2005 até 2013, permite observar que dos requerimentos que são solicitados, grande parte é analisada. Nos anos de 2005 e 2009, o esforço realizado foi maior que o número de requerimentos. No ano de 2013 a quantidade de requerimentos foi bem próxima à quantidade de análises realizadas (Ver Anexo 24 – fls.196).

O pedido de anuência e averbação de cessão total ou parcial de direitos minerários é realizado através de formulário padronizado de pré-requerimento eletrônico. Depois de solicitado, o requerimento é analisado para decisão e posterior execução da cessão de direitos, que é dada através da publicação no D.O.U - Diário Oficial da União. A anuência e a averbação de contratos de arrendamento são realizadas por meio do pré-requerimento eletrônico, que após sua protocolização é submetido à análise para deferimento ou indeferimento.

A desistência ocorre ainda na fase de requerimento, sendo assim, nessa fase não há extinção de título minerário. O Anexo 25 – fls. 197, ilustra os requerimentos e as análises entre os anos de 2007 e 2013. A renúncia é admitida a qualquer tempo e tem como efeito a extinção do título minerário na data da protocolização de renúncia, com a desoneração da área. Em 2013 a quantidade de requerimentos de renúncia foi a menor dos últimos anos, em consequência o esforço também foi inferior aos demais anos.

Foram processados, em 2013, em torno de 32.519 estudos, isto é, este número abrange processos que tiveram estudo de controle de áreas de qualquer natureza iniciado até mesmo em período anterior a 2013, mas que somente adquiriu a condição de publicação de tal estudo no ano 2013. Ao separarem-se do total de estudos processados (32.519) aqueles estudos que iniciaram em 2013 e foram processados neste mesmo período, atinge-se 30.660 análises; quanto a estudos que iniciaram em 2013, mas que ainda não foram processados alcança-se um total de 377. Somando-se um total de 31.037 análises de controle de áreas no decorrer do ano de 2013 (ver Anexo 26 fls. 199).

No ano de 2013, foram realizadas 15 imissões de posse de jazida, sendo que em 04 destas imissões houve a participação e contribuição de técnicos da DGTm/Sede e/ou CGTIG-Geoprocessamento. Embora o número de imissões pareça reduzido, vários trabalhos de vistoria para levantamento de dados espaciais de Concessões de Lavra vêm sendo realizados com objetivo de retomar em toda a Autarquia o ato de se fazer demarcação das áreas de lavra. A aquisição de equipamentos geodésicos pelo DNPM em 2012 e a divulgação do Memorando Circular nº 05/2013 DGTm em abril de 2013, no qual são estabelecidos procedimentos que devem ser seguidos nos trabalhos de levantamentos topográficos têm contribuído para a padronização destas análises.

12.1.4. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO

12.1.4.1. SUSTENTABILIDADE DA MINERAÇÃO

Os trabalhos de Planejamento e Desenvolvimento da Mineração utilizam a metodologia de gestão de projetos, projetos esses que são apresentados pelas unidades executoras, as Superintendências, conhecedoras da realidade mineral do Estado. Essa metodologia permite que seja apresentada, de forma organizada e com prazo e verbas definidas, uma proposta de trabalho que vise a mudança de uma situação de, por exemplo, lavra mal conduzida, baixa agregação de valor, desconhecimento do depósito, para uma situação de maior sustentabilidade, através da formalização, agregação de valor, conhecimento do depósito, utilização de técnicas sustentáveis, recuperação ambiental, cooperativismo, entre outras.

Desde que a metodologia foi implantada, em março de 2010, vários projetos foram finalizados, conforme mostrado no Anexo 27 – fls. 201, o que demonstra o interesse dos servidores do DNPM em atuar nessa área.

Outra forma de atuação é através de ações pontuais, tais como realização de seminários para a difusão do conhecimento da legislação mineraria, de técnicas de lavra, cooperativismo, para um determinado pólo produtor. Nestes seminários, além de palestras de servidores do DNPM há também palestrantes convidados que agregam conhecimento visando sempre a tornar a atividade da pequena mineração mais sustentável.

Além disso, palestras individuais, articulações com outros órgãos visando o estabelecimento de parcerias, assim como participações em Grupos de Trabalho, Arranjos Produtivos Locais - APLs, conselhos estaduais de meio ambiente, entre outros, tem sido desempenhados em muitas localidades.

Os resultados alcançados até o momento demonstram o potencial na solução de problemas inerentes a pequena mineração e também quanto na atuação junto a outros órgãos. No entanto, alguns desafios devem ser vencidos para que essa atuação seja mais completa.

12.1.4.2. DESENVOLVIMENTO DA MINERAÇÃO

O principal canal de informação entre os usuários dos produtos desenvolvidos é o site institucional do DNPM, o qual tem o endereço na internet (www.dnpm.gov.br). Por meio do portal, são disponibilizados para download os seus estudos, com periodicidades semestrais e anuais, da área de estatística e economia mineral.

A necessidade de acompanhamento sistemático das informações sobre a indústria extrativa mineral justifica-se tanto pela importância desse setor dentro da economia brasileira como pelo papel estratégico que ele possui na definição de políticas e programas públicos para o desenvolvimento do país. As ações definidas para o setor determinam, em grande medida, sua capacidade de responder à demanda por insumos minerais com evidentes impactos no crescimento e desenvolvimento econômico e social do país, dado o forte encadeamento da indústria mineral no conjunto da indústria (ex: construção civil, siderurgia e agricultura).

O Brasil, em decorrência da diversidade geológica e da sua extensão territorial, ostenta uma posição expressiva como detentor de reservas minerais, com destaque para as reservas de nióbio, ferro, alumínio, caulim, grafita, talco e magnesita. Além disso, o nível de conhecimento geológico do nosso território sugere a existência de um grande potencial para ouro, níquel, diamante, titânio, terras raras, zircônio e muitos outros minerais de interesse econômico. A indústria extrativa mineral brasileira é bastante diversificada e produz atualmente mais 60 minerais diferentes. Tal significância fica evidente na observação da participação da mineração no PIB nacional (ver Anexo 28 – fls. 202).

ANEXO 1.

IMAGEM 2. Portaria 236/2013 – Resultado do 3º Ciclo.

PORTARIA Nº 236 de 18 de JUNHO de 2013.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 7.092/2010 e da Portaria nº 290/MME/2011, resolve:

Art. 1º. Tornar Público o Índice de Desempenho Institucional Médio (IDIM) alcançado no 3º Ciclo de Avaliação Institucional, de 1º de maio de 2012 a 30 de abril de 2013, para fins de divulgação do resultado da Autarquia Departamento Nacional de Produção Mineral e para pagamento de Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Minerais (GDARM), de Gratificação de Desempenho de Atividades de Produção Mineral (GDAPM), de Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Departamento Nacional de Produção Mineral (GDADNPM) e de Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM (GDAPDNPM).

Art. 2º. O Índice de Desempenho Institucional Médio (IDIM) do 3º Ciclo Avaliativo foi de 91,47%, resultando no pagamento dos 80 pontos da Gratificação Institucional.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação de Desempenho Institucional deverão ser publicados no Boletim Interno no portal do DNPM na internet, acompanhado do quadro de Avaliação de Desempenho Institucional do DNPM 3º Ciclo Avaliativo, o qual detalha os resultados alcançados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

ANEXO PORT. 236 DE 18/06

ANEXO - Avaliação de Desempenho Institucional do DNPM 3º Ciclo Avaliativo

Missão Institucional	Nº	Meta Global	Peso da Meta Global (PG)	Nº	Metas Intermediárias	Responsável	Peso da Meta Intermediária (0 a 100)(a)	Grau de Alcance (0 a 100)(b)	Índice de Desempenho da Meta Intermediária (c) = (a*b)/100	Índice de Grau da Alance da Meta GG = $\sum c$	IDIM
Gerir o Patrimônio Brasileiro de Forma Sustentável	1	Fiscalizar	20,00%	1	IFRP	DIFIS	30,00%	97,94	29,38%	98,67%	19,73%
				2	IFRAL	DIFIS	30,00%	100,00	30,00%		
				3	IFAM	DIFIS	20,00%	100,00	20,00%		
				4	IFMR	DIFIS	20,00%	96,46	19,29%		
	2	Outorgar	20,00%	1	IAR	DGTM	65,00%	78,67	51,14%	86,14%	17,23%
				2	IARL	DGTM	10,00%	100,00	10,00%		
				3	IACD	DGTM	10,00%	100,00	10,00%		
				4	IDMPDM	DGTM	15,00%	100,00	15,00%		
	3	Arrecadar	15,00%	1	IATAH	DIPAR	30,00%	90,33	27,10%	84,57%	12,68%
				2	IFCFEM	DIPAR	30,00%	100,00	30,00%		
				3	IIC	DIPAR	15,00%	68,98	10,35%		
				4	IPA	DIPAR	15,00%	100,00	15,00%		
				5	IIMTAH	DIPAR	10,00%	21,19	2,12%		
	4	Planejamento	15,00%	1	IP	DIPLAM	35,00%	50,00	17,50%	82,50%	12,38%
				2	IAPO	DIPLAM	30,00%	100,00	30,00%		
				3	IDSM	DIPLAM	35,00%	100,00	35,00%		
	5	Gestão	15,00%	1	PIPGP	DGADM	35,00%	100,00	35,00%	100,00%	15,00%
				2	ISC	DGADM	30,00%	100,00	30,00%		
				3	OQLC	DGADM	35,00%	100,00	35,00%		
	6	CGTIG	15,00%	1	IMPTI	CGTIG	25,00%	100,00	25,00%	96,31%	14,45%
				2	IASTI	CGTIG	20,00%	82,80	16,56%		
				3	IVPA	CGTIG	20,00%	100,00	20,00%		
				4	ICDTG	CGTIG	25,00%	99,00	24,75%		
				5	IDBDE	CGTIG	10,00%	100,00	10,00%		
TOTAL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL									91,47%		



Fonte: Boletim Interno Extraordinário do DNPM nº10, de 18 de junho de 2013

ANEXO 2.

TABELA 1. RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Quadro Consolidado Global		Período: 01/01/2013 a 31/12/2013	
Quantidade de Órgão:	1	Número de Procedimentos	
Total de Procedimentos Administrativos para Empregados Públicos			0
Total de Processos Disciplinares para Empresas Públicas / Sociedades de Economia			0
Total de Processos Administrativos Disciplinares			2
Total de Ritos Sumários			0
Total de Sindicâncias			0
Total de Sindicâncias 'Servidor Temporário'			0
Total de Sindicâncias Patrimoniais			0
Total de Procedimentos			2

Fonte: Corregedoria/DNPM

ANEXO 3.

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária : Departamento Nacional de Produção Mineral						Código UO: 32263	UGO:323002	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa	190.563.171,72	140.407.601,72	183.436.452,32	140.407.601,72	6.593.509,97		182.903.242,89	140.407.601,72
2º elemento de despesa	34.864.631,39	24.041.751,98	30.645.550,00	24.041.751,98	4.219.081,39		30.645.550,00	24.041.751,98
3º elemento de despesa	26.985.698,70	29.069.131,79	25.333.270,00	29.069.131,79	1.652.428,70		25.333.270,00	29.069.131,79
Demais elementos do grupo	13.484.750,05	10.611.821,73	12.873.228,00	10.611.821,73	611.522,05		12.873.228,00	10.611.821,73
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	39.152.939,59	31.615.945,00	34.641.728,56	29.530.386,44	4.511.211,03	2.085.558,56	34.641.728,56	29.530.386,44
1º elemento de despesa	15.292.215,79	11.586.851,05	12.633.037,99	10.137.552,33	2.659.177,80	1.449.298,72	12.633.037,99	10.137.552,33
2º elemento de despesa	5.681.014,57	4.569.204,27	4.613.312,98	4.069.423,75	1.067.701,59	499.780,52	4.613.312,98	4.069.423,75
3º elemento de despesa	17.347.631,71	1.627.182,81	17.246.350,97	1.538.750,04	101.280,74	88.432,77	17.246.350,97	1.538.750,04
Demais elementos do grupo	832.077,52	13.832.706,87	149.026,62	13.784.660,32	683.050,90	48.046,55	149.026,62	13.784.660,32
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos								
1º elemento de despesa	50.131,04	13.098.331,86	41.376,04	7.850.925,36	8.755,00	5.247.406,50	41.376,04	7.850.925,36
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	0,00	1.884,00	0,00	1.884,00	0,00	0,00	0,00	1.884,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

ANEXO 4.

QUADRO A.4.1.3.4 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária : Departamento Nacional de Produção Mineral			Código UO: 32263				UGO:323002	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa	190.563.171,72	140.407.601,72	183.436.452,32	140.407.601,72	6.593.509,97		182.903.242,89	140.407.601,72
2º elemento de despesa	34.864.631,39	24.041.751,98	30.645.550,00	24.041.751,98	4.219.081,39		30.645.550,00	24.041.751,98
3º elemento de despesa	26.985.698,70	29.069.131,79	25.333.270,00	29.069.131,79	1.652.428,70		25.333.270,00	29.069.131,79
Demais elementos do grupo	13.484.750,05	10.611.821,73	12.873.228,00	10.611.821,73	611.522,05		12.873.228,00	10.611.821,73
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	58.506.980,48	51.257.766,10	48.644.329,81	46.533.460,41	9.862.650,67	4.724.305,69	48.644.329,81	46.533.460,41
1º elemento de despesa	25.165.404,82	15.715.744,42	19.571.477,18	12.727.969,68	5.593.927,64	2.987.774,74	19.571.477,18	12.727.969,68
2º elemento de despesa	21.609.710,38	15.181.755,04	17.979.382,82	13.758.769,68	3.630.327,56	1.422.985,36	17.979.382,82	13.758.769,68

3º elemento de despesa	4.244.090,07	4.473.363,80	4.084.466,10	4.380.395,70	159.623,97	92.968,10	4.084.466,10	4.380.395,70
Demais elementos do grupo	7.487.775,21	15.886.902,84	7.009.003,71	15.666.325,35	478.771,50	220.577,49	7.009.003,71	15.666.325,35
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa	716.152,24	8.548.802,56	468.645,69	2.758.961,20	247.506,55	5.789.841,36	468.645,69	2.758.961,20
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo	38.633,91		27.627,91		11.006,00		27.627,91	
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

ANEXO 5.

IMAGEM 3. Valores Disponibilizados para as Superintendências de 2010 a 2013

Ação Administração da Unidade
Custeio

Fonte: Siasf 2013

SUPERINTENDÊNCIAS DNPM	2010	2011	2012	2013
	DESCENTRALIZADO	DESCENTRALIZADO	DESCENTRALIZADO	DESCENTRALIZADO
RIO GRANDE DO SUL	522.708,33	555.672,73	498.040,52	726.485,00
SÃO PAULO	765.138,88	783.703,49	762.383,58	946.135,00
MINAS GERAIS	1.605.752,86	2.028.926,62	2.342.049,21	2.522.018,00
PERNAMBUCO	763.165,32	791.452,69	674.055,98	964.357,00
PARÁ	1.181.022,43	1.340.817,81	1.395.555,55	1.969.882,00
GOIÁS	778.400,04	745.001,28	726.668,75	993.347,00
BAHIA	1.397.659,71	1.628.157,83	1.667.029,41	2.286.060,00
AMAZONAS	510.849,44	515.555,01	510.843,32	714.114,00
RIO DE JANEIRO	904.509,08	1.107.504,31	1.069.338,65	1.422.969,00
CEARÁ	627.785,76	651.329,31	573.324,70	696.884,00
SANTA CATARINA	671.979,75	848.869,65	814.067,93	814.534,00
MATO GROSSO	539.981,28	616.060,94	519.972,72	750.093,00
PARANÁ	419.872,84	455.480,44	365.422,07	483.112,00
RIO GRANDE DO NORTE	368.891,99	378.809,66	389.377,83	426.377,00
PARAÍBA	437.714,12	478.517,15	520.353,55	594.516,00
AMAPÁ	520.884,26	495.967,85	484.327,50	1.017.170,00
TOCANTINS	550.868,28	548.199,75	624.341,04	646.186,00
SERGIPE	105.577,81	150.070,47	174.632,14	204.196,00
RONDÔNIA	497.572,35	592.559,29	555.949,18	912.291,85
ESPÍRITO SANTO	989.758,53	1.409.905,34	1.173.712,52	1.755.137,00
PIAUÍ	319.096,91	372.337,69	365.170,76	565.436,00
MARANHÃO	302.408,38	312.919,09	319.606,36	418.470,00
MATO GROSSO DO SUL	238.331,51	260.863,21	288.088,31	341.466,00
RORAIMA	150.877,67	87.664,63	120.442,62	237.842,00
ALAGOAS	185.423,50	232.534,90	256.287,56	283.822,00
TOTAL RS	15.356.231,03	17.388.881,14	17.191.041,76	22.692.899,85

Fonte: DGADM

ANEXO 6.

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL									
CNPJ:00.381.056/0001-33					UG/GESTÃO:323002/32263				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/2012	154019/15257	295.000,00	-	50.000,00	200.000,00	01/11/2012	03/08/2014	Adimplente
3	02/2013	92.969.856/0001-98	470.700,00	-	241.000,00	-	25/10/2013	31/07/2015	Adimplente
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte²: Instrumento Termo de Cooperação nº 01/2012/DNPM/SEDE, Processo 48400-000819/2012-19.									

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência do DNPM/BA									
CNPJ:00.381.056/0008-00				UG/GESTÃO: 323009/32263					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	Sem numeração	UFBA		987,00	2013		2013	2017	2
Fonte: Processos administrativos.									

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência do DNPM/MS									

CNPJ: 00.381.056/0024-20				UG/GESTÃO: 323025/32263					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	968.031/2009	24.616.187/0001-10	-	-	-	-	19/03/2009	19/03/2014	1
3	968.395/2008	03.217.916/0001-96	-	-	-	-	01/12/2008	01/12/2013	4
3	968.164/2006	03.330.453/0001-74	-	-	-	-	04/08/2009	04/08/2014	1
3	968.206/2011	03.073.673/0001-60	-	-	-	-	14/07/2011	14/07/2016	1
Fonte: Processos administrativos.									

ANEXO 7.

QUADRO A.5.2.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL / SEDE													
UG/Gestão: 323002/32263							CNPJ: 00381056/0001-33						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	03/2009	00.478.727/0001-89	09/03/2009	08/03/2014	17	17	-	-	-	-	P
2008	V	O	21/2008	03.497.401/0001-97	02/01/2009	01/01/2015	-	-	12	12	-	-	P
Observações: No contrato N° 03/2009 foram contatadas 17, no entanto, só se exigiu, nível de escolaridade fundamental para o encarregado. No contrato N° 21/2008 foram contatados 06 postos, sendo que em virtude da jornada específica, são utilizados 12 pessoas.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Processos Administrativos

Unidade Contratante
Nome: Superintendência do DNPM/RS

UG/Gestão: 323003/32263					CNPJ: 00.381.056/0002-14								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	04/2012	11.446.367/0001-50	04/07/2012	04/07/2014	4	4					P
2008	V	O	02/2008	89.963.862/0001-23	01/01/2009	31/12/2013	8	8					E
Observações: Contrato nº 002/2008, vigilância armada, extinto devido ao término da vigência contratual em 31.12.2013.Atualmente com o contrato nº 001/2014, licitado em 2014.													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SP													
UG/Gestão: 323004						CNPJ: 00.381.056/0003-03							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	004/2012	14.490.337/0001-39	05/02/2014	05/02/2015	X						P
2012	V	O	008/2012	04.357.810/002-28	19/11/2013	19/11/2014	X						P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MG													
UG/Gestão: 323005/32263							CNPJ: 00.381.056/0004-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	01/2011	07.544.068/0001-80	03/01/2011	30/08/2013	09	09					E

2013	L	O	02/2013	15.312.517/0001-93	03/09/2013		09	09					A
2011	V	O	02/2011	08.563.482/0001-08	23/02/2011				07	07			A
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PE													
UG/Gestão: 323006/32263						CNPJ: 00.381.056/0005-67							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	P	00.323.090/0001-51	2011	2016	x						P
2009	V	O	P	09.543.683/0001-06	2009	2014			x				P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PA													
UG/Gestão: 323007/32263						CNPJ: 00.381.056/0006-48							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	008/2010	63.807.812/0001 - 63	26/11/2010	25/11/2014		X					P
2010	V	O	006/2010	07.069.574/0001 - 65	06/10/2010	06/10/2014		X					P
Observações:													

Unidade Contratante									
Nome: Superintendência do DNPM/GO									
UG/Gestão: 323008/32263					CNPJ: 00.381.056/0007-29				
Informações sobre os Contratos									
Ano do	Área	Natureza	Identificação do	Empresa Contratada	Período Contratual de	Nível de Escolaridade	Sit.		

Contrato			Contrato	(CNPJ)	Execução das Atividades Contratadas		Exigido dos Trabalhadores Contratados						
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	10/2010	00.914.803/0001-51	01/10/2010	30/09/2013	05	05					E
2011	L	O	09/2011	10.999.557/0001-31	01/07/2011	30/06/2014	03	03					P
2013	V	O	06/2013	01.160.949/0001-11	02/10/2013	01/10/2014	05	05					A
Observações:													

Fonte: Processos administrativos.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/BA													
UG/Gestão: 323009/32263							CNPJ: 00.381.056/0008-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	09/2013	01.785.444/0001-42	01/10/2013			18	18			A	
2013	L	O	07/2013	16.364.275/0001-44	15/07/2013		13	13				A	
Observações:													

Fonte: Processos administrativos.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AM													
UG/Gestão: 323010/32263							CNPJ: 00.381.056/0009-90						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	005/2008	04.718.633/0001-90	28/10/2008	28/10/2013							E
2011	L	O	001/2011	02.760.172/0001-99	07/02/2011	02/12/2013							E
2013	V	O	005/2013	02.103.266/0001-95	28/10/2013	28/10/2014							A
2013	L	E	006/2013	14.296.468/0001-80	09/02/2013	06/06/2014							A

Observações:

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RJ													
UG/Gestão: 323011/32263						CNPJ: 00.381.056/0010-24							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	06/2010	06.141.118/0001-16	31/12/2010	31/12/2013		X					E
2011	L	O	01/2011	09.209.483/0001-03	13/06/2011	12/06/2013	X						E
2013	L	O	03/2013	32.301.921/0001-80	27/11/2013	26/11/2014	X						A
Observações:													

Fonte: **Processos ADMINISTRATIVOS**

UNIDADE CONTRATANTE													
NOME: SUPERINTENDÊNCIA DO DNPM/CE													
UG/GESTÃO: 323012/32263							CNPJ: 00.381.056/0011-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010		O	005/2010	86.960.598/0001-86	02/05/2010	01/05/2011	1	1	3	3			A
2011		O	005/2011	86.960.598/0001-86	02/05/2011	01/05/2012	1	1	3	3			P
2012		O	004/2012	86.960.598/0001-86	02/05/2012	01/05/2013	1	1	3	3			P
2013		O	003/2013	86.960.598/0001-86	02/05/2013	01/05/2014	1	1	3	3			P
2012		O	006/2012	04.808.914/0001-34	01/08/2012	31/07/2013	1	1	3	3			A
2013		O	004/2013	04.808.914/0001-34	01/08/2013	31/07/2014	1	1	3	3			P
2014		O	002/2014	12.957.998/0001-04	14/01/2014	13/01/2015	2	2	1	1	1	1	A
Observações:													

Fonte: Processos administrativos.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SC													
UG/Gestão: 323013/32263					CNPJ: 00.381.056/0012-96								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	1/2013	04.231.640/0001-63	28/05/2013	27/05/2014							A
2013	L	O	2/2013	04.231.640/0001-63	28/05/2013	27/05/2014							A
2008	V	O	6/2008	03.130.750/0001-76	01/09/2008	28/02/2014							P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MT													
UG/Gestão: 323014/32263						CNPJ: 00.381.056/0013-77							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	07/2010	10.732.146/0001-85	01/01/2013	31/12/2013	X						P
2010	V	O	05/2010	06.236.934/0001-03	01/01/2013	31/12/2013	X						P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante	
Nome: Superintendência do DNPM/PR	
UG/Gestão: 323015/32263	CNPJ: 00.381.056/0014-58
Informações sobre os Contratos	

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	003/2012	05.948.378/0001-35	29/06/12	14/12/13			4	4			E
2013	V	E	001/2013	12.138.329/0001-00	14/12/13	12/06/14			4	4			A
2010	L	O	003/2010	07.228.643/0001-36	24/09/10	29/06/14			3	3			P
Observações: O Contrato nº 003/2012 foi encerrado por inadimplência da Contratada, que - tendo vários clientes em Curitiba - provocou reunião no Ministério Público do Trabalho alegando dificuldades provocadas pelo atraso no pagamento por parte de diversos órgãos federais, que implicou no atraso ou não pagamento das verbas trabalhistas de seus funcionários. A empresa queria acordo, que os saldos remanescentes fossem passados diretamente para os funcionários, sob a homologação do MPT, mas o DNPM/PR, conforme orientação jurídica não assinou nenhum acordo. Suspendeu os pagamentos dos últimos dois meses - não sendo possível atestar a nota fiscal por falta de comprovações de pagamentos trabalhistas - e aguarda orientação jurídica ou ordem judicial para quitar os valores finais. Na sequência, houve a contratação emergencial de outra empresa de vigilância, conforme Contrato nº 001/2013, para um período máximo de 180 dias.													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RN													
UG/Gestão: 323016/32263							CNPJ: 00.381.056/0015-39						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	01/2011	06.982.630/0001-95	10/01/2013	10/01/2014	1	1					P
2013	V	O	02/2013	10.639.977/0001-07	23/07/2013	22/07/2014			1	1			A
2010	V	O	03/2010	05.312.066/0001-30	23/07/2012	22/07/2013			1	1			E
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante	
Nome: Superintendência do DNPM/PB	
UG/Gestão: 323017/32263	CNPJ: 00.381.056/0016-10
Informações sobre os Contratos	

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	02/2007	03.447.167.0001/93	10/12/07	10/03/13	2	2					E
2013	L	O	01/2013	11.855.183/0001-43	10/03/13	10/03/14	2	2					A
2010	V	O	02/2010	05.554.220/0001-80	01/06/10	30/05/13	4	4					P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AP													
UG/Gestão: 323018/32263							CNPJ: 00.381.056/0017-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	002/2012	06.119.287/0001-50	02/05/2012	02/05/2013	3	3					E
2014	L	O	001/2011	13.714.479/0001-70	27/01/2014	27/01/2015	3	3					A
2011	V	O	006/2011	10.662.792/0001-13	04/03/2012	04/03/2013			8	8			E
2013	V	E	002/2013	12.753.624/0001-69	02/05/2013	02/08/2013			8	8			E
2013	V	O	005/2013	09.500.531/0001-18	11/11/2013	11/11/2014			8	8			A
Observações: No período de 03/05/2013 a 31/08/2013, houve a Prestação de Serviço de Limpeza pela Empresa I.M.P. da SILVA-EPP ao DNPM/AP. Entre os meses de Setembro a Dezembro de 2013, O DNPM/AP ficou sem Serviço de Limpeza e Higiene, considerando a insuficiência orçamentária ocorrida no 2º semestre de 2013. Durante o período de 05/03/2013 a 01/05/2013, houve a Prestação de Serviço de Vigilância Armada pela Empresa ÁGILI SEG. LTDA ao DNPM/AP. Durante o período de 03/08/2013 a 10/11/2013, houve a Prestação de Serviço de Vigilância Armada pela Empresa VIGEX SEGURANÇA LTDA ao DNPM/AP.													

Fonte: SIASG/SIAFI2013

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/TO													

UG/Gestão: 323019/32263					CNPJ: 00.381.056/0018-81									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2013	V	O	04/2013	06.088.000/0002-52	19/08/2013	18/08/2015		X					A	
2013	L	O	02/2013	10.495.485/0001-95	11/03/2013	10/03/2015		X					A	
Observações:														

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SE													
UG/Gestão: 323020/32263					CNPJ: 00.381.056/0019-62								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	04/2011	11.718.029/0001-20	12/12/2013	12/12/2014	01	01					P
2010	V	O	03/2010	16.208.738/0001-89	03/05/2013	03/05/2014	04	04					P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante										
Nome: Superintendência do DNPM/RO										
UG/Gestão: 323021/32263						CNPJ: 00.381.056/0020-04				
Informações sobre os Contratos										
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.	
						F	M	S		

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	09/2010	09.540.692/0001-35	13/09/2010	13/09/2014		5		1			P
2012	V	O	01/2012	10.760.842/0001-03	15/07/2012	15/07/2012		6					P
Observações: Limpeza e Higiene - Contrato com os seguintes profissionais, 02 Auxiliares de Limpeza, 02 Auxiliares de Serviços Gerais e 01 Oficial de Manutenção (Artífice Predial) . Vigilância Ostensiva - Contrato com os seguintes Postos: 01 diurno, escala 13x36 e 02 noturno, escala 12/36.													

Fonte: **PROCESSOS** administrativos.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/ES													
UG/Gestão: 323022/32263							CNPJ: 00.381.056/0021-87						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	10/2011	10.330.894/0001-31	30/10/2013	29/10/2014			x				P
2011	L	O	04/2011	13.037586/0001-00	21/03/2013	21/03/2014	x						P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PI													
UG/Gestão: 323023/32263							CNPJ: 00.381.056/0022-68						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	01/2010	05.695.725/0001-65	29/05/2010	28/05/2014				X			P
2010	V	O	03/2010	08.578.865/0001-41	01/01/2011	31/12/2014				X			P
Observações: Contrato de limpeza tem 02 (dois) prestadores de serviços, já o de vigilância possui 04 (quatro). Registro de duas observações: Análise de													

possibilidade de elaboração de Termo Aditivo ao contrato de Limpeza para atualização da lista e quantidade de materiais que devem ser fornecidos pela empresa; e - Está em andamento o Pregão nº 01/2014, para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de apoio administrativo, visto que o contrato com a atual empresa está completando 60 (sessenta) meses e já não poderá ser prorrogado.

Fonte: Processos administrativos.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MA													
UG/Gestão: 323024/32263							CNPJ: 00.381.056/0023-49						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	6/2011	07.441.614/0001-58	23/12/2011	23/12/2013	02	02					E
2009	V	O	2/2009	08.888.686/0001-00	15/04/2009	15/04/2014			04	04			A
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MS													
UG/Gestão: 323025/32263							CNPJ: 00.381.056/0024-20						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	06/2009	09.016.469/0001-93	01/01/2014	31/12/2014	1	1					P
2008	V	O	01/2008	04.731.108/0001-05	25/07/2012	24/07/2013			4	4			E
2013	V	O	02/2013	13.451.078/0001-74	25/07/2013	24/07/2014			4	4			A
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RR													
UG/Gestão: 323026/32263							CNPJ: 00.381.056/0025-00						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	05/2011	04.653.234/0001-94	19/09/13	18/09/14	02						P
2012	V	O	01/2012	84.013.234/0001-63	12/06/13	11/06/14	04						P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AL													
UG/Gestão: 323027/32263							CNPJ: 00.381.056/0026-91						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	01/2011	06.996.393/0002-00	01/06/2012	30/05/2014				x			P
2008	L	O	01/2008	01.182.827/0001-26	19/12/2008	18/12/2013		x					E
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

ANEXO 8.

QUADRO A.5.2.2 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante									
Nome: DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL / SEDE									
UG/Gestão: 323002/32263					CNPJ: 00.381.056/0001-33				
Informações sobre os Contratos									
Ano do	Área	Natureza	Identificação do	Empresa Contratada	Período Contratual de	Nível de Escolaridade Exigido dos			Sit.

Contrato			Contrato	(CNPJ)	Execução das Atividades Contratadas		Trabalhadores Contratados						
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	17/2009	78.533.312/0001-58	30/10/2009	29/10/2014	-	-	51	51	-	-	P
2012	04	O	16/2012	01.708.458/0001-62	29/08/2012	28/12/2013	05	05	-	-	-	-	P
2009	09	O	16/2009	37.168.960/0001-75	18/09/2009	17/09/2014	03	03	06	06	-	-	P
2010	02	O	08/2010	04.356.735/0001-03	01/12/2010	30/11/2014	04	04	-	-	-	-	P
2013	05	O	13/2013	11.545.051/0001-15	01/07/2012	30/06/2014	-	-	03	03	-	-	P
2011	01	O	11/2011	04.621.879/0001-40	31/08/2011	31/08/2014	-	-	06	06	-	-	P
2013	03	O	02/2013	37.057.387/0001-22	02/01/2013	01/01/2014			05	05	06	06	p
2009	03	O	27/2009	41.893.678/0001-28	27/11/2009	26/11/2014	-	-	-	-	08	08	P
2007	09	O	19/2007	04.493.280/0001-80	19/12/2009	18/12/2013	02	02	02	02			E

Observações:

- 1 . No contrato 08/2010, parte dos serviços (9,09%) previstos no contrato são prestados por ordem de serviço, quando ocorre a demanda, e 90,1% são realizados por quatro profissionais diariamente.
- 2 . Registrou-se o contrato N° 16/2007, por existir mão-de-obra nas pendências do DNPM, no entanto, a natureza jurídica do instrumento é mista.
- 3 . Registrou-se o contrato N° 27/2009, por existir mão-de-obra nas pendências do DNPM, no entanto, os serviços são contratados por ponto da função.

LEGENDA

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Área:

- | | |
|-----------------|-------------------------------|
| 1. Segurança; | 7. Telecomunicações; |
| 2. Transportes; | 8. Manutenção de bens móveis |
| 3. Informática; | 9. Manutenção de bens imóveis |
| 4. Copeiragem; | 10. Brigadistas |
| 5. Recepção; | 11. Apoio Administrativo – |
| 6. Reprografia; | Menores Aprendizizes |
| | 12. Outras |

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RS													
UG/Gestão: 323003/32263					CNPJ: 00.381.056.0002-14								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

2010	5	O	03/2010	09.310.539/0001-11	19/05/2010	19/05/2013			1	1			E
2012	4	O	05/2012	10.235.718/0001-10	03/07/2012	03/07/2014	1	1					P
2010	12	O	04/2010	11.446.367/0001-50	22/10/2010	22/10/2013			1	1			E

Observações: Contratos de recepção e jardinagem não prorrogados em 2013 devido ao limite orçamentário estabelecido à Superintendência, por contingenciamento do governo federal, em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, ocasionando extinção desses contratos, com transtornos para a Administração e usuários.

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SP													
UG/Gestão: 323004/32263							CNPJ: 00.381.056/0003-03						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	6	O	01/2010	01.092.071/0001-24	17/06/2013	17/06/2014			13	13			P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MG													
UG/Gestão: 323005/32263							CNPJ: 00.381.056/0004/-86						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	04/2012	07.544.068/0001-80	02/04/2012	30/08/2013	09	07	31	31			E
2013	12	O	03/2013	04.281.586/0001-60	02/09/2013		09	07	31	31			A
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PE													
UG/Gestão: 323006/32263							CNPJ: 00.381.056/0005-67						

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	23	O	P	00.323.090/0001-51	2013	2018			x				P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PA													
UG/Gestão: 323007/32263							CNPJ: 00.381.056/0006-48						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	006/2009	01.518.478/0004 - 70	04/01/2010	03/01/2013		X		X			P
2012	12	O	010/2012	06.855.175/0007 - 52	02/01/2013	01/01/2014	X					X	P
2012	12	O	003/2012	13.096.822/0001 - 60	10/10/2012	09/10/2013	X						
Observações:													

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/GO													
UG/Gestão: 323008/32263							CNPJ: 00.381.056/0007-29						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	5,6,11, 12	O	07/2009	01.092.071/0001-24	27/08/2009	26/08/2014			X				P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante												
Nome: Superintendência do DNPM/BA												
UG/Gestão: 323009/32263						CNPJ: 00.381.056/0008-00						

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrat o	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	011/2013	12.095.751/0001-18	16/12/2013		2	2	23	23			
Observações:O Contrato de Apoio Administrativo inclui as funções de Auxiliar de Escritório, Auxiliar Administrativo II, Motorista, Recepcionista, Operador de Máquina Copiadora													

Fonte: Processos administrativos

UG/Gestão: 323010/32263/AM – Não há.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RJ													
UG/Gestão: 323011/32263							CNPJ: 00.381.056/0010-24						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	02/2010	05.231.661/0001-41	22/11/2010	21/11/2013		X					P
2010	12	O	03/2010	04.057.771/0001-76	16/11/2010	15/11/2014				X			P
2010	5	O	04/2010	05.231.661/0001-41	22/11/2010	16/08/2013				X			P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/CE													
UG/Gestão: 323012/32263							CNPJ: 00.381.056/0011-05						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	08/2012	11.399.787/0001-22	24/10/2012	23/10/2013	1	1					A
2013	4	O	02/2013	11.399.787/0001-22	24/10/2013	23/10/2014	1	1					P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SC													
UG/Gestão: 323013/32263							CNPJ: 00.381.056/0012-96						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	5/2011	78.533.312/0001-58	05/09/2011	04/09/2014	8						P
2013	5	O	3/2013	03.130.750/0001-76	01/10/2013	30/09/2014							A
2013	5	O	4/2013	03.130.750/0001-76	01/10/2013	30/09/2014							A
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MT													
UG/Gestão: 323014/32263							CNPJ: 00.381.056/0013-77						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	5	O	01/2012	10.446.523/0001-10	01/01/2013	31/12/2013	X						P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

UG/Gestão: 323015/32263/PR – Não há.

Unidade Contratante												
Nome: Superintendência do DNPM/RN												
UG/Gestão: 323016/32263							CNPJ: 00.381.056/0015/39					
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Sit.			
						F	M	S				

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	04/2011	08.966.334/0001-26	29/03/2013	29/03/2014			3	3			P
2011	5	O	06/2011	08.966.334/0001-26	29/03/2013	29/03/2014			1	1			P
2011	12	O	05/2011	08.966.334/0001-26	29/03/2013	09/08/2013			1	1			E
2011	2	O	08/2011	08.966.334/0001-26	29/03/2013	09/08/2013			1	1			E
2011	3	O	09/2011	09.171.533/0001-00	31/03/2013	09/08/2013			1	1			E
2012	12	O	02/2012	06.982.630/0001-95	03/09/2012	02/09/2013			1	1			E
2012	12	O	03/2012	06.982.630/0001-95	11/09/2012	10/09/2013			1	1			E
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PB													
UG/Gestão: 323017/32263					CNPJ: 00.381.056/0016-10								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	14	O	03/2010	24.126.948/0001-56	11/06/10	10/01/14	2	2	6	6	0	0	P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AP													
UG/Gestão: 323018/32263							CNPJ: 00.381.056/0017-09						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	11	O	007/2009	07.304.842/0001-68	30/11/2009	30/11/2014			5	5	1	1	A
Observações: 8º Termo Aditivo ao contrato 007/2009, prorroga vigência: 30/11/2013 A 30/11/2014													

Fonte: Processos administrativos.

Unidade Contratante													
---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome: Superintendência do DNPM/TO													
UG/Gestão: 323019/32263							CNPJ: 00.381.056/0018-81						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	01/2011	05.488.891/0001-90	29/07/2013	28/07/2014		X					A
2011	5	O	01/2011	05.488.891/0001-90	29/07/2013	28/07/2014		X					A
2011	12	O	01/2011	05.488.891/0001-90	29/07/2013	28/07/2014		X					A
2011	12	O	02/2011	04.833.107/0001-71	05/12/2013	04/12/2013		X					A
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/SE													
UG/Gestão: 323020/32263							CNPJ: 00.381.056/0019-62						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2014	2	O	01/2014	14782495/0001-62	20/01/2014	20/01/2015			01	01			A
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/RO													
UG/Gestão: 323021/32263							CNPJ: 00.381.056/0020-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	01/2010	07.662.244/0001-89	12/04/2010	31/12/2014				5			P
Observações: Apoio Administrativo : Contrato com os seguintes profissionais, 03 Secretárias, 01 Recepcionista e 01 Motorista.													

Fonte: Processos administrativos

UG/Gestão: 323022/32263/ES – Não há

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/PI													
UG/Gestão: 323023/32263							CNPJ: 00.381.056/0022-68						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	01/2009	05.695.725/0001-75	01/01/2009	31/12/2013				X			P
Observações: Está em andamento o Pregão nº 01/2014 para a contratação de nova empresa.													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MA													
UG/Gestão: 323024/32263							CNPJ: 00.381.056/0023-49						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	4/2011	11.399.787/0001-22	13/06/2011	14/06/2014			x				P
2011	5	O	7/2011	09.611.589/0001-39	21/12/2011	21/12/2013			x				E
2012	11	O	01/2012	07.441.614/0001-58	28/12/2012	28/12/2014			x				P
Observações:													

Fonte: Processos administrativos

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/MS													
UG/Gestão: 323025/32263							CNPJ: 00.381.056/0024-20						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrat o	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	

2009	2	O	03/2009	03.116.865/0001-06	24/05/2013	23/05/2014	1	1					P
2009	5	O	04/2009	09.016.469/0001-93	24/05/2013	23/05/2014			1	1			P
2012	4	O	01/2012	09.016.469/0001-93	05/10/2013	04/10/2014	1	1					P

Observações:

Fonte: Processos administrativos

UG/Gestão: 323026/32263/RR – Não há.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência do DNPM/AL													
UG/Gestão: 323027/32263						CNPJ: 00.381.056/0026-91							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	01_2011	06.996.393/0002-00	01/06/2012	30/05/2014				x			P
2008	1	O	01_2008	01.182.827/0001-26	19/12/2008	18/12/2008		x					E
2011	5	O	02_2011	00.977.166/0001-62	01/06/2012	30/05/2014				x			P
Observações: O contrato de Limpeza encerrou-se em 18/12/2013. Nova licitação ocorrerá em 25/02/2014 (modalidade Pregão Eletrônico).													

Observações: O contrato de Limpeza encerrou-se em 18/12/2013. Nova licitação ocorrerá em 25/02/2014 (modalidade Pregão Eletrônico).

Fonte: Processos administrativos

ANEXO 9.

TABELA 2. FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

UG: 323002	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	JHY 1091	L 200	2011	13.825	3	1.110,33	2.647,74	2.647,74
	GMF 4590	PARATI	2004	117.863	10	528.743	2.954.95	2.954.95
	JFQ 3755	DUCATO	2004	53.507	10	326.721	1.792.73	1.792.73
	JFO 3373	SANTANA	1995	222.232	8	742.558	3.012,81	3.012,81
	JFP 4074	GOL	2005	124.752	8	648.481	2.098,10	2.098.10
	JYE 4542	S. QUANTUM	1996	161.007	18	325.983	1.703,02	1.703.02
	JFQ 9845	ASTRA	2005	105.099	8	346.786	2.213,66	2.213.66
Total de veículos	7	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	2 anos	Custo médio anual		16.423,01
				Veículo de Passeio	5 anos			
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Decreto nº 6.403/08, IN/SLTI/MOPG nº 3/08, Norma Administrativas do DNPM nº 9/2002..								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Os veículos são importantes para a realização dos serviços desenvolvidos na Sede.								
Fonte: Controles da administração.								

UG: 323003	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	ITU-4480	FORD RANGER XL CD4 22	2012/2013	23.751	1 ano	6.301,83	3.950,80	10.252,63
	ITU-4970	FORD RANGER XL CD4 22	2012/2013	26.302	1 ano	6.801,35	1.208,10	8.009,45
	IOU-7849	FORD RANGER XL 13P	2008/2008	125.174	6 anos	2.712,45	1.206,00	3.918,45
	IKJ-0945	MITSUBISHI - L200	2001/2002	231.763	12 anos	-	-	-
	ILR-9392	FORD RANGER XL	2003/2004	234.365	10 anos	-	-	-
	ILR-9386	FORD RANGER XL	2003/2004	248.593	10 anos	-	-	-
	IGY-8099	GM S10	1997/1998	128.840	16 anos	-	-	-
Veículo de Passeio	IMK-3790	VW PARATI BÁSICO	2004/2005	51.585	9 anos	490,54	258,92	749,46
Total de veículos	8	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	8 anos	Custo médio anual		5.732,50

			Veículo de Passeio	9 anos	
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Decreto nº 6.403/08, IN/SLTI/MOPG nº 3/08, Normas e Procedimentos Administrativos do DNPM. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Visto tratar-se de órgão fiscalizador, dentre outras atribuições, conforme Regimento Interno, a frota de veículos é essencial para a realização das atividades de fiscalização "in loco". OBS.: As viaturas de placas: IGY-8099 - ILR-9392 - ILR-9386, estão em processo de doação (48401.910015/2013-14), à Prefeitura Municipal de Ametista do Sul/RS. A viatura de placa IKJ-0945 não rodou por problemas mecânicos e falta de recursos.					
Fonte: Controles da administração.					

UG: 323004	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	CMW0741	RANGER-FORD	2003	128.476	11 anos	1.082,00	2.025,00	3.107,00
	DJP7544	RANGER-FORD	2008	105.923	6 anos	585,00	685,05	1.270,05
	DJP7547	RANGER-FORD	2008	104.622	6 anos	1.633,00	823,44	2.456,44
	FEY9265	RANGER-FORD	2008	8.929	2 anos	2.548,00	428,44	2.976,44
	FEY9276	RANGER-FORD	2012	7.308	2 anos	2.117,00	311,44	2.428,44
	FAI7660	RANGER-FORD	2012	7.393	2 anos	1.669,00	307,44	1.976,44
Veículo de Passeio	BVZ9379	PARATI	1996	211.701	18 anos	480,00	416,69	1.160,69
	BVZ9376	PARATI	1996	182.038	18 anos	296,00	288,44	584,44
Total de veículos	10	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	11,7 anos	Custo médio anual		1.371,21
				Veículo de Passeio	18 anos			
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa Nº NA009, de 31/01/2002, do Diretor-Geral do DNPM								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: A frota de viaturas viabiliza as atividades de fiscalização minerária e de atividades meio.								
Fonte: SIAFI e Requisições de combustíveis emitidas no exercício.								

UG: 323005	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	GMF 6832	L200/MMC-4X4 GL	2011	34.252	2 anos	5.104,08	9.551,78	14.655,86
	GMF6833	L200/MMC-4X4 GL	2011	17.330	2 anos	5.145,35	5.717,91	10.863,26
	GMF 6834	L200/MMC-4X4 GL	2011	23.913	2 anos	5.098,98	5.357,41	10.456,39
	GMF 6835	L200/MMC-4X4 GL	2011	24.235	2 anos	5.192,96	8.722,66	13.915,62
	GMF 6837	L200/MMC-4X4 GL	2011	22.702	2 anos	5.292,63	11.706,08	16.998,71
	GMF 6839	L200/MMC-4X4 GL	2011	17.824	2 anos	4.993,58	7.453,19	12.446,77

	GMF 6840	L200/MMC-4X4 GL	2011	24.727	2 anos	5.395,39	11.355,09	16.750,48
	OKT 6727	RANGER CD4 2.2 XL	2012	16.465	1 ano	5.765,98	504,65	6.270,63
	GMF 7125	RANGER CD4 2.2 XL	2012	27.838	1 ano	7.480,57	567,92	8.048,49
	GMF 7126	RANGER CD4 2.2 XL	2012	21.829	1 ano	4.982,86	13.269,12	18.251,98
	GMF 6989	L200 TRITON 3.2	2012	20.059	1 ano	2.386,06	1.454,53	3.840,59
	GMF 5009	FRONTIE NISSAN 4 X 4	2006	2.544	7 anos	4.700,54	6.970,06	11.670,60
	JFQ 5275	FRONTIE NISSAN 4 X 4	2004	3.153	9 anos	5.100,36	16.744,79	21.845,15
	GMF 5548	RANGER 13 P	2008	3.925	5 anos	1.263,59	1.250,00	2.513,59
	GMF 5550	RANGER 13 P	2008	9.529	5 anos	462,35	900,00	1.362,35
	GMF 5551	RANGER 13 P	2008	0	5 anos	0	0	0
	Veículo de Passeio	JKH 8231	MAREA ELX	2006	7.043	7 anos	2.720,91	6.348,87
GMF 4777		PALIO WEE ELX FL	2006	3.138	7 anos	914,03	2.763,63	3.677,66
GMF 2021		PARATI CL 1.6 MI	1997	590	16 anos	354,26	0	354,26
GMF 1534		GOL	1996	39	17 anos	125,47	5.537,50	5.662,97
GMF 2022		PARATI CL 1.6 MI	1997	640	16 anos	156,36	984,28	1.140,64
Total de veículos	21	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	3anos	Custo médio anual		8.908,33	
			Veículo de Passeio	13 anos				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Os veículos de passeio dão suporte às atividades administrativas e os utilitários às de fiscalização.								
Fonte: Controles administrativos								

UG: 323006	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	KGG8214	GM/D20 cam.aberta	1996	153.488	18 anos	130,12	536,61	666,73
	KKE1048	HIT.L2004x4GLbasic	2001/2002	163.947	12 anos	117,04	1.258,03	1.375,07
	KLP5441	Ford Ranger XLS 4x4	2003/2004	106.682	10 anos	1.999,55	2.077,41	4.076,96
	KJX4953	Ford Ranger XLS 4x4	2008	44.772	6 anos	3.217,60	831,40	4.049,00
	PEO0747	Ford Ranger XLCD 4x4-2.2	2012/2013	2.113	1 ano	174,93	242,00	416,93
	PEO0977	Ford Ranger XLCD 4x4-2.2	2012/2013	757	1 ano	145,00	242,00	387,00
Veículo de Passeio	KLD4224	VW/Parati 16V turbo	2002	52.810	12 anos	1.032,71	2.416,14	3.448,85
	KHE2022	VW/Parati 1.6 city básico	2004/2005	40.257	9 anos	1.355,83	1.999,07	3.354,90
Total de veículos	8	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	8 anos	Custo médio anual		

			Veículo de Passeio	10,5 anos	2.221,93
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa Nº NA009, de 31/01/2002/DNPM					
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas tem elevada importância na realização dos trabalhos.					
Fonte: Controles administrativos					

UG: 323007	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	OFR 6329	RANGER XL 2.2	2012/2013	34.170	2 anos	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	OFR 6459	RANGER XL 2.2	2012/2013	29.729	2 anos	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	JVZ 1173	FORD RANGER	2008/2008	111.222	6 anos	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	JUP 2022	FORD RANGER	2003/2004	99.483	1 ano	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	JUP 2042	FORD RANGER	2003/2004	99.760	1 ano	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	OFK 0161	MITSUBISHI L200	2011/2012	27.702	2 anos	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	OFK 0091	MITSUBISHI L200	2011/2012	44.899	3 anos	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	OFK 0011	MITSUBISHI L200	2011/2012	46.956	3 anos	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	JUN 8083	MITSUBSHI L200	2005/2005	134.227	9 anos	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	JUM 4279	MITSUBSHI L200	2001/2002	139.998	13 anos	6.363,63	5.909,09	12.272,09
	JUM 3219	MITSUBSHI L200	2001/2002	133.064	13 anos	6.363,63	5.909,09	12.272,09
Total de veículos	11	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	5 anos	Custo médio anual		18.181,18
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: : Norma Administrativa Nº NA009, de 31/01/2002, do Diretor-Geral do DNPM.								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: A frota é muito importante para a realização de fiscalização da atividade minerária, bem como averiguações de denúncias e combate a lavra clandestina no estado do Pará, assim também como para dar suporte as atividades da Superintendência.								
Fonte: Controles administrativos								

UG: 323008	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	OGO4751	Mitsubish L200	2011/2012	46.500	3 anos	5.221,76	2.169,78	7.390,54
	NKF8023	Ford Ranger	2008	140.000	6 anos	2.190,50	281,78	2.472,28
	NKF7963	Ford Ranger	2008	144.000	6 anos	1.501,96	811,97	2.313,93
	OMI7966	Ford Ranger	2012/2013	35.000	2 anos	7.918,02	3.353,78	11.513,58
	OMI7646	Ford Ranger	2012/2013	26.000	2 anos	5.903,87	3.215,78	9.361,43
	OMI7826	Ford Ranger	2012/2013	34.000	2 anos	7.911,56	3.183,78	11.337,12

	OMI7746	Ford Ranger	2012/2013	31.000	2 anos	5.998,07	3.165,78	9.405,63
	OMI8036	Ford Ranger	2012/2013	25.000	2 anos	4.937,95	3.125,78	8.305,51
Veículo de Passeio	NFP6841	Volkswagen Parati	2004/2005	122.000	10 anos	412,37	237,07	649,44
Total de veículos	9	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	3,125 anos	Custo médio anual		6.972,16	
			Veículo de Passeio	10 anos				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa Nº NA009, de 31/01/2002/DNPM								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas são de suma importância na realização dos trabalhos.								
Fonte: Consulta aos relatórios, realizada pelo Núcleo de Serviços Gerais.								

UG: 323009	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	OKT 3917	RANGER XL CD4 22	2012	20.693	2 anos	110,01	831,21	941,22
	OKT 2262	RANGER XL CD4 22	2012	24.801	2 anos	1.673,28	831,21	2.504,49
	OKT 7452	RANGER XL CD4 22	2012	24.689	2 anos	1.823,79	831,21	2.655,00
	GMF 6836	L200 4X4 GL	2011	31.637	3 anos	828,60	-	828,60
	JRK 2466	RANGER XL 13 P	2008	131.041	6 anos	154,26	109,96	264,22
	JRK 2360	RANGER XL 13 P	2008	83.484	6 anos	130,01	109,96	236,97
	JPZ 3318	RANGER XL	2003	246.702	11 anos	-	109,96	109,96
	JPZ 3319	RANGER XL	2003	199.224	11 anos		109,96	109,96
	JPZ 0951	MMC L200 4X4 GL	2001	211.774	13 anos		109,96	109,96
	JPZ 5190	MMC L200 4X4 GL	2005	143.594	9 anos		109,96	109,96
	JKZ 5356	HILUX FORD COMIL VERSATILE I	1998	185.844	16 anos		109,96	109,96
	JKZ 3241	BLAZER	1997	119.833	17 anos		105,25	105,25
Veículo de Passeio	GMF 4833	FIAT MAREA	2006	67.241	8 anos	112,9	105,25	218,15
Total de veículos	13	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	7,4 anos	Custo médio anual		638,75	
			Veículo de Passeio	8 anos				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa Nº NA009, de 31/01/2002 e Decreto nº 6.403/2008.								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas tem elevada importância na realização dos trabalhos.								
Fonte: Controles da administração.								

UG: 323010	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes,	Total

							revisões, seguros e outros.	
Veículo Utilitário	JWG5210	Pampa/Ford	1993/1994	41.754	20 anos	-	-	-
	JWK7743	F1000/Ford	1995/1995	72.916	18 anos	-	-	-
	JXI7040	Bandeirante/Toyota	1996/1996	66.279	17 anos	-	-	-
	JWS0678	S10/GM	1999/1999	30.523	14 anos	-	-	-
	JWX6834	Ranger/Ford	2003/2004	28.299	10 anos	-	-	-
	JXB4716	L200/MMC	2005/2005	51.460	9 anos	2.007,65	3.701,24	5.708,89
	NOI1134	Ranger/Ford	2008/2009	36.092	5 anos	3.030,69	4.648,24	7.678,93
	OAJ5475	Ranger/Ford	2012/2013	451	1 ano	214,29	109,96	324,25
Veículo de Passeio	JWG1720	Escort Hobby/Ford	1993/1994	49.721	20 anos	-	-	-
	JWO2112	GL/Ford	1997/1998	31.815	16 anos	-	-	-
Total de veículos	10	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	11,7 anos	Custo médio anual		1.371,21	
			Veículo de Passeio	18 anos				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa Nº NA009, de 31/01/2002, do Diretor-Geral do DNPM								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: A Superintendência do DNPM/AM realiza frequentemente diligências para a realização de fiscalização das atividades minerárias, bem como averiguações de denúncias, dentre outras, nas diversas localidades do Estado do Amazonas onde é possível o acesso rodoviário, assim como na área urbana. 07 (sete) dos veículos listados estão sem condições de trafegar e a manutenção, conforme orçamentos realizados em empresas do ramo, ficou com valor acima de 50% do valor de mercado desses veículos. Portanto a recuperação dos mesmos é economicamente inviável.								
Fonte: SIAFI e Requisições de combustíveis emitidas no exercício.								

UG: 323011	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	KPA 4892	FORD RANGER	2012/2013	15.731	1,4 anos	4.020,61	1.240,96	5.261,57
	KYR 7676	FORD RANGER	2012/2013	14.901	1,4 anos	3.885,93	409,96	4.295,89
	LPE 5385	FORD RANGER	2008	7.900	5,4 anos	1.936,80	134,86	2.071,66
	KYS 5066	FORD RANGER	2012/2013	13.218	1,4 anos	3.607,27	459,96	4.067,23
	GBG 0499	PARATI CL	1996/1997	-	18 anos	-	105,25	105,25
	LBL 3257	VW GOL	1996/1997	-	18 anos	-	105,25	105,25
	LNR 0498	MITSUBISHI 4X4	2001/2002	-	13 anos	-	109,96	109,96
	KWQ 0123	FORD RANGER	2003/2004	-	11 anos	-	109,96	109,96
	LCI 9122	MITSUBISHI 4X4	2005	-	9 anos	-	109,96	109,96
	BRZ 5822	KADET GL	1996	-	18 anos	-	105,25	105,25
	KNO 4877	FORD RANGER	2008	-	5,4 anos	-	109,96	109,96
Total de veículos	11	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	9,27 anos	Custo médio anual		1.495,63

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa - NA009/DNPM
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas tem elevada importância na realização dos trabalhos.
Fonte: Controles administrativos.

UG: 323012	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	HUE3463	Ranger Ford	2003	-	10 anos	-	158,62	158,62
	HUE3473	Ranger Ford	2003	-	10 anos	-	158,62	158,62
	HUE3483	Ranger Ford	2003	-	10 anos	-	158,62	158,62
	HYN9856	Ranger Ford	2008	4.277	5 anos	1.541,28	3.866,46	5.407,74
	HYN9876	Ranger Ford	2008	147	5 anos	-	158,62	158,62
	OHZ8559	Ranger Ford	2012	18.588	1 ano	4.962,32	158,62	5.120,94
	OHZ8569	Ranger Ford	2012	19.120	1 ano	4.884,43	158,62	5.043,05
	HXV9250	L200 Mitsubishi	2001	1.820	12 anos	446,08	307,62	753,70
	HUS8487	Bandeirante Toyota	1996	-	17 anos	-	158,62	158,62
Veículo de Passeio	HWR7143	Parati Volkswagen	2004	692	9 anos	492,03	2.200,23	2.692,26
	HVU3609	Gol Volkswagen	1997	-	16 anos	-	153,91	153,91
Total de veículos	11	Idade média por grupo	Veículo Utilitário		7,89 anos	Custo médio anual		1.814,98
			Veículo de Passeio		12,5 anos			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950 e NA 009 - Frota de Transportes do DNPM.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: É de primordial importância a frota de veículos sobre as atividades da Superintendência, principalmente nos deslocamentos para o campo, relativos às fiscalizações minerárias, objetivo maior do Órgão. Quanto ao impacto, muito embora existam alguns veículos com idade bastante avançada, a frota atende satisfatoriamente às necessidades da Autarquia no Estado. Apesar da UJ prezar muito pela manutenção eficiente da frota de veículos oficiais, através da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, infelizmente a falta de crédito orçamentário/recursos financeiros para o exercício de 2013 fez com que não fosse realizada a manutenção dos 20.000 km dos veículos utilitários adquiridos no exercício de 2012, onde a concessionária autorizada concedia a mão de obra gratuita.

Fonte: Superintendência do DNPM no Ceará

UG: 323013	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	LZT8865	HILUX2.8 TOYOTA	1998	244.321	16 anos	609,47	3.658,34	4.267,81
	LZK5552	HILUX2.8 TOYOTA	1998	244.112	16 anos	1.729,68	1.543,90	3.273,58
	MDZ9931	RANGER 2.8/FORD	2003	251.934	11 anos	408,99	160,00	568,99

	MDZ9861	RANGER 2.8/FORD	2003	249.029	11 anos	277,93	6.354,35	6.632,28
	MFD6934	RANGER 3.0/FORD	2008	106.129	6 anos	1.288,98	2.548,96	3.837,94
	MEU5571	FRONTIER/NISSAN	2005	79.848	9 anos	3.156,80	6.661,56	9.818,36
	MKJ3287	RANGER 2.2/FORD	2012	30.000	2 anos	5.966,68	4.656,00	10.622,68
	MKJ3347	RANGER 2.2/FORD	2012	30.000	2 anos	7.708,13	7.018,82	14.726,95
Veículo de Passeio	MBW8320	GOL 1.8/VW	1997	119.840	17 anos	193,01	317,00	510,01
	JKH8481	MAREA 1.8/FIAT	2006	61.325	8 anos	1.184,44	1.012,14	2.196,58
	JKH8491	MAREA 1.8/FIAT	2006	46.880	8 anos	3.065,85	731,82	3.797,67
Total de veículos	11	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	9,12 anos	Custo médio anual		5.477,53	
			Veículo de Passeio	11 anos				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa - NA009/DNPM.								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas tem elevada importância na realização dos trabalhos								
Fonte: Controles Internos								

UG: 323014	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	JFK 2194	MITSUBISH	2001	43	11 anos	-	418,00	418,00
	JZY 8797	RANGER	2003	90	10 anos	-	-	-
	MJF 3875	RANGER	2008	215	5 anos	-	-	-
	GMF5549	RANGER	2008	1.645	5 anos	546,95	3.312,90	3.859,85
	OBI 1817	RANGER	2012	28.546	1 ano	8.583,71	4.254,16	12.837,87
	OBI 1958	RANGER	2012	22.315	1 ano	7.336,83	1.691,51	9.028,34
	OBI 1988	RANGER	2012	3.675	1 ano	1.083,09	547,41	1.630,50
Veículo de Passeio	JZC 3158	GOL	1999	1.350	14 anos	220,00	-	220,00
	JZZ 7864	PARATI	2004	1.919	9 anos	861,08	-	861,08
Total de veículos	9	Idade média por grupo	Veículo Utilitário		17 anos	Custo médio anual		3.206,17
			Veículo de Passeio		11,5 anos			
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa - NA009/DNPM								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas tem elevada importância na realização dos trabalhos.								
Fonte: Mapa de controle anual de veículos – Concessão de suprimento de fundo –Relatório de manutenção de veículos.								

UG: 323015	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual
------------	-------	--------------	-----	---------------	-------	-------------

						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	ALN8440	RANGER/FORD	2003	144.895	10 anos	708,61	1.768,10	2.476,71
	ALN8441	RANGER/FORD	2003	127.047	10 anos	490,49	0,00	490,49
	AQA8856	RANGER/FORD	2008	111.659	5 anos	720,90	3.179,22	3.900,12
	AWC9405	RANGER/FORD	2012	18.812	1 ano	1.468,44	610,00	2.078,44
	AHR1653	HILUX/TOYOTA	1997	188.923	16 anos	0,00	160,00	160,00
Veículo de Passeio	AML4049	PARATI/VW	2004	94.555	9 anos	260,00		260,00
Total de veículos	6	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	8,4 anos	Custo médio anual		1.560,96	
			Veículo de Passeio	9 anos				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa - NA009/DNPM								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas tem elevada importância na realização dos trabalhos.								
Fonte: Controles internos da UG.								

UG: 323016	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	MZF2302	L200 / Mitsubishi	2005	4.661	9 anos	1.665,09	1.197,84	2.862,93
	OJT6198	Ranger / Ford	2012	15.433	1,5 anos	2.895,47	404,00	3.299,47
	MZC4032	Ranger / Ford	2008	19.433	5,5 anos	4.183,57	6.007,40	10.190,97
	MYN3919	L200 / Mitsubishi	2001	5.412	13 anos	1.412,20	75,00	1.487,20
Veículo de Passeio	MYN2528	Parati / Volkswagen	2001	796	13 anos	554,20	-	554,20
Total de veículos	5	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	7,25 anos	Custo médio anual		3.678,95	
			Veículo de Passeio	13 anos				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa nº 009 – Frota de Transporte do DNPM								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas são imprescindíveis para a consecução das atribuições e metas institucionais do Órgão e são utilizadas na fiscalização da atividade minerária, vistorias de campo, investigação de denúncias, emissão de posses e aplicação de autos de paralisação, demandas essas que costumam desenvolver-se em locais distantes de centros urbanos, de difícil acesso ou com malhas viárias precárias ou inexistentes, o que não seria possível sem a utilização de viaturas próprias e adequadas para desenvolvimento dos trabalhos.								
Fonte: SGADM/SUP/DNPM/RN								

UG: 323017	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes,	Total

							revisões, seguros e outros.	
Veículo Utilitário	OFA1764	FORD RANGER/13	2012	7.483	1 ano	1.843,18	231,33	2.074,51
	OFA1774	FORD RANGER/13	2012	14.921	1 ano	3.396,08	740,33	4.136,41
	MOB1754	FORD RANGER/08	2008	7.618	5 anos	1.754,46	2.702,98	4.457,44
	MNV8341	FORD RANGER/04	2003	-	10 anos	-	231,33	231,33
	MNB2050	MITSUBISH L200/02	2001	-	12 anos	-	231,33	231,33
Veículo de Passeio	MOL5139	VW GOL PARATI/05	2004	1.601	9 anos	649,44	1.163,62	1.813,06
	MNU8940	VW GOL BOLA/78	2007	SIASS	6 anos	-	226,62	226,62
Total de veículos	7	Idade média por grupo	Veículo Utilitário		7,8 anos	Custo médio anual		1.881,53
			Veículo de Passeio		7,5 anos			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa Nº NA009, de 31/01/2002/DNPM.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas são de suma importância na realização dos trabalhos.

Fonte: SGADM/SUP/DNPM/PB.

UG: 323018	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	NES 7890	MMC/L200 4X4 GL	2001	84.872	13 anos	R\$ 1.000,00	R\$ 585,96	R\$ 1.585,96
	NEW 2150	FORD RANGER XL 13 F	2003	68.925	11 anos	R\$ 2.500,00	R\$ 954,96	R\$ 3.454,96
	NEM 5804	FORD RANGER XL 13 P	2008	54.062	06 anos	R\$ 3.000,00	R\$ 2.300,96	R\$ 5.300,96
	NEI 6933	FORD RANGER XL CD4	2012	24.687	02 anos	R\$ 4.569,00	R\$ 539,96	R\$ 5.108,96
Veículo de Passeio	NES 1350	VW/PARATI 1.6 CITY	2004	54.040	10 ANOS	R\$ 2.500,00	R\$ 581,75	R\$ 3.081,75
Total de veículos	7	Idade média por grupo	Veículo Utilitário		4 anos	Custo médio anual		18.532,59
			Veículo de Passeio		1 anos			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa Nº NA009, de 31/01/2002/DNPM.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas são de suma importância na realização dos trabalhos.

Fonte: SGADM/SUP/DNPM/PB.

UG: 323019	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros	Total

							e outros.	
Veículo Utilitário	MVW7131	L-200 MITSUBISHI	2005/2005	141.246	8 anos	-	215,24	215,24
	JFP6761	L-200 MITSUBISHI	1999/1999	142.050	14 anos	-	415,24	415,24
	MTO3858	L-200 MITSUBISHI	2001/2002	128.724	12 anos	-	472,50	472,50
	OLJ4407	FORD - RANGER	2012/2013	12.321	1 ano	2.168,14	109,96	2.278,10
	OLJ4467	FORD - RANGER	2012/2013	12.810	1 ano	3.563,60	891,34	4.454,94
Total de veículos	5	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	5anos	Custo médio anual		11.217,10.
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa nº 009/DNPM.								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas são de suma importância na realização dos trabalhos								
Fonte: Controles internos da Unidade.								

UG: 323020	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	HZU1390	MMC/L200 4X4GL	2001	63.284	13 anos	-	111,96	111,96
	IAN0789	FORD RANGER XL 13P	2008	31.254	6 anos	790,72	1.848,14	2.638,86
	OEN8807	FORD RANGER XL CD4 22	2012	3.164	2 anos	523,33	1.343,96	1.867,29
Veículo de Passeio	HZZ1811	VW/PARATI 1.6 CITY	2004	19.187	10 anos	543,83	203,60	747,43
Total de veículos	4	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	7 anos	Custo médio anual		1.341,38	
			Veículo de Passeio	10 anos				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa nº 009/DNPM.								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Importante para os serviços de fiscalização e administrativa do órgão.								
Fonte: SGADM/SE.								

UG: 323021	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	GF-0887	Caminhonete D-10	1984	58.934	29	-	-	-
	NBL-8520	VW/Saveiro CLI	1997	55.253	16	-	-	-
	NBL-8720	VW/Saveiro CLI	1997	48.655	16	-	-	-
	NDT 1512	FORD RANGER	2008	102.220	05	1.574,63	1.392,00	2.313,14
	NCO 9152	MITSUBISHI L-200	2005	134.990	8	253,07	-	253,07

	JWU 0753	MITSUBISHI L-200	2001	95.854	12	1.024,28	1.881,00	2.905,28
	OHU 9199	FORD RANGER	2012	8.233	2	1.255,69	0,00	1.255,69
	NCK 6211	FORD RANGER	2003	102.880	10	-	-	-
	NBS 0320	FORD PAMPA	1993	34.498	20	-	-	-
	NDT 1532	FORD RANGER	2008		05	-	-	-
Veículo de Passeio	GF-0022	VW GOL	1987	14.397	26	-	-	-
	NBN 8710	VW GOL CL 1.8	1993	45.080	20	-	-	-
	NBS 0120	FIAT ELBA WEEKEND	1994	78.500	19	-	-	-
Total de veículos	13	Idade média por grupo	Veículo Utilitário		12,3	Custo médio anual		1.681,80
			Veículo de Passeio		21,7			

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa nº 009/DNPM

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas são importantes na realização dos trabalhos.

No custo médio anual o valor total foi dividido por 04 pois foram apenas os veículos utilizados por esta Superintendência no exercício de 2013. O Veículo Ford Ranger NDT 1532, apesar de ser de 2008 esta sinistrado, com perda total e está no programa de desfazimento de bens 2014. Os veículos de passeio e os veículos Caminhonete D-10 placa GF-0887, VW Gol placa GF-0022, VW Gol CL 1.8 placa NBN-8710, VW Saveiro CLI placa NBN-8520, VW Saveiro CLI placa NBN-8720, Fiat Elba placa NBS-0120 e Ford Pampa 4x4 placa NBS-0320 estão em estado IRRECUPERAVEL, portanto no programa de desfazimento de bens 2014.

Fonte: DNPM/RO

UG: 323022	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	ODG5920	FORD RANGER XL CD4 22	2012	17.496	2 anos	4.424,47	1.148,64	5.573,11
	ODK7991	FORD RANGER XL CD4 22	2012	16.492	2 anos	4.169,75	1.148,64	5.318,39
	ODK7990	FORD RANGER XL CD4 22	2012	10.382	2 anos	2.626,86	1.148,64	3.775,50
	MSE9631	FORD RANGER XL P13	2008	60.043	6 anos	-	-	-
Total de veículos	4	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	4 anos	Custo médio anual		14.667,00

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa nº 009/DNPM.

Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: As viaturas são de suma importância na realização dos trabalhos

Fonte: SGADM/ES.

UG: 323023	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes,	Total

							revisões, seguros e outros.	
Veículo Utilitário	LVT6890	MITSUBISHI L200 GL 4X4 MTC D	2001	69.423	13 anos	192,00	60,00	252,00
	OEG3776	FORD RANGER XL 2.2 4X4 CD	2012	19.616	2 anos	2.751,45	1.372,06	4.123,51
	LVK5815	TOYOTA BANDEIRANTE JIPE CURTO 4X4	1998	73.821	16 anos		60,00	60,00
	NIW5810	FORD RANGER XL3.0 4X4 CD	2008	102.492	6 anos	453,01	120,00	573,01
Veículo de Passeio	LVI4200	VOLKS GOL CLI 1.6	1996	77.555	18 anos		50,00	50,00
Total de veículos	5	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	9,25 anos	Custo médio anual			1.011,70
			Veículo de Passeio	18 anos				
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa - NA009/DNPM. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Apenas 2(dois) veículos utilitários seriam suficientes. Está sendo providenciando o desfazimento dos demais.								
Fonte: SGADM/PI.								

UG: 323024	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	JYR 1491	GM/BLAZER	1997	128.238	15 anos	-	-	-
	NHT1487	FORD/RANGER	2008	30.520	4 anos	-	-	-
	NHT1453	FORD/RANGER	2008	65.756	4 anos	1.420,88	195.02	1.615,90
	OIU 6714	FORD/RANGER	2012	6.310	1 ano	600,26	-	600,26
	OIV 0992	FORD/RANGER	2012	8.292	1 ano	1.145,23	-	1.145,23
	OIV 3877	FORD/RANGER	2012	8.151	1 ano	809,99	-	809,99
Total de veículos	6	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	4,16	Custo médio anual		4.171,38
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa nº 009/DNPM. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Os veículos são fundamentais para a execução das atividades de fiscalização.								
Fonte: Controles administrativos da Superintendência.								

UG: 323025	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total

Veículo Utilitário	HTO3216	Ford Ranger XL CD4 22/ Caminhonete Cabine Dupla Diesel	2012/2013	20.181 Km	1,3 anos	5.596,32	2.502,60	8.098,92
	JZQ 8865	Ford Ranger XL 13 F/ Caminhonete Cabine Dupla Diesel	2003/2004	136.872 Km	11 anos	798,20	-	798,20
	HQH9704	Mitsubishi L200 4x4 GL/ Caminhonete Cabine Dupla Diesel	2005/2005	115.660 Km	8 anos	1.730,62	6.463,57	8.194,19
	HSH3815	Ford Ranger XL 13 F/ Caminhonete Cabine Dupla Diesel	2008/2008	56.380 Km	5 anos	-	-	-
Total de veículos	04	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	4 anos	Custo médio anual		17.091,31
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Norma Administrativa nº 009 de 31 de janeiro de 2002								
Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: A atividade de fiscalização de lavra são realizadas através de viagens com o veículo da UG.								
Fonte: Controles internos da Superintendência.								

UG: 323026	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	NAI 1608	TOYOTA/BANDEIRANTE	1997		16 anos	420,18	165,68	585,86
	NAZ 1690	RANGER/FORD	2008		5 anos	665,90	156,98	822,88
	NUI 9039	RANGER/FORD	2012		1ano	577,78	156,98	734,76
Veículo de Passeio	NAK 7003	GOL 1.6//WV	2002	49.909	11 anos	399,61	160,97	560,58
Total de veículos	04	Idade média por grupo		Veículo Utilitário	7 anos	Custo médio anual		676,02
				Veículo de Passeio	11 anos			
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:								
Fonte: Processo aquisição de combustível 48424.984038/2012-71, Processo de licenciamento e seguro 48424.984027/2013-17								

UG: 323027	Placa	Modelo/Marca	Ano	Quilometragem	Idade	Custo anual		
						Combustíveis	Lubrificantes, revisões, seguros e outros.	Total
Veículo Utilitário	MVJ8591	Ford Ranger	2008	73.035	5 anos	2.000,00	500,00	2.500,00
	NLZ2794	Ford Ranger	2003	59.577	10 anos	2.000,00	500,00	2.500,00

Total de veículos	2	Idade média por grupo	Veículo Utilitário	7,5 anos	Custo médio anual	5.000,00
Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos: Instrução Normativa SLTI nº 01, de 21 de junho de 2007. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ: Essencial nas atividades da Unidade.						
Fonte: SGADM/AL.						

ANEXO 10.

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Refor mas	Com Manute nção
323002DF	970117452510-3			1.556.215,20	21/12/2012	16.694.862,73	353.483,57	404.353,21
323003RS	880100445.500-5	4	3	794.742,00	18/11/2013	6.330.876,35		
323003RS	880100487.500-4			2.481.581,00	18/11/2013	3.197.674,39	262.168,00	252.368,00
323004SP	710700591.500-9	10	3	2.381.824,00	18/07/2013	5.919.564,17		
323004SP	710900002.500-1	10	6	763.590,24	18/07/2013	889.033,53		
323005MG	412300271.500-4	21	6	1.546.980,00	11/08/2011	6.523.569,61	19.500,00	24.007,06
323006PE	253100739.500-3	3	3	388.930,00	15/08/2012	6.217.876,60		
323006PE	253100741.500-4	3		212.297,41	18/01/2001	212.297,41		
323006PE	253100743.500-5	3	3	74.450,78	18/01/2001	74.450,78		16.124,80
323006PE	2532746.500-1	3		229.610,17	18/01/2001	229.610,17		
323007PA	042700078500-9	21	5	1.082.143,92	19/09/2000	1.082.143,92		19.533,23
323007PA	047100260.500-1			36.664,30	26/03/2003	36.664,30		
323008GO	937300293.500-0	21	5	1.416.417,84	08/07/2011	2.485.443,32		
323009BA	384900584.500-9	21	4	12.450.000,00	13/06/2012	12.450.000,00		
323010AM	025500759.500-9	21	4	783.494,04	16/02/2005	2.575.920,81		
323011RJ	600102117.500-5		3	485.440,38	30/10/2007	485.440,38		21.757,46
323013SC	808900021.500-2	4	4	3.338,59	25/04/2013	105.575,40		
323013SC	808900022.500-8	13	5	600.000,00	25/04/2013	6.400.000,00		
323014MT	906700177.500-6	3		562.431,00	26/04/2013	2.008.264,55	222.884,57	4.360,89
323015PR	753500345.500-1			645.242,87	25/09/2012	1.628.347,97		

323016RN	176100436.500-5	16	3	35.288,82	16/11/2013	260.697,61	1.573.605,34	1.410.072,81
323024MA	092100542.500-0		3	168.214,42	17/05/2012	168.214,42		
323025MS	905100244.500-3	13	3	169.460,04	13/10/2011	663.672,76		590,59
323026RR	030100178.500-9	21		15.000,00	03/09/2012	264.811,54		
						11.499.584,25		11.630,64
Total: 88.404.596,97							2.551.453,04	2.223.715,42
Fonte: SIAFI/SPIUNET/SUPERINTENDÊNCIAS								

Nota¹ - Imóvel Florianópolis-SC: É propriedade da União, porém em Processo de Cedência para o DNIT, que deverá continuar cedendo ao DNPM, as salas que ora ocupa.

Nota² - Imóvel do Rio de Janeiro-RJ: É propriedade da União em Processo de Transferência para o DNPM.

Nota³ - Imóvel de Porto Velho-RO: É propriedade do Estado em Processo de Transferência para a União (DNPM).

Os Bens Imóveis do quadro abaixo são Cedidos ao DNPM:

GESTÃO DO PATRIMONIO IMOBILIARIO		
Bens Cedidos ao DNPM		
Seq.	Superintendência	Cedente
1	Escritório do Crato - CE	Estado
2	Escritório Criciúma- Rua Agrícola Índio Guimarães, 273 Bairro Comerciário.	Pref. Municipal
3	Superintendência do DNPM - SE	Cooperativa Estadual-CODISE

ANEXO 11.

**IMAGEM 4. DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS
NO SIASG E SICONV**




Departamento Nacional de Produção Mineral

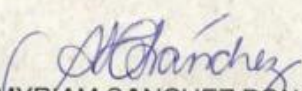
Ministério de Minas e Energia

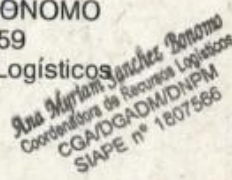
DIRETORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
Coordenação Geral de Administração
Coordenação de Recursos Logísticos

DECLARAÇÃO

Eu, ANA MYRIAM SANCHEZ BONOMO CPF nº 764.521.401-59, Coordenadora de Recursos Logísticos, exercido no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 21 de março de 2014.


ANA MYRIAM SANCHEZ BONOMO
CPF nº 764.521.401-59
Coordenadora de Recursos Logísticos



ANEXO 12.

IMAGEM 5. DECLARAÇÃO COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código do Órgão
Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM			32263
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: 315 FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO 603 SALDO CONTABIL DO ALMOX.NAO CONFERE C/RMA 634 FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS 640 SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF	Data	10/03/2014
Contador Responsável	Ana Maria Paiva Antunes de Almeida	CRC nº	6.411-DF

Ana Maria P. A. de Almeida
 Ana Maria P. A. de Almeida
 CCONT/DGADM - CRC/DF Nº 6411
 Matr. SIAPE Nº 454783

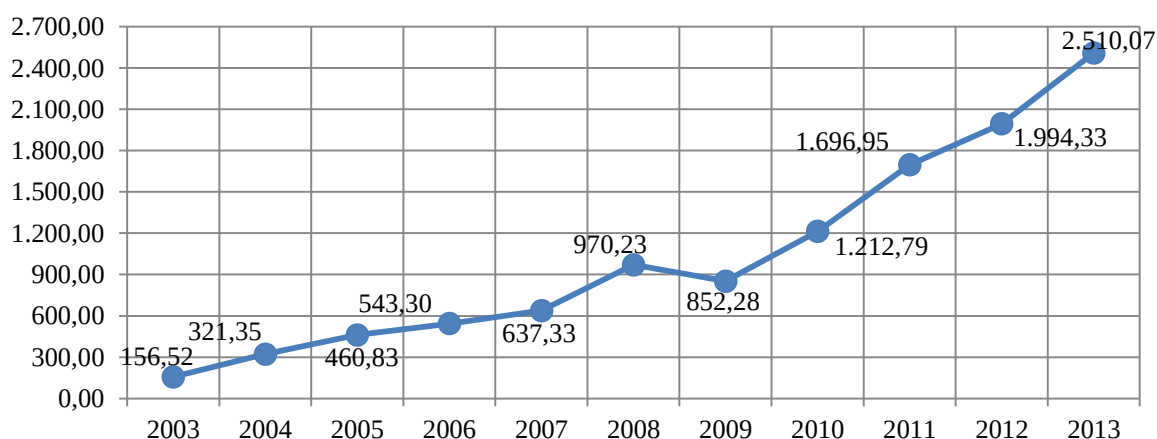
ANEXO 13.

TABELA 1. PLANILHA DEMONSTRATIVA DA ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013

Receitas	Total (R\$)	Δ%
Exploração de Recursos Minerais – CFEM (Fonte 141)	2.376.047.179,44	29,49
Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral – TAH (Fonte 129)	98.736.619,22	(21,51)
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH	89.638.442,32	(21,60)
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH (Parcelamento)	9.098.176,90	(20,51)
Multas previstas na Legislação Mineral (Fonte 174)	14.165.823,73	14,86
TAH	2.590.958,05	28,18
Rel. Pesquisa	5.637.631,69	51,99
Outras Multas previstas na Legislação Mineral	1.875.949,51	(9,03)
Multa (Parcelamento)	4.061.284,48	(10,56)
Certificação e Homologação da Atividade Mineral (Fonte 250)	4.193.796,63	16,02
Imissão de Posse	215.883,58	(30,86)
Cert. Rochas Ornamentais	157,36	(64,67)
Anuência p/ Imp. de Amianto		(100,00)
Anuência p/ Imp. de Diamante	843,15	3,74
Cessão Parcial	835.419,82	6,55
Cessão Total	1.275.740,89	14,61
Certificado de Kimberley - CPK	20.934,03	32,84
Demais Atos	1.789.246,98	31,06
Transf. de Direitos	55.570,82	163,37
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral (Fonte 250)	13.515.558,74	(3,71)
Autorização de Pesquisa	12.762.420,27	(5,12)
PLG	252.187,02	89,91
Registro de Licença	497.272,01	10,89
Anuência p/ Aerol. Geofísico	3.679,44	14,39
Serviço Inspeção e Fiscalização (Fonte 250)	1.579.120,66	5,15
Inspeção e Fiscalização	1.578.364,15	5,92
Inspeção e Fiscalização (Parcelamento)	756,51	(93,45)
Compras e Publicações (Fonte 250)	271.538,00	28,35
Parcelamentos Cancelados	1.556.926,15	(18,28)
Total R\$	2.510.066.562,57	25,86

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

GRÁFICO 1. HISTÓRICO DAS RECEITAS TOTAIS DO DNPM – 2003 A 2013 (R\$ MILHÕES)



Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

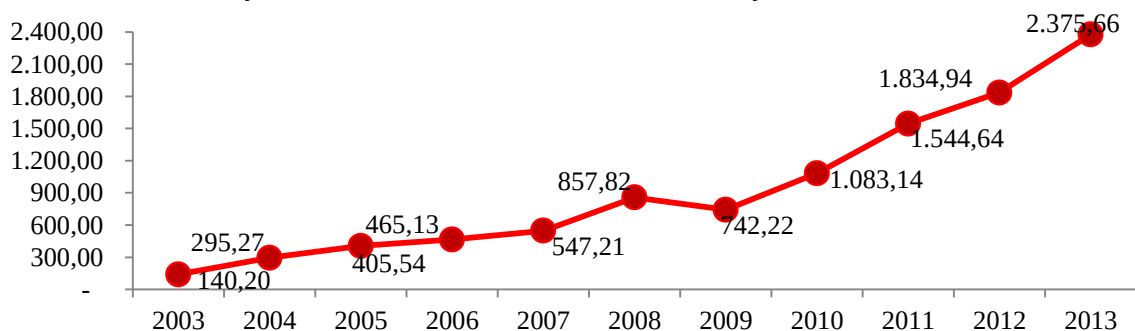
ANEXO 14.

TABELA 2. ARRECADAÇÃO DA CFEM (R\$) NO BIÊNIO 2011/2012

Unidade da Federação	2012	2013	Δ%
AC	147.448,64	217.417,58	47,45
AL	1.609.420,82	1.921.322,45	19,38
AM	5.175.941,83	7.161.022,14	38,35
AP	16.488.374,63	12.068.451,75	(26,81)
BA	37.249.639,02	47.532.271,89	27,60
CE	3.325.053,71	3.914.921,65	17,74
DF	2.999.263,20	3.026.578,30	0,91
ES	8.941.564,79	11.869.356,25	32,74
GO	74.401.889,09	69.128.884,24	(7,09)
MA	4.903.671,85	5.233.967,26	6,74
MG	974.497.742,65	1.204.735.884,99	23,63
MS	19.760.398,90	28.677.053,73	45,12
MT	10.747.422,04	16.554.372,22	54,03
PA	524.276.795,66	804.541.264,28	53,46
PB	3.766.381,35	3.864.395,38	2,60
PE	5.942.211,39	6.461.729,47	8,74
PI	1.670.363,01	1.874.176,79	12,20
PR	10.589.648,79	13.031.361,53	23,06
RJ	17.319.353,48	15.401.491,90	(11,07)
RN	1.687.071,55	2.469.538,35	46,38
RO	3.460.824,24	4.331.648,18	25,16
RR	147.142,19	260.096,45	76,77
RS	14.305.818,33	15.976.016,77	11,67
SC	15.250.810,12	18.397.257,13	20,63
SE	19.050.667,39	17.693.914,59	(7,12)
SP	51.745.647,33	55.567.487,15	7,39
TO	2.910.904,79	3.748.381,66	28,77

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARRECADAÇÃO CFEM – 2003 A 2013



Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

TABELA 3. CFEM – EVOLUÇÃO COMPARATIVA

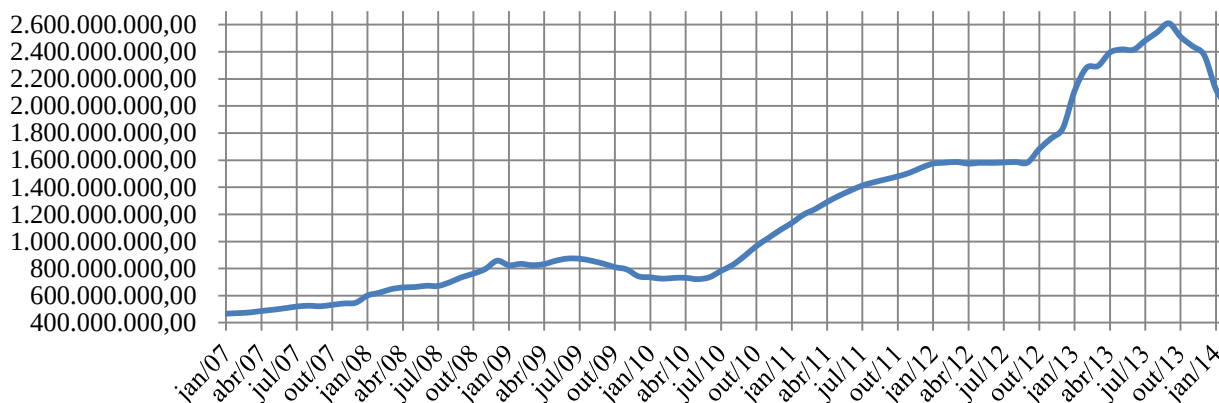
2012 (R\$)	2013/2012 (%)	2013 (R\$)	2013/meta (%)	Meta 2014 (R\$)
1.834.938.950,95	29,49	2.376.047.179,44	113,5	1.870.000.000,00

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO COTAS DA CFEM (R\$ MILHÕES)

Anos	Total	Município (65%)	Estado (23%)	IBAMA (0,2%)	MCT/FNDCT (2%)	DNPM (9,8%)
2012	1.871,53	1.216,52	430,42	3,74	37,43	183,41
2013	2.346,12	1.524,96	539,62	4,69	46,92	229,92

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

GRÁFICO 3. ARRECADAÇÃO MENSAL ANUALIZADA DE CFEM (JAN/07 A FEV/14)

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

TABELA 5. MAIORES CONTRIBUINTE DA CFEM NO EXERCÍCIO DE 2013

	Empresa	Recolhimento CFEM (R\$)
1	Vale S A	1.282.913.342,81
2	Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	353.862.647,55
3	Companhia Siderúrgica Nacional	33.805.821,89
4	Baovale Mineração S.A.	22.476.765,08
5	Mineração Maracá Indústria e Comercio S.A.	21.995.368,98
6	Salobo Metais S.A.	19.309.251,13
7	Mineração Caraíba S.A.	17.946.690,83
8	Samarco Mineração S.A.	17.302.215,58
9	Mineração Usiminas S.A.	16.042.349,26
10	Kinross Brasil Mineração S.A.	15.889.347,43

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

TABELA 6. MAIOR ARRECADAÇÃO POR SUBSTÂNCIA MINERAL - 2013

	Substância	Recolhimento CFEM (R\$)
1	MINÉRIO DE FERRO	1.815.851.042,79
2	MINÉRIO DE COBRE	96.244.180,98
3	MINÉRIO DE OURO	57.145.989,17
4	CALCÁRIO DOLOMÍTICO	45.365.500,12
5	GRANITO	44.550.411,16
6	MINÉRIO DE ALUMÍNIO	38.002.797,99
7	FOSFATO	29.434.679,09
8	AREIA	28.951.234,52
9	MINÉRIO DE NÍQUEL	21.607.189,62
10	MINÉRIO DE MANGANÊS	20.243.675,76

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

TABELA 7. MUNICÍPIOS QUE MAIS ARRECADARAM CFEM - 2013

	Município	Recolhimento CFEM (R\$)
1	PARAUAPEBAS - PA	700.520.912,78
2	NOVA LIMA - MG	234.071.947,23
3	ITABIRA - MG	195.406.046,75
4	MARIANA - MG	140.013.921,74
5	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO - MG	126.561.166,48
6	ITABIRITO - MG	110.812.194,06
7	BRUMADINHO - MG	77.779.333,16
8	CONGONHAS - MG	67.979.957,64
9	OURO PRETO - MG	41.277.768,61
10	CANAÃ DOS CARAJÁS - PA	37.622.895,32

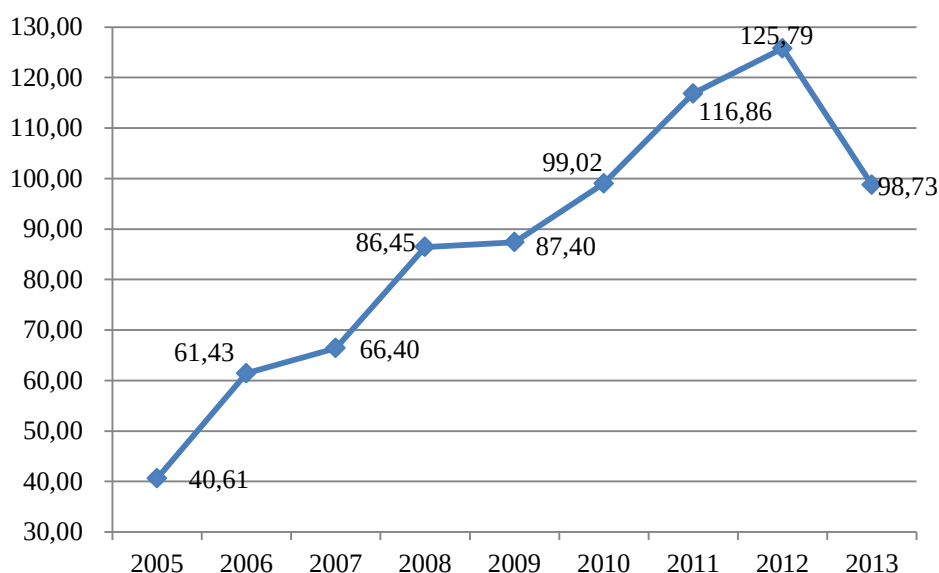
Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

TABELA 8. ESTADOS QUE MAIS ARRECADARAM CFEM - 2013

	Município	Recolhimento CFEM (R\$)
1	Minas Gerais	1.204.716.774,07
2	Pará	803.855.053,59
3	Goiás	68.007.333,02
4	São Paulo	55.493.568,26
5	Bahia	47.510.219,70
6	Mato Grosso do Sul	28.590.067,53
7	Santa Catarina	18.360.952,43
8	Sergipe	16.235.105,34
9	Mato Grosso	16.209.034,26
10	Rio Grande do Sul	15.754.891,56

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

ANEXO 15.

GRÁFICO 4. EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DA TAH (R\$ MILHÕES)

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

TABELA 9. ARRECADAÇÃO DA TAH CONSOLIDADO - 2013

	Distrito	Processos			R\$		
		Total	Pagos	%	Previsto	Pagos	%
1	Superintendência - AL	254	254	100	733.778,65	735.295,85	100,21
2	Superintendência - AM	395	374	94,68	4.957.395,50	4.556.679,73	91,92
3	Superintendência - AP	96	72	75	1.186.969,57	792.812,71	66,79
4	Superintendência - BA	6439	5541	86,05	18.856.155,02	15.501.139,01	82,21
5	Superintendência - CE	987	987	100	2.092.604,52	2.095.817,06	100,15
6	Superintendência - ES	922	908	98,48	826.827,20	817.980,59	98,93
7	Superintendência - GO	2926	2827	96,62	7.008.364,02	6.730.571,27	96,04
8	Superintendência - MA	260	258	99,23	1.504.535,36	1.504.910,92	100,03
9	Superintendência - MG	6936	6690	96,45	15.412.762,14	14.687.654,87	95,3
10	Superintendência - MS	346	346	100	545.029,62	545.602,29	100,11
11	Superintendência - MT	1079	1078	99,91	8.198.585,88	8.284.118,61	101,04
12	Superintendência - PA	937	913	97,44	11.361.650,40	10.960.368,52	96,47
13	Superintendência - PB	612	601	98,2	1.556.757,46	1.512.931,92	97,18
14	Superintendência - PE	608	608	100	1.349.071,59	1.349.121,59	100
15	Superintendência - PI	787	749	95,17	2.817.280,28	2.671.796,23	94,84
16	Superintendência - PR	1570	1570	100	1.671.199,46	1.674.059,54	100,17
17	Superintendência - RJ	1199	1195	99,67	1.090.279,49	1.103.034,48	101,17
18	Superintendência - RN	937	935	99,79	2.528.721,97	2.528.952,49	100,01
19	Superintendência - RO	472	470	99,58	1.433.899,66	1.393.505,02	97,18
20	Superintendência - RR	88	86	97,73	596.681,78	580.096,22	97,22
21	Superintendência - RS	1648	1612	97,82	1.974.740,61	1.881.471,58	95,28
22	Superintendência - SC	1862	1861	99,95	2.090.993,35	2.093.389,20	100,11
23	Superintendência - SE	256	255	99,61	649.284,38	647.214,90	99,68
24	Superintendência - SP	2557	2530	98,94	2.509.002,92	2.486.392,37	99,1
25	Superintendência - TO	493	456	92,49	3.854.782,96	3.205.767,90	83,16
BRASIL		34.666	33.176	95,70%	96.807.353,80	90.340.684,87	93,32%

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

TABELA 10. TAH – EVOLUÇÃO COMPARATIVA

2012 (R\$)	13/12 (%)	2013 (R\$)	2013/meta (%)	Meta 2014 (R\$)
125.787.543,06	(21,51)	98.736.619,22	73,14	95.000.000,00

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

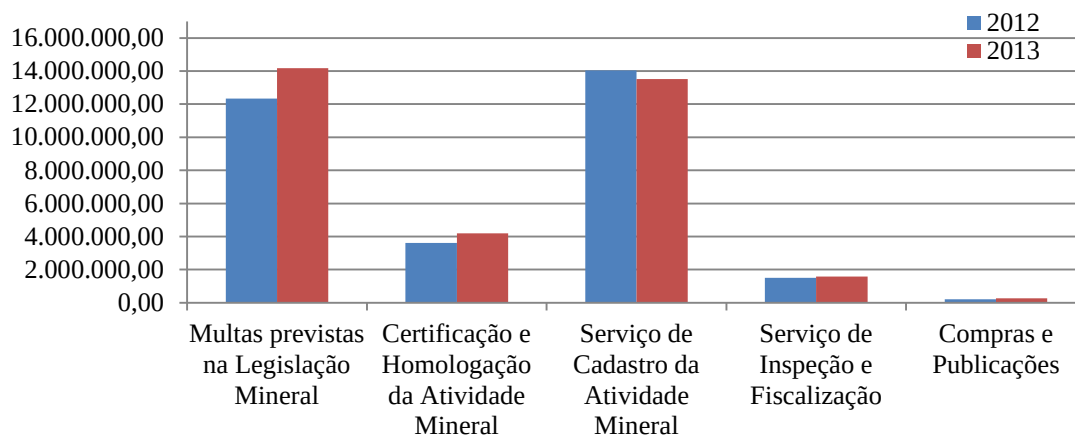
ANEXO 16.

TABELA 11. ARRECADAÇÃO DE OUTRAS RECEITAS NO BIÊNIO 2012/2013

Receita	2012 (R\$)	2013 (R\$)	Δ%
Multas previstas na Legislação Mineral	12.333.610,84	14.165.823,73	14,86
Certificação e Homologação da Atividade Mineral	3.614.642,79	4.193.796,63	16,02
Serviço de Cadastro da Atividade Mineral	14.036.007,44	13.515.558,74	-3,71
Serviço de Inspeção e Fiscalização	1.501.711,35	1.579.120,66	5,15
Compras e Publicações	211.555,41	271.538,00	28,35
Total	31.697.527,83	33.725.837,76	6,40

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

GRÁFICO 5. DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO DAS OUTRAS RECEITAS ANO DE 2012 E 2013



Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

TABELA 12. DEMAIS RECEITAS – EVOLUÇÃO COMPARATIVA

Receita	2012 (R\$)	13/12(%)	2013 (R\$)	13/meta (%)	Meta 2014 (R\$)
Multas	12.333.610,84	14,86	14.165.823,73	107,32	14.500.000,00
Certif. Homol. (Emolumentos)	3.614.642,79	16,02	4.193.796,63	107,53	4.200.000,00
Serv. de Cadastro (Emolumentos)	14.036.007,44	-3,71	13.515.558,74	87,20	14.000.000,00
Serviço Inspeção e Fiscalização (Vistoria)	1.501.711,35	5,15	1.579.120,66	92,89	1.600.000,00
Serviço Comerc. (Compras e Public.)	211.555,41	28,35	271.538,00	123,43	280.000,00

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

ANEXO 17.

TABELA 13. QUANTITATIVO DE INSCRITOS NO CADIN – 2012/2013

	Valor Histórico (R\$)		Nº Titulares		Nº Cobranças	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
CFEM	542.866.834,04	514.599.970,24	552	469	701	603
Taxa Anual por Hectare - TAH	5.484.501,58	4.060.089,77	834	920	1061	1283
Multas	4.909.459,32	5.987.873,98	1133	182	1581	266
Vistoria de Fiscalização	27.946,46	4.774.355,59	40	705	51	899
Cobranças c/ mais de uma receita	6.475.770,08	19.585,88	239	30	352	38
Total	559.764.511,48	529.441.875,46	2798	2306	3746	3089

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) / Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)

ANEXO 18.

TABELA 14. ANÁLISE PROCESSUAL POR SUPERINTENDÊNCIA - EXERCÍCIO 2013.

	Superintendência																											
Evento	RS	SP	MG	PE	PA	GO	BA	AM	RJ	CE	SC	MT	PR	RN	PB	AP	TO	SE	RO	ES	PI	MA	MS	RR	AL	Total		
RFP ^{1,2}	84	97	1.230	86	222	354	794	46	137	225	244	289	214	195	12	16	63	21	49	277	86	41	27	10	54	4.873		
RPP ^{2,3}	48	52	836	63	71	270	382	12	8	22	38	116	29	29	9	6	39	52	13	28	68	3	15	2	22	2.233		
RRR ²	4	11	37	1	16	5	1	1	1	0	4	1	5	1	0	0	2	1	0	7	1	0	0	0	0	99		
RAL	188	140	240	103	35	119	88	30	126	109	327	64	61	49	34	23	34	0	42	187	67	98	260	11	59	2.494		
Suspensão de lavra ²	0	0	22	2	1	7	0	0	0	0	7	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	45		
Aditamento de nova subst. ²	0	6	3	2	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16		
Novo PAE ²	1	8	13	2	2	0	1	0	5	2	4	0	1	0	0	1	2	1	0	4	2	0	1	0	1	51		
Área de servidão ²	1	0	3	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7		
Renúncia de título ²	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1	8	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	16		
Guia de Utilização ²	4	0	340	16	5	79	121	1	11	22	144	27	136	27	30	0	7	2	98	73	6	3	3	0	0	1.155		
Grupamento Mineiro ²	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2		
TOTAL	330	313	2.724	276	333	836	1.383	89	291	377	778	498	448	302	85	37	148	77	202	576	231	145	306	20	137	10.991		

Notas:

(1) Relatórios Finais de Pesquisa analisados ao término da fase de pesquisa e Relatórios de Nova Substância, apresentados durante a fase de lavra. Inclui relatórios aprovados, negados, arquivados e sobrestados.

(2) Considerando somente aqueles com decisão publicada no Diário Oficial da União.

(3) Considerando apenas os aprovados que já ensejaram a prorrogação do Alvará de Pesquisa.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

TABELA 15. VISTORIAS NAS FASES DE PESQUISA E LAVRA E EM DEMANDAS EXTERNAS POR SUPERINTENDÊNCIA (2013).

Superintendência																										
Vistoria	RS	SP	MG	PE	PA	GO	BA	AM	RJ	CE	SC	MT	PR	RN	PB	AP	TO	SE	RO	ES	PI	MA	MS	RR	AL	Total
1 – Fase de Pesquisa Mineral																										
Acomp. pesquisa	89	0	0	15	61	19	0	1	0	0	36	104	0	20	18	5	8	3	0	0	41	1	5	4	5	435
RFP	70	103	485	14	36	182	154	5	42	59	111	18	90	70	9	3	20	3	20	26	5	4	16	0	3	1.548
Guia de Utilização	5	0	153	0	1	50	3	0	3	18	54	9	1	2	16	2	16	0	18	8	3	0	4	0	0	366
Água mineral e potável de mesa	Acomp. pesquisa	11	0	0	0	28	16	0	6	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	65
	Estudos “in loco”	3	0	0	0	1	0	6	1	0	3	6	1	9	0	0	1	2	1	1	2	4	4	0	2	47
	Teste de vazão	0	1	3	1	0	4	3	0	0	1	3	0	0	1	0	0	1	3	0	0	1	1	0	2	25
TOTAL	178	104	641	30	99	283	182	7	51	78	208	138	92	102	43	10	45	9	42	35	51	11	31	4	12	2.486
2 – Fase de Concessão de Lavra / Licenciamento																										
Acomp. lavra céu ab.	39	11	81	35	41	76	65	10	39	14	29	6	4	2	6	1	15	4	1	31	0	9	39	0	17	575
Acomp. lavra subter.	0	1	29	0	5	1	16	0	0	0	40	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	99
Lavra água mineral	27	92	30	9	9	19	8	0	7	10	24	1	3	26	1	0	1	1	0	1	2	0	5	1	12	289
Fix. limite prof horiz.	0	0	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Reaval. reservas	1	18	26	0	19	8	0	0	3	0	3	1	5	1	1	0	0	0	0	3	0	0	6	0	0	95
Aditamento de nova subst.	0	1	3	1	0	6	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
Monit. barragens	0	6	58	0	38	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	4	0	0	112
Monit. poços	0	0	0	0	0	110	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	111
Licenciamento	106	0	2	0	39	2	0	0	11	0	5	0	0	1	2	0	0	0	1	1	5	20	108	7	15	325
Capacidade financeira	0	7	0	1	0	28	0	0	3	1	1	0	16	7	3	0	2	2	0	0	4	2	0	0	0	77
TOTAL	173	136	229	46	151	261	89	10	63	25	103	14	33	37	13	1	20	7	2	36	11	31	165	8	45	1.709

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

TABELA 16. VISTORIAS NAS FASES DE PESQUISA E LAVRA E EM DEMANDAS EXTERNAS POR SUPERINTENDÊNCIA (2013).

Vistoria	Superintendência																									
	RS	SP	MG	P E	P A	G O	B A	A M	RJ	C E	SC	M T	P R	R N	P B	A P	T O	S E	R O	ES	P I	M A	M S	R R	A L	Tota l
3 – Fase de Permissão de Lavra Garimpeira / Registro de Extração																										
Vistoria prévia PLG	2	0	2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Acomp. PLG	4	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	31	0	15	14	0	0	0	57	0	0	0	0	0	0	124
Registro Extração	12	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
TOTAL	18	0	5	2	0	4	0	0	0	0	1	31	0	15	14	0	0	0	57	0	0	0	0	0	0	147
4 – Demandas externas																										
Área não autorizada	18	13	162	14	19	77	55	12	11 6	19	40	27	10	53	3	1	25	34	5	11 1	10	54	0	7	13	898
Ordenamento mineral	5	4	14	0	12	1	16	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0	1	0	0	0	5	0	1	0	64
Eventos interinstitucionais	1	0	28	0	0	0	8	0	16	2	2	0	1	10	0	1	0	12	1	23	0	9	0	2	0	116
Outros	0	12	71	0	2	12	0	0	4	1	98	4	2	6	6	4	1	6	2	4	1	6	14	0	9	265
Total	24	29	275	14	33	90	79	12	13 6	23	14 0	31	13	69	9	10	26	53	8	13 8	11	74	14	10	22	1.343
TOTAL GERAL	39 3	26 9	1.15 0	92	28 3	638	350	29	25 0	126	45 2	214	13 8	223	79	21	91	69	109	20 9	73	116	210	22	79	5.685

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

ANEXO 19.

TABELA 17. ATOS PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO REFERENTES À FISCALIZAÇÃO MINERÁRIA (2013)

Evento	Quantidade
Auto de infração lavrado por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa	3.434
Multa imposta por não comunicação do início dos trabalhos de pesquisa	2.562
Auto de infração por não entrega de RFP	3.834
Multa imposta por não entrega de RFP	2.547
Relatório Final de Pesquisa aprovado ¹	1.489
Relatório Final de Pesquisa negado ¹	3.310
Relatório Final de Pesquisa arquivado	36
Relatório Final de Pesquisa sobrestado	13
Relatório de Reavaliação de Reserva aprovado	99
Relatório de Nova Substância aprovado	25
Relatório Parcial de Pesquisa aprovado	2.233
Relatório Parcial de Pesquisa negado	309
Guia de Utilização emitida	1.155
Aprovação de modificação de PAE em área concedida	51
Aditamento de nova substância	16
Suspensão temporária da lavra	45
Área de servidão autorizada	7
Autorização de Grupamento Mineiro	2
Renúncia ao título de lavra	16
Exigências resultantes da fiscalização em Concessões de Lavra, Registros de Licença e Permissões de Lavra Garimpeira	4.072
TOTAL	25.255

Notas: (1) Engloba tão somente Relatórios Finais de Pesquisa, apresentados ao término da fase de alvará de pesquisa, analisados e com decisão publicada no DOU.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

TABELA 18. RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA APROVADOS, NEGADOS, SOBRESTADOS E ARQUIVADOS POR SUPERINTENDÊNCIA (2013)

Superintendência	Aprovados^{1,2}	Negados^{1,3}	Sobrestados¹	Arquivados¹	Total
MG	507	759	0	1	1.267
BA	114	677	0	4	795
GO/DF	160	199	0	0	359
MT	44	246	0	0	290
ES	44	240	0	0	284
SC	152	96	0	0	248
PA	78	140	9	11	238
CE	39	182	3	1	225
PR	141	78	0	0	219
RN	56	140	0	0	196
RJ	50	88	0	0	138
SP	97	9	0	2	108
RS	36	53	0	0	89
PE	18	69	0	0	87
PI	2	84	0	0	86
TO	13	52	0	0	65
AL	0	54	0	0	54
RO/AC	25	24	0	0	49
AM	2	44	0	1	47
MA	4	37	0	0	41
MS	14	9	1	3	27
SE	2	20	0	0	22
AP	5	1	0	10	16
PB	8	4	0	0	12
RR	2	5	0	3	10
TOTAL	1.613	3.310	13	36	4.972

TABELA 19. RELATÓRIOS FINAIS DE PESQUISA (RFP) E RELATÓRIOS PARCIAIS DE PESQUISA (RPP) ANALISADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

	RFP*	RPP**	Total
Janeiro	634	206	840
Fevereiro	513	148	661
Março	446	150	596
Abril	295	116	411
Maió	499	132	631
Junho	206	176	382
Julho	476	154	630
Agosto	369	136	505
Setembro	437	269	706
Outubro	428	178	606
Novembro	300	222	522
Dezembro	369	346	715
Total	4.972	2.233	7.205

Nota: (*) Engloba Relatórios Finais de Pesquisa, apresentados ao término da fase de pesquisa, e Relatórios de Reavaliação de Reservas e Relatórios de Nova Substância, apresentados durante a fase de lavra. Inclui relatórios aprovados, negados, sobrestados e arquivados com decisão publicada no Diário Oficial da União. (**) Considerando somente os aprovados que já ensejaram a prorrogação do Alvará de Pesquisa.

Fonte: Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária - DIFIS - DNPM

GRÁFICO 6. EVOLUÇÃO DOS RELATÓRIOS APROVADOS (2008 - 2010).

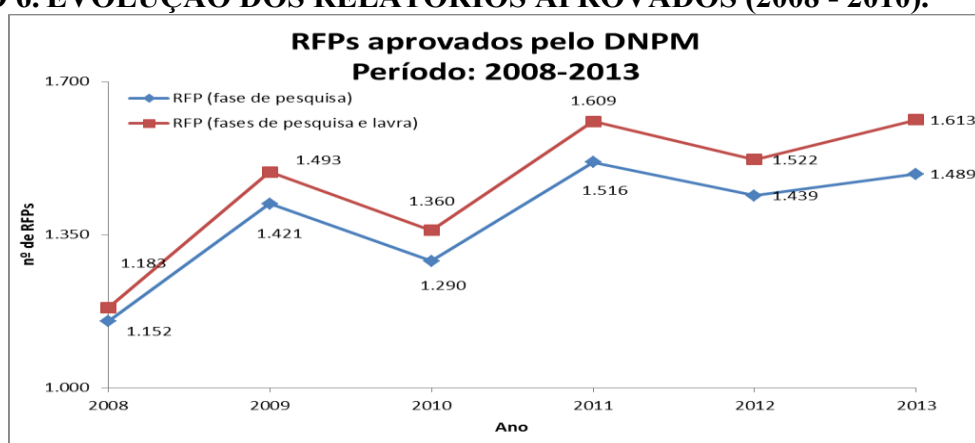


GRÁFICO 7. SUBSTÂNCIAS AUTORIZADAS POR GU - EXERCÍCIO 2013

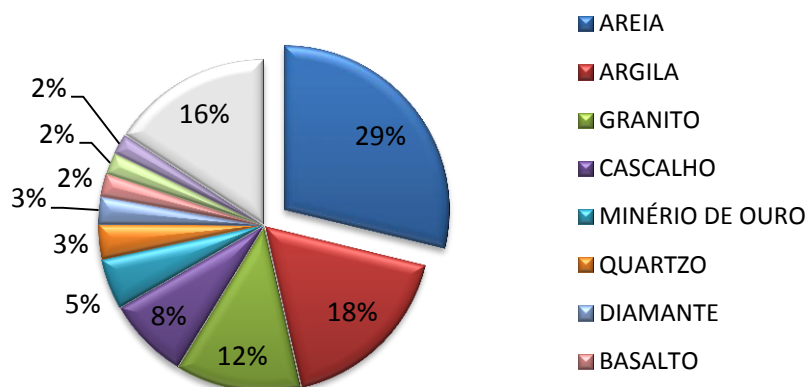


TABELA 20. - RESERVAS MINERAIS APROVADAS EM 2013.

[illegible]

ANEXO 20.

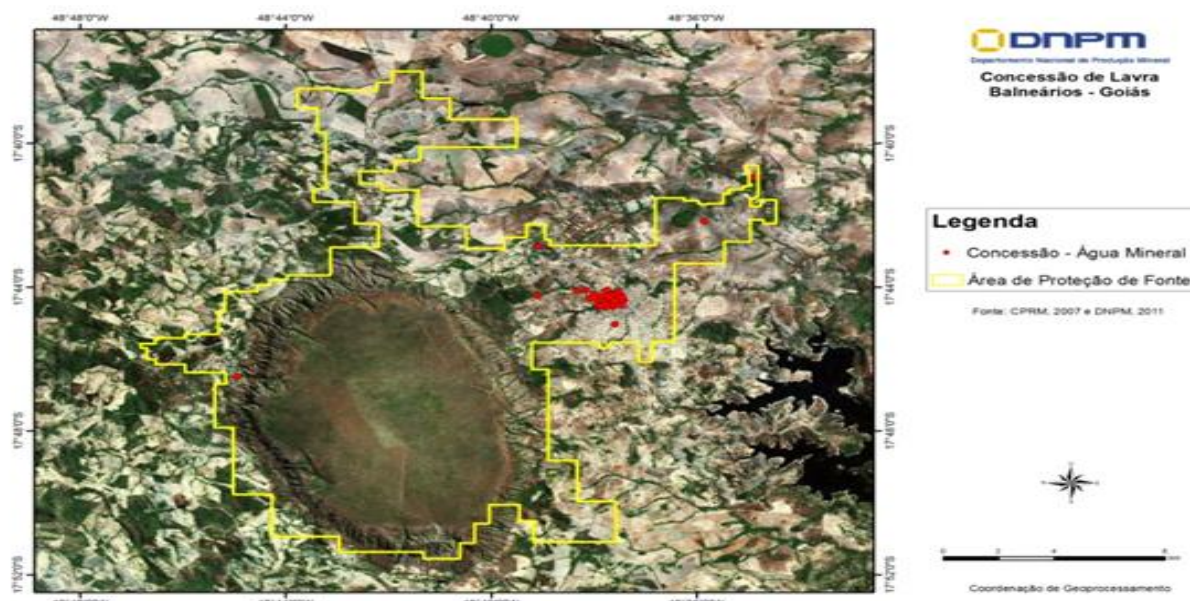
TABELA 21. QUADRO DESCRITIVO DAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS (EXERCÍCIO 2013).

	Descrição	Executores	Mês
1	Fiscalização (vistoria) da extração de fósseis realizada pelo Cenpáleo/UnC-Mafra em Cruzeiro do Oeste, PR.	DPDF e DNPM-PR	Fev.
2	Fiscalização (vistoria e lacre) de material fóssil para anuência de exportação, em Soledade, RS.	DNPM-RS	Fev.
3	Fiscalização (vistoria) para averiguar a extração de fósseis de mamíferos em Sanharó, PE, por solicitação do IPHAN/PE.	DNPM-PE	Mar.
4	Fiscalização (vistoria) do material fóssil coletado em São Bento do Una, PE, e depositado no Museu de História Natural de Taubaté.	DPDF e DNPM-SP	Mar.
5	Fiscalização (vistoria) da extração de fósseis em programa de salvamento paleontológico nas áreas de instalação de parques eólicos, região de Santa Vitória do Palmar, RS.	DNPM-RS	Abr.
6	Acompanhamento (vistoria) da excursão de campo do <i>International Symposium of Pterosaurs</i> – Rio Ptero 2013, na região do Geopark Araripe (Bacia do Araripe, Ceará).	DPDF e DNPM-CE	Maio
7	Fiscalização (vistoria) na área do sítio paleontológico “Paleotoca do Município de Cristal”, Cristal, RS.	DNPM-RS	Maio
8	Acompanhamento (vistoria) da extração de fósseis de mamíferos em Caruaru, PE, por equipe da UFRPE.	DNPM-PE	Jun.
9	Acompanhamento (vistoria) de equipe da CPRM no diagnóstico físico para definição de geossítios e sítios paleontológicos, visando a implantação de um geoparque na região de Sousa, PB.	DNPM-PE e DNPM-PB	Jun.
10	Fiscalização (vistoria) na região de Faxinal do Soturno e Dona Francisca, RS, para averiguação de danos em sítios paleontológicos.	DNPM-RS	Jul.
11	Fiscalização (vistoria) na Pedreira Poty, em Paulista, PE, para apuração de informações acerca de dano em sítio geológico/ paleontológico.	DNPM-PE	Out.
12	Fiscalização (vistoria) na região de São Pedro do Sul, RS, para averiguação de danos em sítios paleontológicos.	DNPM-RS	Out.
13	Fiscalização (vistoria) em minas de fosfato no município de Catalão, GO, para apuração de danos a sítio paleontológico (Paleolago Cemitério).	DPDF e DNPM-GO	Nov.

Fonte: DPDF.

ANEXO 21.

IMAGEM 6. DISTRIBUIÇÃO DOS POÇOS E A ÁREA DE PROTEÇÃO DE FONTE ENGLOBALANDO A SERRA DE CALDAS.



ANEXO 22.

TABELA 22. CERTIFICADOS DE KIMBERLEY EMITIDOS EM 2013

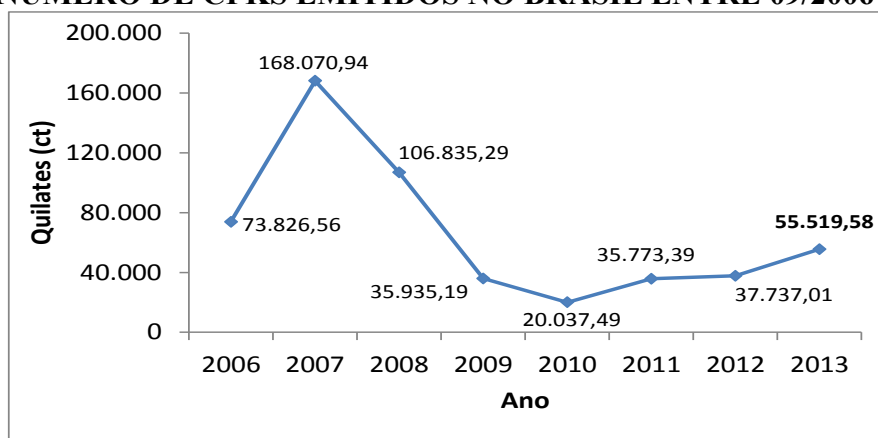
Nº CPK	Município	UF	Peso (ct)	Valor (US\$)	País Importador
403	S. Gonç. Abaeté-Coromandel	MG	346,90	269.990,00	U.S.A.
404	Guiratinga	MT	789,57	172.000,00	U.S.A.
405	Juína	MT	4.639,11	131.315,00	U.S.A.
406	Juína	MT	11.150,44	473.000,00	Hong Kong
407	DEVOLVIDO				
408	DEVOLVIDO				
409	Juína	MT	4.246,00	136.482,41	U.S.A.
410	Varj. Minas-Tiros-Paineiras-Coromandel	MG	99,49	28.449,13	Israel
411	Carmo Par.-Tiros-Coromandel	MG	70,46	18.009,45	Israel
412	S. Gonç. Abaeté	MG	117,27	166.055,74	Israel
413	Guiratinga-Tesouro	MT	298,12	42.349,99	U.S.A.
414	Bocaiúva	MG	354,00	62.580,00	Bélgica
415	Juína	MT	1.361,00	50.000,00	U.S.A.
416	Juína	MT	1.006,50	71.100,00	U.S.A.
417	Juína	MT	844,62	26.552,00	U.S.A.
418	Juína	MT	224,80	8.569,00	U.S.A.
419	Juína	MT	428,58	16.336,00	U.S.A.
420	Coromandel	MG	10,20	2.116.000,00	U.S.A.
421	Juína	MT	1.114,00	55.700,00	Bélgica
422	Juína	MT	420,00	13.722,00	U.S.A.
423	Juína	MT	653,00	19.047,00	U.S.A.
424	Juína	MT	1.056,00	28.752,00	U.S.A.
425	Juína	MT	1.045,00	37.475,53	U.S.A.

426	Guiratinga-Tesouro-Juína	MT	499,00	40.919,86	U.A.E. - Dubai
427	S. Gonç. Abaeté	MG	102,93	55.000,00	U.A.E. - Dubai
428	S. Gonç. Abaeté	MG	61,73	277.785,00	U.S.A.
429	Juína	MT	2.968,00	250.000,00	Hong Kong
430	Juína	MT	1.720,00	54.637,47	U.S.A.
431	Juína	MT	2.390,00	117.920,70	Suíça
432	Guiratinga-Tesouro	MT	280,26	42.222,00	U.S.A.
433	Juína	MT	1.286,43	40.826,00	U.S.A.
434	Guiratinga-Tesouro	MT	236,05	38.990,82	U.S.A.
435	Varj. Minas -Tiros	MG	4,30	800.000,00	U.S.A.
436	Juína	MT	1.792,01	61.519,20	U.S.A.
437	Juína	MT	1.185,00	120.980,00	U.S.A.
438	Varj. Minas -Tiros-P.Minas-Coromandel	MG	445,53	113.866,90	Bélgica
439	Bocaiúva	MG	2.220,28	314.110,00	U.A.E. - Dubai
440	Juína	MT	1.320,00	45.600,00	U.S.A.
441	Juína	MT	8.733,00	376.000,00	Suíça

TABELA 23. CPKS EMITIDOS A PARTIR DE SETEMBRO DE 2006

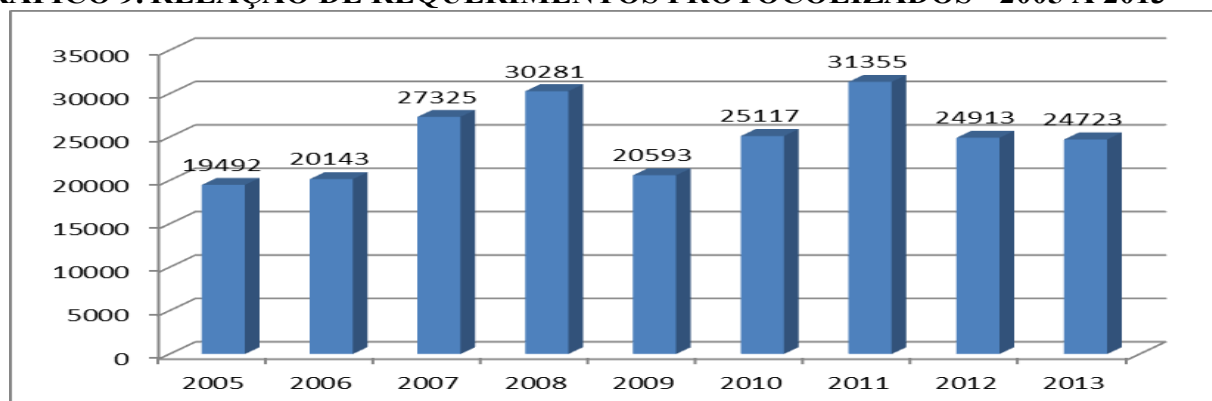
Ano	Peso (ct)	Valor (US\$)	Nº de empresas	Nº de municípios	Nº de áreas produtoras
2006	73.826,56	4.479.328,39	4	3	7
2007	168.070,94	18.017.143,17	12	7	18
2008	106.835,29	9.362.524,66	12	11	27
2009	35.935,19	2.012.799,40	8	9	35
2010	20.037,49	3.253.593,02	8	14	27
2011	35.773,39	4.785.536,53	8	11	27
2012	37.737,01	3.994.678,03	10	9	15
2013	55.519,58	6.693.863,20	11	11	25
Total	533.735,45	52.599.466,40	---	---	---

GRÁFICO 8. NÚMERO DE CPKS EMITIDOS NO BRASIL ENTRE 09/2006 E 12/2013.



ANEXO 23.

GRÁFICO 9. RELAÇÃO DE REQUERIMENTOS PROTOCOLIZADOS - 2005 A 2013*

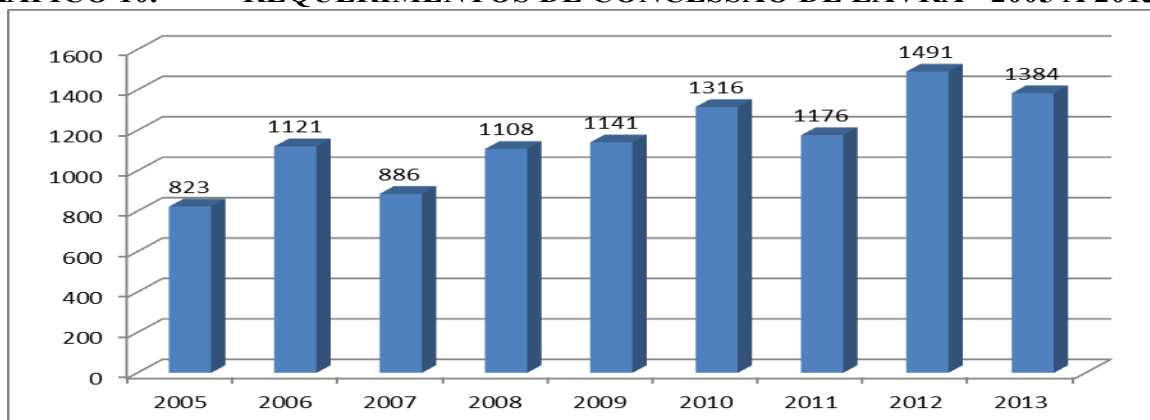


Fonte: Eventos do Cadastro Mineiro

(*) Requerimentos protocolizados para os regimes de Autorização de Pesquisa, Licenciamento, Permissão de Lavra Garimpeira e Registro de Extração.

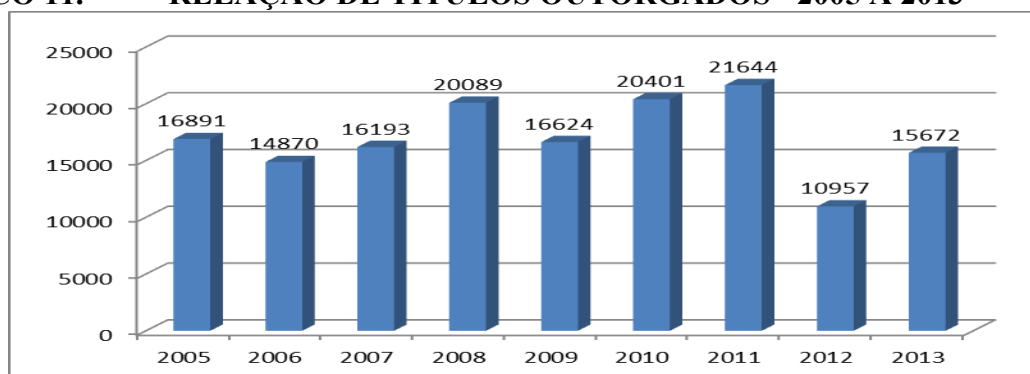
ANEXO 24.

GRÁFICO 10. REQUERIMENTOS DE CONCESSÃO DE LAVRA - 2005 A 2013



Fonte: Eventos do Cadastro Mineiro

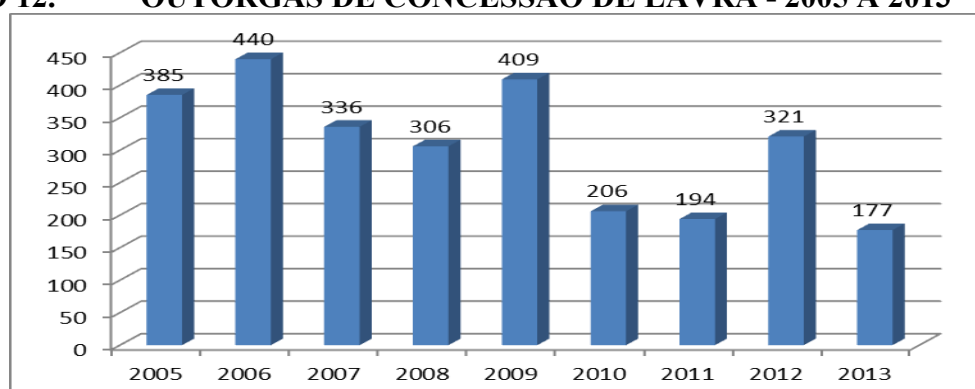
GRÁFICO 11. RELAÇÃO DE TÍTULOS OUTORGADOS - 2005 A 2013*



Fonte: Eventos do Cadastro Mineiro

(*) Títulos outorgados para os regimes de Autorização de Pesquisa, Licenciamento, Permissão de Lavra Garimpeira e Regime de Extração.

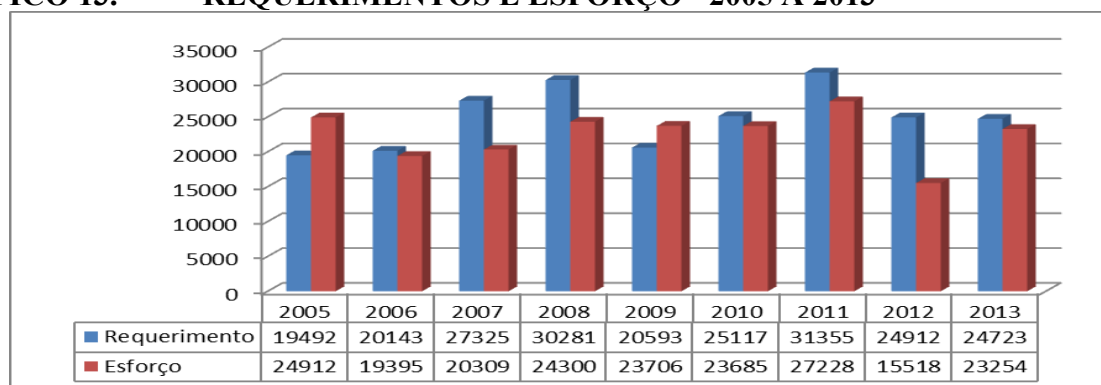
GRÁFICO 12. OUTORGAS DE CONCESSÃO DE LAVRA - 2005 A 2013



Fonte: Eventos do Cadastro Mineiro

ANEXO 25.

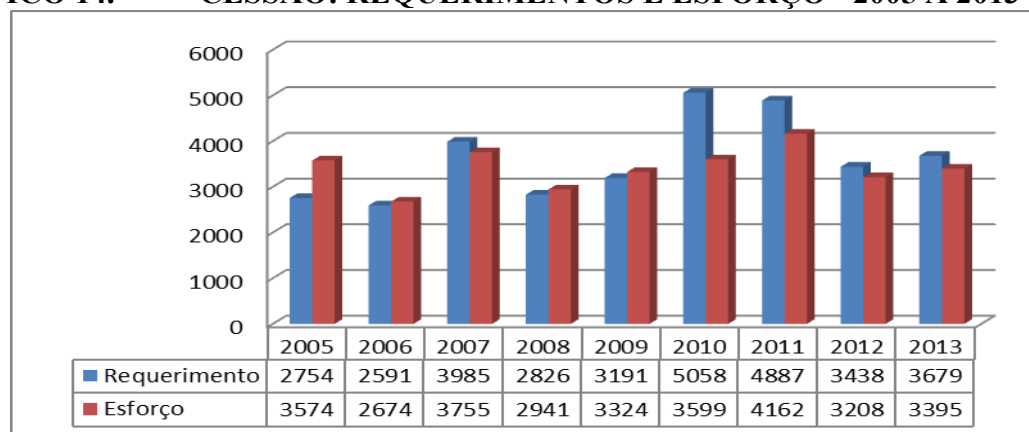
GRÁFICO 13. REQUERIMENTOS E ESFORÇO - 2005 A 2013



Fonte: Eventos do Cadastro Mineiro

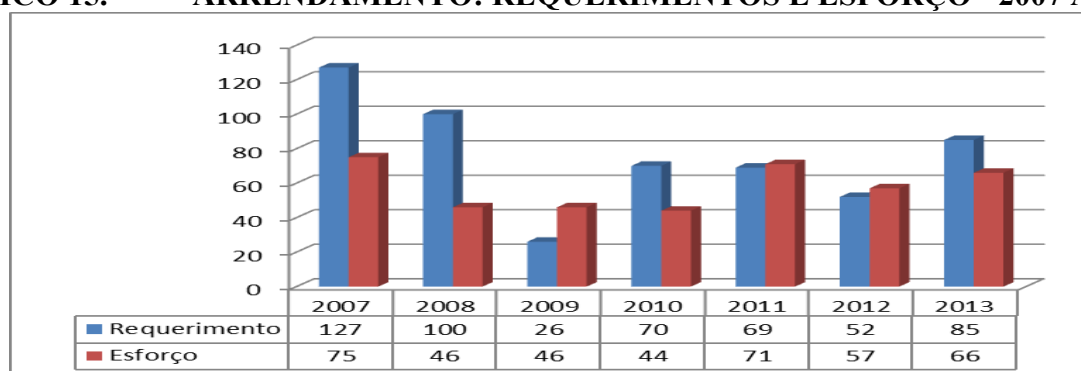
(*) Os números da tabela abrangem os regimes de Autorização de Pesquisa, Licenciamento, Permissão de Lavra Garimpeira e Registro de Extração.

GRÁFICO 14. CESSÃO: REQUERIMENTOS E ESFORÇO - 2005 A 2013



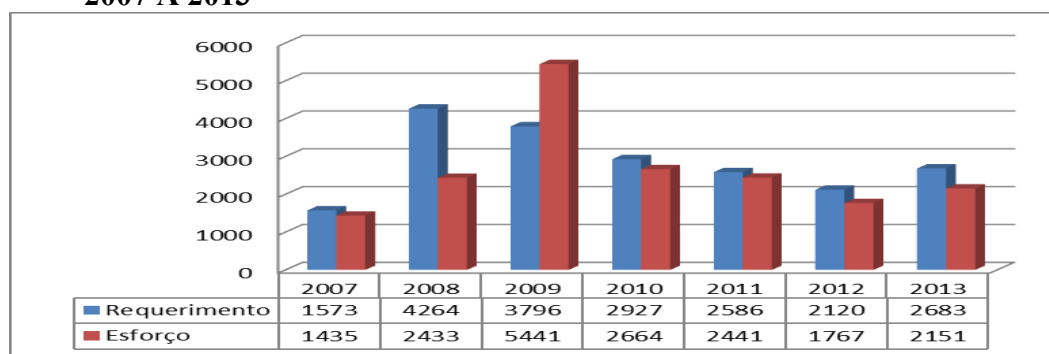
Fonte: Eventos do Cadastro Mineiro

GRÁFICO 15. ARRENDAMENTO: REQUERIMENTOS E ESFORÇO - 2007 A 2013



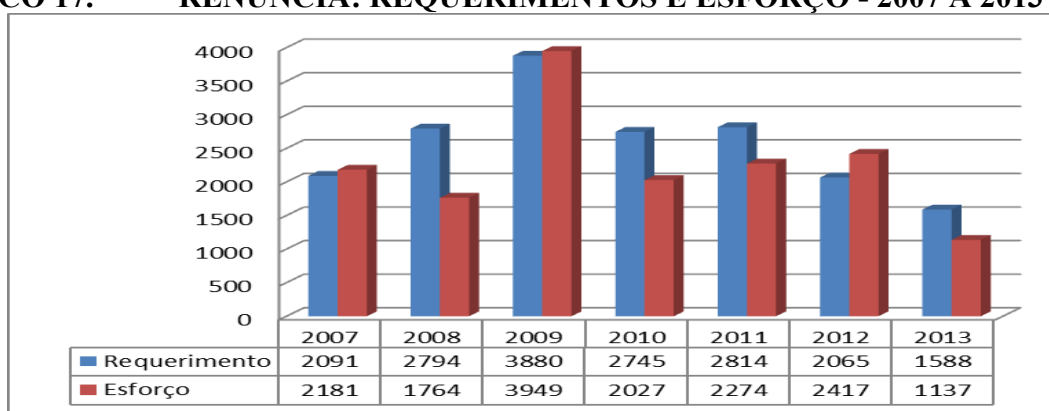
Fonte: Eventos do Cadastro Mineiro

GRÁFICO 16. DESISTÊNCIA: REQUERIMENTOS E ESFORÇO DE ANÁLISE - 2007 A 2013



Fonte: Eventos do Cadastro Mineiro

GRÁFICO 17. RENÚNCIA: REQUERIMENTOS E ESFORÇO - 2007 A 2013



Fonte: Eventos do Cadastro Mineiro

ANEXO 26.

TABELA 24. QUANTITATIVO DE ESTUDOS PROCESSADOS EM 2013.

SUPERINTENDÊNCIA	QUANTIDADE DE ESTUDOS PROCESSADOS
Superintendência / AL	208
Superintendência / AM	279
Superintendência / AP	190
Superintendência / BA	3021
Superintendência / CE	971
Superintendência / ES	1157
Superintendência / GO	2697
Superintendência / MA	273
Superintendência / MG	5116
Superintendência / MS	630
Superintendência / MT	1857
Superintendência / PA	2712
Superintendência / PB	713
Superintendência / PE	1218
Superintendência / PI	639
Superintendência / PR	1903
Superintendência / RJ	1172
Superintendência / RN	626
Superintendência / RO	639
Superintendência / RR	95
Superintendência / RS	1615
Superintendência / SC	1852
Superintendência / SE	198
Superintendência / SP	2129
Superintendência / TO	609
Total Geral	32519

GRÁFICO 18. QUANTITATIVO DOS ESTUDOS REALIZADOS EM 2013 POR SUPERINTENDÊNCIA

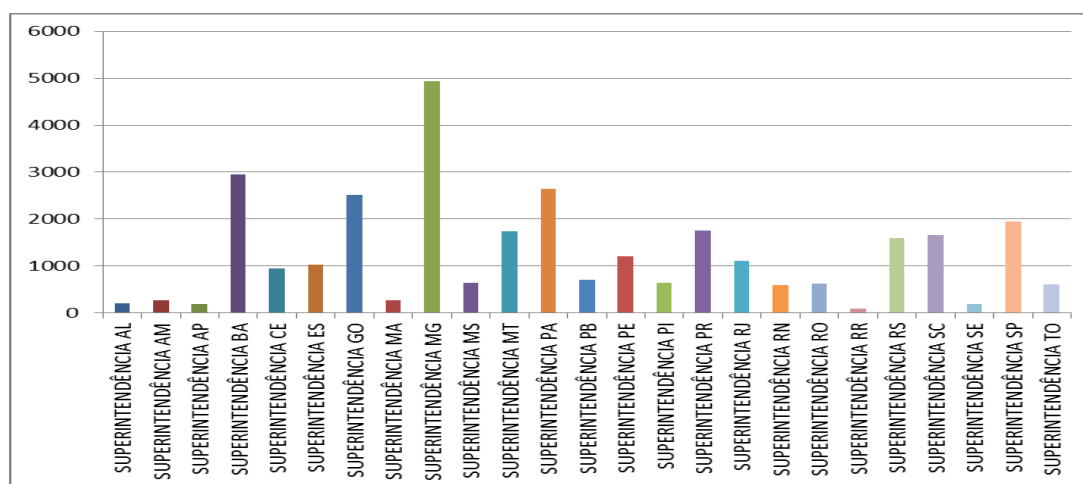


TABELA 25. QUANTITATIVO DE TIPOS DE ESTUDOS PROCESSADOS EM 2013.

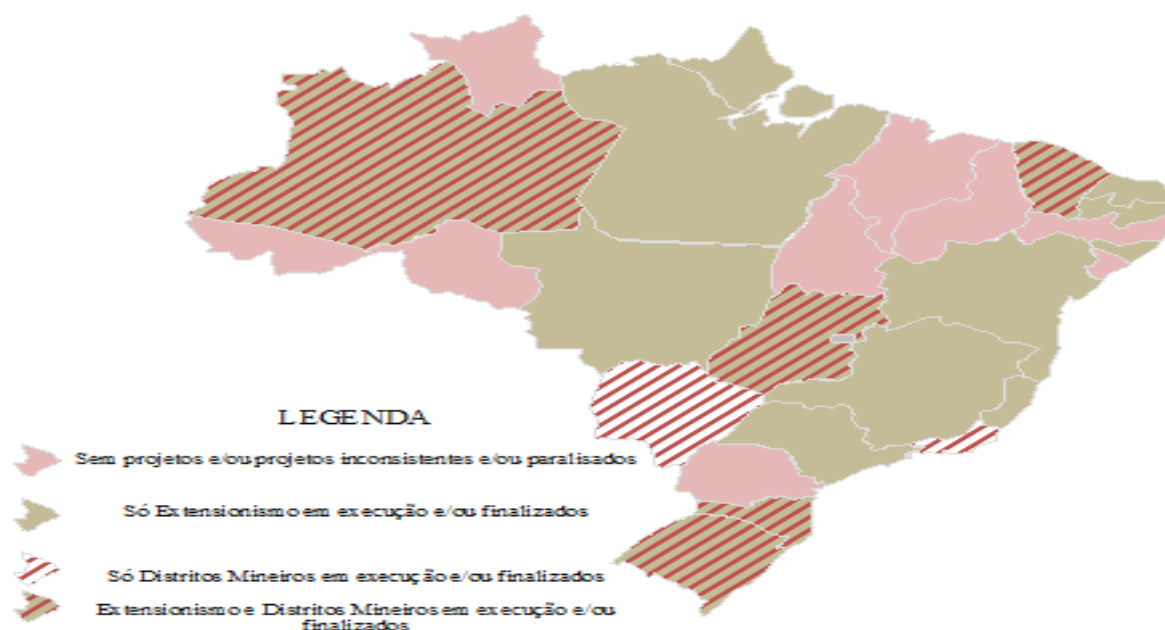
Tipos de estudos	Quantidade de estudos processados
Cessão Parcial na fase de Autorização de Pesquisa	489
Cessão Parcial na fase de Concessão de Lavra	24
Cessão Parcial na fase de Licenciamento	8
Cessão Parcial na fase de Requerimento de Lavra	16
Cessão Parcial. Processo cessionário	1029
Correção de Camada	116
Criação de Corredor	25
Desmembramento na fase de Concessão de Lavra	2
Desmembramento. Processo cessionário	2
Englobamento na fase de Licenciamento	5
Englobamento na fase de Requerimento de Lavra	3
Englobamento. Processo englobado	8
Exclusão de Poligonal	36
Opção de Área na fase de Registro de Extração	1
Opção de Área na fase de Requerimento de Permissão de Lavra Garimpeira	16
Opção de Área na fase de Requerimento de Pesquisa	721
Opção de Área na fase de Requerimento de Registro de Licença	35
Reativação de Versão	1304
Redução de Área na fase de Autorização de Pesquisa	1035
Redução de Área na fase de Licenciamento	18
Redução de Área na fase de Requerimento de Lavra	62
Redução de Área. Área descartada	1535
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Lavra	1242
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Permissão de Lavra Garimpeira	2249
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Pesquisa	18627
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Registro de Extração	231
Retirada de Interferência na fase de Requerimento de Registro de Licença	3676
Substituição de Poligonal	4
Total Geral	32519

ANEXO 27.

TABELA 26. QUANTIDADE DE PROJETOS FINALIZADOS, ANO A ANO, DE 2010 A 2013

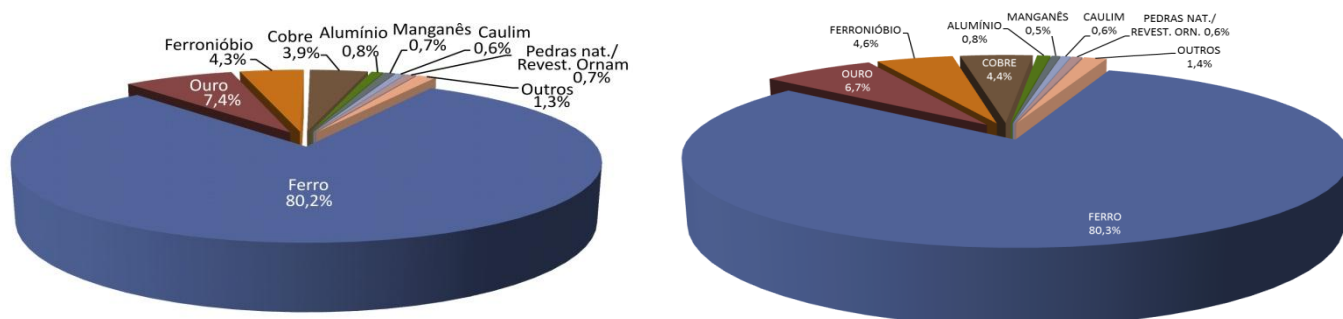
Ação/Anos	2010	2011	2012	2013	Total
Desenvolvimento Sustentável	2	4	12	9	26
Avaliação de Distritos Mineiros	3	6	5	4	18

IMAGEM 7. MAPA DE EXECUÇÃO DE PROJETOS DA COORDENAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PELAS SUPERINTENDÊNCIAS



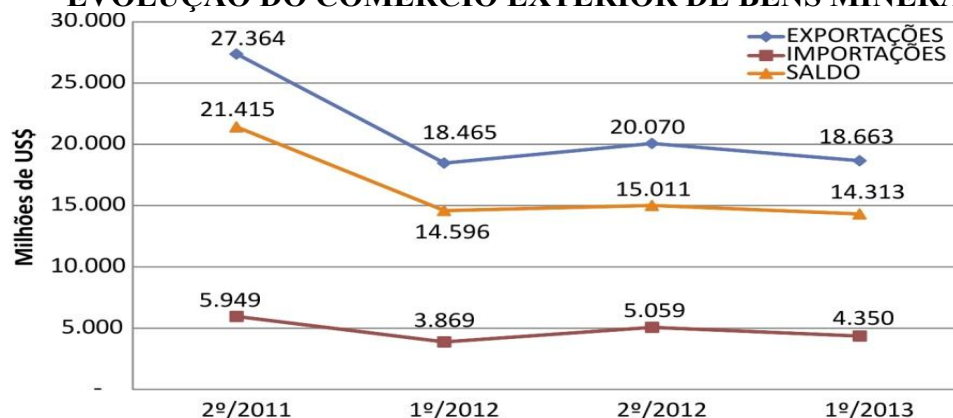
ANEXO 28.

GRÁFICO 19. DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR PRODUTO (1º/2013) E (2º/2012).



Fonte: DNPM/MDIC

GRÁFICO 20. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DE BENS MINERAIS



Fonte: DNPM/MDIC

IMAGEM 8. Produtos de Desenvolvimento da Mineração

	Anuário Mineral Brasileiro (AMB Publicação) Objetivo: Divulgar, anualmente, as mais importantes informações estatísticas sobre a indústria extrativa mineral
	Sumário Mineral Objetivo: Apresenta uma síntese de dados e informações sobre as principais substâncias minerais do país.
	Informe Mineral Objetivo: Mensurar, através de levantamento sistemático e periódico, o desempenho da mineração por semestre.

IMAGEM 9. Sistemas: manutenção e desenvolvimento de Desenvolvimento da Mineração

	Sistema de Gestão da Produção Mineral (SismineWeb, AMB desktop, AMBWeb, RALWeb, Visualizador do RAL, COMEX) Objetivo: Controlar a produção mineral.
	Sistema de Apuração de Investimentos Aplicados em Pesquisa Mineral (DIPEM) Objetivo: Levantar o nível de investimentos em pesquisa mineral no país
	COMEX – Comércio Exterior do Setor Mineral Objetivo: Acompanhar o desenvolvimento do comércio exterior do setor mineral
	Controle da Importação de Amianto, Exportação de Fósseis e da Exportação e Importação de Diamantes Brutos Objetivo: Registrar as solicitações de anuências apresentadas no SISCOMEX e alimentar o sistema SCPK